

**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB**

Recredenciada pelo Decreto Estadual

N° 16.825, de 04.07.2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

**PROJETO DE RECONHECIMENTO E**

**RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO**

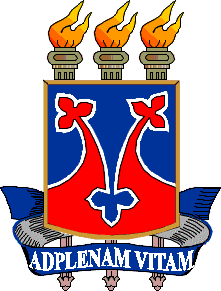


**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO(PROGRAD)**

GERÊNCIA ACADÊMICA(GA)

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA**

2015



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**

**RECONHECIMENTO ou**

**RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO**

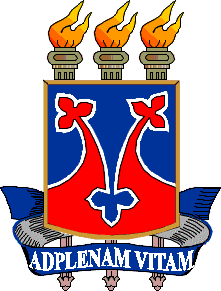
**DO CURSO DE GRADUAÇÃO ...**

Documento subsídio

Os textos que compõem este documento foram utilizados em processos de outros cursos e, apenas, orientam a descrição dos conteúdos do Projeto a ser elaborado, cabendo aos seus autores a melhor forma de acolhimento.

**CIDADE - BAHIA**

**2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA -UESB**

**Autorizada pelo Decreto Federal nº 94.250/87**

**Credenciada pelo Decreto Estadual nº 7.344/98**

**COLEGIADO DO CURSO DE ...**

**REITOR**

Prof. Dr. Paulo Roberto Pinto dos Santos

**VICE-REITOR**

Prof. M.Sc. Fábio Félix Ferreira

**PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO**

Profa. Dra. Talamira Taita Rodrigues Brito

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Profª. Dra. Alexilda Oliveira de Souza

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Profa. M.Sc. Maria Madalena Souza dos Anjos Neta

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Adriano Rodrigues Brandão Correia

**CHEFIA DE GABINETE DA REITORIA**

Profa. M.Sc. Regina Márcia Amorim de Souza

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO**

Andréia Yano

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ...**

Prof. ...

**COORDENADOR DO COLEGIADO DO CURSO DE ...**

Prof. ...

**SUMÁRIO**

[1. APRESENTAÇÃO 7](#_Toc389809071)

[2. DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO 8](#_Toc389809072)

[2.1. Da Instituição de Ensino 8](#_Toc389809073)

[2.1.1. Perfil institucional 8](#_Toc389809074)

[2.2. A UESB no Contexto Geoeducacional e Social 11](#_Toc389809075)

[2.2.1. Histórico 11](#_Toc389809076)

[3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL DA BAHIA 1](#_Toc389809077)

[3.1. Localização Geográfica e Situação Geoeconômica 1](#_Toc389809078)

[3.2. O Município de Vitória da Conquista 4](#_Toc389809079)

[3.3. O Município de Itapetinga 10](#_Toc389809080)

[3.4. O Município de Jequié 11](#_Toc389809081)

[3.5. Conclusão 15](#_Toc389809082)

[4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA 1](#_Toc389809083)

[4.1. Organização Básica 1](#_Toc389809084)

[4.2. Órgãos da Administração Setorial 1](#_Toc389809085)

[4.2.1. Departamento 1](#_Toc389809086)

[4.2.2. Colegiado 2](#_Toc389809087)

[4.3. Órgãos Suplementares 3](#_Toc389809088)

[4.4. Biblioteca Central 4](#_Toc389809089)

[5. DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO 1](#_Toc389809090)

[6. REGIMENTO GERAL DA UESB 1](#_Toc389809091)

[7. DOCUMENTOS FISCAIS DA INSTITUIÇÃO (certidões, etc) 2](#_Toc389809092)

[8. DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO 3](#_Toc389809093)

[8.1. Cursos Existentes 3](#_Toc389809094)

[8.2. Docentes, Técnico-Administrativos e Alunos 5](#_Toc389809095)

[8.2.1. Quadro efetivo 5](#_Toc389809096)

[8.2.2. Quadro geral (efetivos, temporários, graduação, pós-graduação) 6](#_Toc389809097)

[8.3. Avaliação IGC / Mec – 2012 (estadual e nacional) 6](#_Toc389809098)

[8.4. Resultados do ENADE 7](#_Toc389809099)

[8.5. Condições do Campus onde funciona o Curso 8](#_Toc389809100)

[8.5.1. Espaço físico do campus de ... 8](#_Toc389809101)

[8.5.2. Equipamentos necessários ao funcionamento do curso 13](#_Toc389809102)

[9. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO CURSO 15](#_Toc389809103)

[10. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO 17](#_Toc389809104)

[10.1. Composição e Funcionamento do Colegiado do Curso 17](#_Toc389809105)

[10.2. Articulação do Colegiado do Curso com os Colegiados Superiores da Instituição 17](#_Toc389809106)

[10.3. Formação do Coordenador do Colegiado 17](#_Toc389809107)

[10.4. Atuação do Coordenador do Colegiado 17](#_Toc389809108)

[10.5. Experiência Acadêmica e Profissional do Coordenador do Colegiado do Curso 18](#_Toc389809109)

[10.6. Efetiva Dedicação à Administração e à Condução do Curso 18](#_Toc389809110)

[10.7. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional 18](#_Toc389809111)

[11. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 19](#_Toc389809112)

[11.1. Organização Didático-Pedagógica 19](#_Toc389809113)

[11.1.1. Matriz e estrutura curriculares 19](#_Toc389809114)

[11.1.2. Regime escolar e integralização do curso 20](#_Toc389809115)

[11.1.3. Denominação 20](#_Toc389809116)

[11.1.4. Regime acadêmico 20](#_Toc389809117)

[11.1.5. Vagas anuais 20](#_Toc389809118)

[11.1.6. Número de alunos por turma 21](#_Toc389809119)

[11.1.7. Duração 21](#_Toc389809120)

[11.1.8. Funcionamento 21](#_Toc389809121)

[11.1.9. Objetivos gerais do curso de ... 21](#_Toc389809122)

[11.1.10. Missão do curso de ... 22](#_Toc389809123)

[11.1.11. Competências e habilidades de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais 22](#_Toc389809124)

[11.1.12. Condições objetivas de oferta e papel social 22](#_Toc389809125)

[11.1.13. Concepção 23](#_Toc389809126)

[11.1.14. Perfil profissiográfico 25](#_Toc389809127)

[11.1.15. Campo de atuação 26](#_Toc389809128)

[11.1.16. Incentivo à iniciação artística, científica e tecnológica, como necessária complementação à atividade de ensino. 26](#_Toc389809129)

[11.1.17. Formas de realização da interdisciplinaridade 26](#_Toc389809130)

[11.1.18. Modos de integração entre teoria e prática 26](#_Toc389809131)

[11.1.19. Formas de avaliação do ensino e aprendizagem 26](#_Toc389809132)

[11.1.20. Modos de integração entre graduação e pós-graduação, (quando houver). 26](#_Toc389809133)

[11.2. Perfil dos Professores que atuam no Curso 27](#_Toc389809134)

[11.2.1. Quadro docente do curso 27](#_Toc389809135)

[11.2.2. Programa de melhoria da qualificação do corpo docente 28](#_Toc389809136)

[11.3. Representação Estudantil 28](#_Toc389809137)

[11.4. Infra-Estrutura 29](#_Toc389809138)

[12. DADOS DO CURSO 31](#_Toc389809139)

[12.1. Número de vagas iniciais e relação candidato/vaga para o curso de ... – de ... a ... 31](#_Toc389809140)

[12.2. Distribuição Numérica dos Alunos por ano de ingresso/semestre no período de ... a ... 31](#_Toc389809141)

[12.3. Distribuição numérica dos alunos por período letivo no Curso 31](#_Toc389809142)

[12.4. Resultados obtidos no Exame Nacional de Cursos e na Avaliação das Condições de Oferta realizada pelo MEC 32](#_Toc389809143)

[13. CURRÍCULO VIGENTE À ÉPOCA DO RECONHECIMENTO (ou autorização) 33](#_Toc389809144)

[13.1. Quadro de Integralização Curricular à época do Reconhecimento 33](#_Toc389809145)

[13.2. Estrutura Curricular do Curso de ... quando do seu reconhecimento 34](#_Toc389809146)

[13.3. Matriz Curricular à época do Reconhecimento 35](#_Toc389809147)

[13.4. Ementário das disciplinas vigente à época do Reconhecimento 37](#_Toc389809148)

[13.4.1. Disciplinas Obrigatórias (OB), Complementares Obrigatórias (CO) e Optativas (OP) 37](#_Toc389809149)

[14. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ... (caso tenha ocorrido) 38](#_Toc389809150)

[15. COMPARATIVO ENTRE A RESOLUÇÃO ... CNE/CES E A GRADE CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ... OFERECIDO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. 39](#_Toc389809151)

[16. MATRIZ E ESTRUTURA CURRICULARES ATUAIS 41](#_Toc389809152)

[16.1 Quadro de Integralização Curricular Atual 42](#_Toc389809153)

[16.2. Matriz Curricular Atual 42](#_Toc389809154)

[16.3. Ementas Atuais das Disciplinas por Semestre 45](#_Toc389809155)

[16.3.1. Ementas atuais das disciplinas optativas 51](#_Toc389809156)

[16.4. Concepção, Composição e Desenvolvimento das Atividades de Estágio Curricular Supervisionado (suas diferentes formas e condições de realização) 53](#_Toc389809157)

[16.5. Concepção, Composição, Desenvolvimento e Forma de Comprovação das Atividades Complementares 53](#_Toc389809158)

[16.6. Concepção e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 53](#_Toc389809159)

[16.7. Biblioteca Central – Acervo do Curso 53](#_Toc389809160)

[16.8. Comparativo das Alterações na Organização Curricular do Curso de ... (Reconhecimento – Renovação de Reconhecimento). 53](#_Toc389809161)

[16.8.1. Alterações na Organização Curricular do Curso de ... 54](#_Toc389809162)

# **1. APRESENTAÇÃO**

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) apresenta o Projeto de Reconhecimento **ou** Renovação de Reconhecimento do Curso de Graduação em ..., ao Conselho Estadual de Educação (CEE), com o objetivo de ser apreciado e analisado.

As informações estão de acordo com as orientações da Resolução CEE nº 51/2010, que fixa normas para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino.

A Parte 1 do documento reúne informações gerais sobre a UESB, o perfil institucional, seus aspectos jurídicos, missão da Instituição, a vocação interna e atendimento às demandas regionais, organização acadêmico-administrativa.

A Parte 2 trata do Projeto Pedagógico do Curso de ..., sua concepção, perfil do egresso, organização curricular, regime de matrícula, vagas semestrais, formas de acesso, turno de funcionamento, período de integralização, biblioteca, laboratórios, edificações e equipamentos necessários para o funcionamento do curso. O Projeto de Reconhecimento **ou** Renovação de Reconhecimento do Curso de ... da UESB apresenta as principais ações desenvolvidas desde o reconhecimento **(ou autorização)**, ocorrido em ..., visando ao aprimoramento constante do curso diante das exigências cada vez maiores do mercado de trabalho, em que estarão atuando os profissionais formados por esta Instituição.

# **2. DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

## **2.1. Da Instituição de Ensino**

2.1.1. Perfil institucional

**2.1.1.1. Condição jurídica**

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), instituída pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, foi autorizada pelo Decreto Federal nº 94.250, de 22 de abril de 1987 e credenciada através do Decreto Estadual nº 7.344, de 27 de maio de 1998 e recredenciada em 2006 por mais 8 anos através do Decreto Estadual nº 9.996, de 2 de maio de 2006. Sua estrutura administrativa foi alterada pela Lei 7.176, de 10 de setembro de 1997 e Decreto nº 7.329, de 07 de maio de 1998, que aprova o novo regulamento da Universidade. É uma Instituição Autárquica, de Direito Público e Regime Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão, de caráter *multicampi*, com sede administrativa e foro na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, conforme a Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Integram a UESB, os *campi* de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, localizados nos endereços, abaixo, relacionados:

* CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: Estrada do Bem Querer, Km – 4, Bairro Universitário, Caixa Postal: 95, CEP: 45.083-900 Vitória da Conquista – BA;
* CAMPUS DE JEQUIÉ – BA: Rua José Moreira Sobrinho, s/n – Bairro Jequiezinho, CEP: 45.200-000 Jequié – BA;
* CAMPUS DE ITAPETINGA – BA: BR – 415, Km 03, s/n, CEP: 45.700-000 Itapetinga – BA.

**2.1.1.2. Atos legais**

|  |  |
| --- | --- |
| Criação da Fundação que manterá uma universidade no Sudoeste da Bahia | Lei Estadual nº 3.799, de 23/05/80 |
| Criação da Fundação Educacional do Sudoeste | Decreto Estadual nº 27.450, de 12/08/80 |
| Criação da Autarquia Universidade do Sudoeste | Lei Delegada nº 12, de 30/12/80 |
| Aprovação do Regulamento de implantação da Autarquia Universidade do Sudoeste, que substitui a Fundação Educacional do Sudoeste | Decreto Estadual nº 28.169, de 25/08/81 |
| Autorização de Funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia | Parecer CEE nº 119/87, 23/02/87  Decreto Federal nº 94.250, de 22/04/87 |
| Aprovação do Estatuto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia | Decreto Estadual nº 1.931, de 11/11/88 |
| Reestruturação das Universidades Estaduais da Bahia | Lei Estadual nº 7.176, de 10/09/97 |
| Concessão do Credenciamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia | Parecer CEE nº 008/98, de 25/05/98  Decreto Estadual nº 7.344, de 27/05/98 |
| Aprovação do Novo Regulamento da UESB | Resolução CONSAD nº 1/98, de 06/04/98  Decreto Estadual nº 7.329, de 07/05/98 |
| Recredenciamento da UESB | Decreto nº 9.996, de 02 de maio de 2006 |

**Quadro 1** – Legislação em ordem cronológica.

**2.1.1.3. Missão**

Produzir, sistematizar e socializar conhecimentos para a formação de profissionais e cidadãos, visando à promoção do desenvolvimento e a melhoria da qualidade da vida.

**2.1.1.4. A Vocação interna e o atendimento às demandas regionais**

Concebida como Instituição Social, a UESB tem a sociedade como princípio e referência. É possível visualizar, no contorno histórico das suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços, tendência para a produção de conhecimentos que, além de criar novas necessidades no contexto em que a Universidade está inserida, possibilitem atender, também, às demandas regionais, especialmente, no âmbito das áreas de Ciências da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde.

No que diz respeito ao Ensino, a UESB envida esforços por uma prática fundada nos princípios de formação, reflexão, criação e crítica, de modo a consolidar sua vocação interna, dirigida para produção e revitalização permanente do conhecimento, a fim de responder às demandas do mercado regional, com profissionais dotados de competência técnica, capacidade crítica e criativa, em condições de exercer seu papel na sociedade.

Os efeitos dessa proposta de trabalho são notáveis na sensível diferença percebida na qualificação dos profissionais de ensino que atuam na Educação Básica do Centro-Sul da Bahia e pelo número significativo de seus ex-alunos, profissionais de outras áreas, inseridos no mercado de trabalho regional.

Destaca-se, também, o número considerável de ex-alunos, hoje professores do quadro permanente da Instituição que, comprometidos com o seu aperfeiçoamento e atualização, se encontram cursando ou pleiteando vagas em cursos de pós-graduação, tanto na própria UESB como em outras Universidades do país. Os ex-alunos atestam que o trabalho da Universidade os motivou, na busca constante de subsídios para a sua realização pessoal / profissional e para melhor servirem à comunidade.

Quanto às atividades de pesquisa, os resultados revelam uma instituição em processo de amadurecimento, sendo possível registrar projetos de pesquisa longitudinal, pesquisa de campo, pesquisa experimental, pesquisa participante, fomentados por financiamento interno e externo. Já estão se formando centros de estudos, grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq), gerando aumento da demanda por bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC); e, projetos interdepartamentais e interinstitucionais. Tudo isso é resultado da construção coletiva dos segmentos que compõem a UESB.

No que se refere à extensão universitária, a UESB demonstra uma experiência profícua, que vem se consolidando ao longo do tempo, o que pode ser demonstrado pelo número de projetos de ação continuada, esporádica, ou emergencial. São programas de acompanhamento, cursos, feiras culturais, seminários, encontros, fóruns e debates que possibilitam a socialização de conhecimentos e experiências, nas diversas áreas de saber.

A prestação de serviços na UESB se caracteriza pela existência de atividades diversas como: concursos públicos, cursos de aperfeiçoamento profissional, programas de assistência técnica, consultorias, desenvolvidas em convênios com outras instituições ou mediante contratos com empresas particulares.

Pode-se concluir que a UESB, comprometida com seus princípios fundamentais, vem cumprindo sua função social, produzindo e socializando conhecimentos, buscando atender às demandas do contexto social, cultural e econômico em que se insere.

## 2.2. A UESB no Contexto Geoeducacional e Social

2.2.1. Histórico

A UESB tem estrutura *multicampi,* com sede na cidade de Vitória da Conquista e *Campi* nas cidades de Jequié e Itapetinga.

Situada na Mesorregião do Centro-Sul do Estado da Bahia, formada pela união de 118 municípios agrupados em oito microrregiões, tem na cidade de Vitória da Conquista, o maior e mais importante município com cerca de 336.987 habitantes, e um PIB de 3.469.179.856,00, constituindo-se capital regional de uma área que abrange cerca de 80 municípios que polariza todo centro-sul baiano e 16 cidades do norte de Minas Gerais. Dista 510 km da cidade do Salvador, capital do Estado, constituindo-se um centro de atração populacional, devido às condições de habitabilidade, de emprego e sobrevivência serem mais ampliadas, principalmente, em razão de um comércio bem dinâmico. É a terceira cidade do Estado.

A UESB possui mais dois *Campi*, sendo um na cidade de Jequié, importante pólo comercial e de serviços da região, com uma população de 161.391 habitantes, e um PIB de 1.675.164.732,00 e, outro, na cidade de Itapetinga, que se destaca como pólo pastoril do Estado, com população de 74.642 habitantes.

Essa configuração de *multicampia* possibilita a UESB amplo papel como agente de desenvolvimento regional, abrangendo três dos vinte e sete Territórios de Identidade do Estado da Bahia, conferindo-lhe vantagens competitivas na articulação de sua potencialidade científica e tecnológica, atuando na sua área de abrangência e contribuindo para a estratégica função de promover a interiorização do Ensino Superior.

Com uma forte atuação, a UESB tem uma área de influência que abrange os diversos municípios dos Territórios de Identidade de “Vitória da Conquista”, “Médio Rio de Contas (Jequié)”, “Médio Sudoeste da Bahia (Itapetinga)”.

Estas sub-regiões, formadas por um bloco de municípios, apresentam dinamismo demográfico relevante, contando com uma economia rural relativamente diversificada (café, pecuária, hortifrutigranjeiros e algum cacau), alguma atividade industrial e significativa oferta de serviços.

O surgimento da UESB vai ocorrer a partir da política de interiorização do Ensino Superior, contida no Plano Integral de Educação do Governo do Estado, de 1969, com a instalação das Faculdades de Formação de Professores, nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Alagoinhas, que se somava à Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco-FAMESF, criada na década de 50.

Até meados de 60, existiam apenas duas universidades e algumas instituições de Ensino Superior isoladas. O Governo Estadual evidenciava uma preocupação com a política global de desenvolvimento do sistema de educação em todos os níveis e, com a interiorização, procurou organizar, espacialmente, o ensino superior. A crescente expansão da rede pública estadual de ensino de 1º e 2º graus exigia a fixação, no interior, de pessoal qualificado para o exercício do magistério, o incentivo da pesquisa científica e a difusão de uma cultura universitária.

Em 1962, através da Lei nº 1.802, de 25/10, são criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana, Ilhéus, Caetité e Juazeiro, procurando atender àquelas exigências.

Em 1969, é criada a Faculdade de Educação de Vitória da Conquista, pelo Decreto Federal nº 21.363, de 20/07. Ainda neste ano, através da Lei nº 2.741, de 11/11, a Faculdade é constituída como Autarquia.

Em 1970, o Poder Executivo, autorizado pela Lei nº 2.852, de 09/11, institui a Fundação Faculdade de Educação de Jequié, denominada, posteriormente de Autarquia, pelo Decreto nº 23.135/70.

As Faculdades só teriam os funcionamentos efetivados com a implantação dos cursos de Letras, em Vitória da Conquista (1971), Ciências e Letras, em Jequié (1972), licenciaturas curtas, autorizadas, respectivamente, pelos Decretos Federais nº 68.219, de 11/02/71, nº 79.130, de 17/01/77 e nº 80.551, e 11/10/77. O reconhecimento dos cursos ocorreria pelo Decreto Federal nº 79.252, de 14/02/77 (Letras, em Vitória da Conquista), e pela Portaria Ministerial nº 37, de 09/02/84 (Ciências e Letras, em Jequié).

Somente em 1980 veio a falar-se em universidade, quando, pela Lei nº 3.799, de 23/05, o Poder Executivo instituiu uma Fundação para “criar e manter uma universidade no Sudoeste do Estado”.

A Fundação Educacional do Sudoeste é criada pelo Decreto nº 27.450, de 12/08/80, com o objetivo de “implantar e manter uma Universidade no Sudoeste, incorporando ao seu patrimônio os bens e direitos pertencentes às Faculdades existentes em Vitória da Conquista e Jequié”.

Em 1980, através da Lei Delegada nº 12, de 30/12/80, a Fundação Educacional do Sudoeste é extinta, como mantenedora da Universidade, sendo criada a Autarquia Universidade do Sudoeste. O Regulamento de Implantação dessa Universidade foi aprovado em 25/08/81, pelo Decreto nº 28.169, sendo a ela incorporadas as Faculdades de Formação de Professores, a Faculdade de Administração e outras unidades que viessem a ser instituídas e a ela vinculadas.

Com a constituição da Autarquia são implantados, também, as Escolas de Agronomia, em Vitória da Conquista, Zootecnia, em Itapetinga, e Enfermagem, em Jequié.

No início de 1984, a partir de convênio entre a UESB e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão-FAPEX e, sob a coordenação do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público-ISP, da Universidade Federal da Bahia, foi elaborada a “Carta Consulta”. Após dois anos de trabalho, este documento foi entregue ao Conselho Estadual de Educação, para autorização de funcionamento da UESB, em sistema multi-campi, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Em seu parecer CEE nº 119/87, o Conselho opina favoravelmente e, a partir deste parecer, o Governo Federal baixa o Decreto nº 94.250, de 22/04/87, autorizando o funcionamento da Universidade. O seu credenciamento veio ocorrer em 1998, através do Decreto nº 7.344, de 27/05/98, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 28/05/98.

Em 2003, foi encaminhado o processo de Recredenciamento ao Conselho Estadual de Educação.

Em 2006, através do Decreto nº 9.996, de 02 de maio de 2006, a UESB foi Recredenciada por um período de 08 (oito) anos.

Em 2014, foi protocolado no Conselho Estadual de Educação, o novo Recredenciamento, processo nº 12011-5/2014.

# **3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL DA BAHIA**

## 3.1. Localização Geográfica e Situação Geoeconômica

A Região Centro-Sul do Estado da Bahia, onde se localiza a UESB, compreende uma área de 42.319,6 km² e abriga uma população de 1.135.798 (um milhão, cento e trinta e cinco mil e setecentos e noventa e oito) habitantes[[1]](#footnote-1) (IBGE, 2010), contribuindo, aproximadamente, com 10% da população do Estado. Compõe-se de 39 municípios; porém, do ponto de vista geoeconômico e cultural, a região compreende um total de 156 municípios e tem Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga como cidades mais importantes.



Figura 1 - O Estado da Bahia, Região Centro-Sul e Municípios-sede da Uesb.

Essas três cidades agregam, em seu entorno, outros importantes centros agrícolas, minerais, industriais e comerciais, como Boquira, Seabra, Livramento de Nossa Senhora, Guanambi, Brumado, além de outros de menor porte, como Itambé, Macarani, Poções, Jaguaquara, Ipiaú, Ubatã, Itororó, Itarantim, Potiraguá, Ibicuí. Em conjunto, esses municípios desempenham papel de relevância na economia baiana (SEI, 1995, p. 41).

A população regional se movimenta em busca de recursos nas cidades de Vitória da Conquista e Jequié, referências para diversos tipos de transações e atendimentos às suas necessidades. Esse movimento gera uma produção econômica correspondente a 16% do PIB baiano.

A Região Centro-Sul caracteriza-se por uma estrutura de produção tradicional, baseada na agropecuária, com sistemas de criação em estágios diferenciados – da pecuária extensiva à melhorada.

No campo da atividade agrícola, a lavoura não se limita aos cultivos alimentares, mas inclui, também, os cultivos comerciais, destacando-se o plantio de abacaxi, algodão, batata-doce, cana-de-açúcar, mamona, banana, café, entre outros.

Quanto à pecuária, os principais produtores são, por ordem de capacidade produtiva, os municípios de Nova Canaã, Itapetinga, Jequié, Vitória da Conquista, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Macarani, Itarantim, Itambé, Ibicuí e Encruzilhada, com um rebanho bastante diversificado. A região produz ainda aves, mel de abelhas, ovos de galinha e de codorna. (SEI,1995, p. 311-355).

Cãndido

Sales

Encruzilhadd

a

Belo

Campo

Tremeda

l

Vitória

da

Conquist

a

Macara

ni

Itaranti

m

Potiragu

á

Itapeting

a

Itamb

é

Caatib

a

Barra do

Choça

Itoror

ó

F.

Alves

Ibicuí

Nova

Canaã

Planalt

o

Poçõe

s

Iguaí

Anag

é

Caraíba

s

Caetano

s

Bom

Jesus

da

Serra

Boa

Nova

Mirant

e

Manoel

Vitorino

Jequié

Maracá

s

Planaltin

o

Jaguaquar

a

Itiruçu

Irajub

a

Santa

Inês

N

S

Ribeirão

do

Largo

REGIÃO CENTRO-SUL

AUTOR:

Altemar

Amaral

Rocha

FONTE: Lab. de

Cartografia UESB

mapa digital (mapviwer3).

N

S



0

13

26

Km

Cãndido Sales

Encruzilhadda

Belo

Campo

Tremedal

Vitória

da

Conquista

Macarani

M

a

q

u

i

n

i

q

u

e

Itarantim

Potiraguá

Itapetinga

Itambé

Caatiba

Barra do

Choça

Itororó

F.

Alves

Ibicuí

Nova

Canaã

Planalto

Poções

Iguaí

Anagé

Caraíbas

Caetanos

Bom Jesus

da

Serra

Boa Nova

Mirante

Manoel

Vitorino

Jequié

Maracás

Planaltino

Jaguaquara

L

a

f

a

y

e

t

e

C

o

u

t

i

n

h

o

L

a

g

e

d

o

d

o

T

a

b

o

c

a

l

Itiruçu

Irajuba

Santa

Inês

I

t

a

q

u

a

r

a

Ribeirão do

Largo

BAHI

A



0

16

0

320

Km

Figura 2 - Municípios da Região Centro-Sul.

Na indústria, destacam-se os ramos de beneficiamento de minerais não metálicos, metalurgia, serrarias, marcenarias, confecções, calçados; devendo-se salientar, também, a produção de alimentos de consumo popular.

Além da agropecuária, indústria e mineração, a economia regional conta, ainda, com um comércio dinâmico e um setor de serviços promissores que são disponibilizados por Jequié e Vitória da Conquista aos demais municípios, especialmente, os serviços nas áreas de saúde, educação, transporte e comunicação. No setor terciário, portanto, esses municípios continuam cumprindo seu papel tradicional, abastecendo um mercado inter-regional e mesmo interestadual de cerca de dois milhões de consumidores, principalmente, com a oferta de serviços na área educacional, que vêm se ampliando e se diversificando tanto na esfera pública como privada, e os serviços de saúde – hospitais, clínicas, laboratórios que se propagam a “olhos vistos” nessas cidades.

É possível afirmar que a região econômica do Centro-Sul pode ser concebida como um conjunto de três microrregiões, assim definidas: a primeira, um bloco de municípios centralizados por Vitória da Conquista; a segunda, um grupo de municípios que se forma no triângulo Jequié – Jaguaquara – Maracás; e a terceira, um bloco de municípios no entorno de Itapetinga.

Além dos municípios do Estado da Bahia, a Região Centro-Sul, em função do seu potencial, atende, também, aos municípios do Norte do Estado de Minas Gerais.

## **3.2. O Município de Vitória da Conquista**

O distrito de paz que deu origem a Vitória da Conquista foi elevado a Vila em Maio de 1840, pela Lei Provincial n°124, verificando-se sua instalação em 9 de Novembro de 1840, com o nome de Imperial Vila da Vitória, passando a chamar-se Vitória da Conquista em 1943, pela Lei Estadual n.º 141.

O município possui uma área de 3.405,6 km² que, além da sede administrativa, compreende onze distritos: Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, Bate-pé, Veredinha, Cercadinho, Cabeceira da Jibóia, Dantilândia, São Sebastião e São João da Vitória. Fica situado a 509 km da capital do Estado – Salvador e a 298 km do Porto de Ilhéus.

A população do município passou de 125.573 habitantes, em 1970, para 170.624, em 1980; para 224.896, em 1990, em 2000, para 262.585; e em 2010, aumentou para 306.866 habitantes – o terceiro município mais populoso do Estado, representando um crescimento de 145% num período de trinta e sete anos (Gráfico 1).

Estima-se que o Produto Bruto Municipal, em 2000, tenha sido de R$ 987.569.583,00, valor que corresponde a um PIB municipal per capita de R$ 3.760,95.

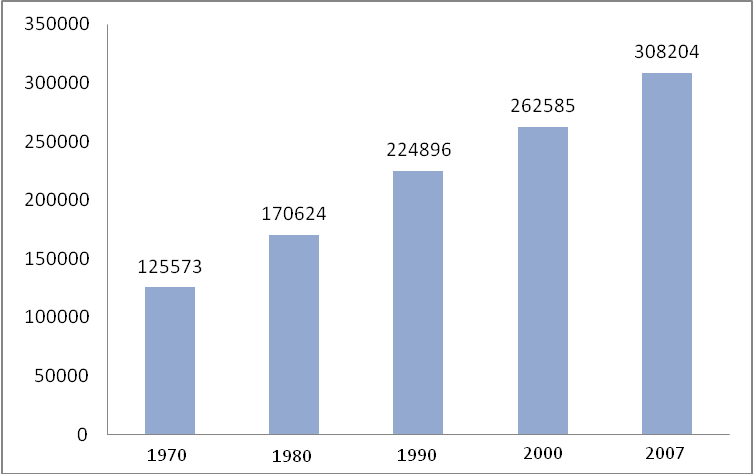


Gráfico 1 - População do Município de Vitória da Conquista

O Município de Vitória da Conquista teve, por muito tempo, como base econômica, a atividade agropecuária. No início dos anos 70, foi implantada a cultura do café que deu grande impulso ao seu desenvolvimento, constituindo-se, entre 1970 e 1987, a principal fonte de desenvolvimento local.

Integrando o principal polo cafeicultor do Estado, o Município de Vitória da Conquista responde por 20 mil empregos diretos, gerando uma produção média, ao longo dos seus 25 anos, de quinhentas mil sacas/ano, correspondendo a um incremento de R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), o que equivale a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade e 2% do PIB da Bahia (SEBRAE, 1998).

Embora, atualmente, a cafeicultura não seja a principal atividade econômica de Vitória da Conquista, ela é responsável por boa parte da renda e dos empregos gerados no município. Além do café, cinco setores ligados à atividade agropecuária merecem destaque: a pecuária extensiva, particularmente a bovinocultura; a avicultura; a horticultura; a olericultura e a fruticultura, estas reunidas em pequenas e médias propriedades (LOPES, 2001, p. 83).

Toda essa potencialidade econômica dá a Vitória da Conquista – sede administrativa da UESB – o status de capital regional, já que polariza uma área que abrange um raio de 200 km. É a terceira cidade do Estado e uma das cem maiores do país. Ainda é considerada a segunda cidade do Estado e a 82ª do país do ponto de vista de perspectiva de início de carreira profissional[[2]](#footnote-2).

Por sua influência em possuir atividades econômicas que subsidiam outras localidades, Vitória da Conquista apresenta características de um polo comercial e de serviços, que atende às demandas de vários municípios, tanto da Região Centro-Sul, como da Oeste, parte do Litoral Sul e, ainda, partes pertencentes a outros Estados como o Norte de Minas Gerais e as regiões econômicas da Serra Geral. Essas características, somadas à sua atuação como entroncamento rodoviário, contribuem também como suporte à passagem de pessoas e de mercadorias entre Centro-Sul e o Norte/Nordeste brasileiro. (OLIVEIRA, 2002, p. 64).

Sua rede urbana articula-se em torno de dois grandes eixos rodoviários. No sentido Norte-Sul, a BR 116 (Rio-Bahia) permite o acesso tanto ao Centro-Sul como ao Norte e Nordeste. No sentido Leste-Oeste, a BA 415 (Conquista-Itabuna) permite acesso ao litoral, e a BA 262 (Conquista-Brumado) permite acesso ao Oeste do Estado. Esta última é a principal rota de entrada para a Região Centro-Oeste do país. Em função de sua privilegiada localização geográfica, o município pôde integrar-se a outras regiões do Estado e ao restante do país. Esta integração à economia nacional e estadual possibilitou sua consolidação como um centro comercial regional. Esse contexto contribui para a existência de várias empresas de transporte rodoviário de grande e médio portes, que viabilizam o deslocamento de cargas e passageiros pela região e por todo o país.



Figura 3 – Região de abrangência do Município de Vitória da Conquista.

Além de se servir de toda essa malha rodoviária, Vitória da Conquista dispõe do aeroporto Pedro Otacílio de Figueiredo, que possibilita a articulação da Região Centro-Sul com outras regiões da Bahia, do país e do mundo, facultando aos usuários um percurso de 35 minutos até Salvador.

No que diz respeito aos meios de comunicação, Vitória da Conquista possui os serviços de empresas do ramo da telefonia fixa e móvel, além de acesso a provedores de internet. A população do Centro-Sul, também, recebe o sinal de quatro canais de TV, destacando-se a TV Sudoeste, afiliada à Rede Globo, com sede em Vitória da Conquista (gerando programas para toda a região), bem como o escritório da TV Aratu.

No campo da comunicação radiofônica e impressa, conta-se com a existência de emissoras de rádio FM e AM, um jornal diário, um semanário, seis tablóides, uma revista mensal e escritórios de jornais de circulação nacional (sucursais). Deve-se dar o devido destaque à TV UESB e rádio UESB, ambas de reconhecida aceitação local.

O setor industrial de Vitória da Conquista emprega cerca quatro mil pessoas, representando 42% da mão-de-obra da indústria da região. Um dos destaques é a indústria da construção civil constituída por empresas que atuam, principalmente, no mercado regional, concorrendo com grandes firmas vindas de outras regiões. Essas empresas desempenham grande papel social, pois absorvem grande contingente de mão-de-obra (LOPES, 2001, p. 84).

O Distrito Industrial, constituído no início da década de 70, localiza-se a, aproximadamente, 5 km do centro de Vitória da Conquista, às margens da BR 116, numa área construída que evoluiu de 850.000 m² para 1.700.000 m² – fase atual. O ramo de produção mais representativo é o de composto de PVC, produtos de limpeza, cerâmica, pré-moldados, colchões, movelaria e bebida engarrafada[[3]](#footnote-3). Entre as empresas do Distrito Industrial de Vitória da Conquista, destacam-se a unidade da NORSA Refrigerantes (Coca-Cola) e a Teiú Indústria e Comércio. Atualmente, existem 32 indústrias nesse distrito gerando, aproximadamente, 1.200 empregos. Contudo, em todo município, é possível identificar outras indústrias, com destaque para empresas de micro e pequeno portes.

O segmento econômico de maior destaque pelo seu ritmo de crescimento se refere ao setor terciário, que corresponde a 50% da renda capitalizada no município e na geração do maior contingente de novos empregos. Levantamento feito pelo SEBRAE, em 1998, aponta a existência no município, de 2.842 estabelecimentos comerciais. Segundo dados da Secretaria de Expansão Econômica do Município, a participação do comércio na renda municipal é estimada em mais de 50%, sendo este o setor que mais tem criado empregos. Os principais produtos comercializados são café, gêneros alimentícios, insumos agropecuários, gado bovino, madeira, peles e mamona.

Além disso, a prestação de serviços é o setor da atividade econômica que mais cresce no Município de Vitória da Conquista, oferecendo serviços na área de educação, os quais vêm se ampliando e diversificando tanto no setor público como no privado, bem como na área de saúde.

Esse crescimento deve-se à participação de instituições como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SETRAS (Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia) e SESC (Serviço Social do Comércio), que contribuem para consolidação do município como um polo regional de serviços. Vale salientar a importância da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que também tem contribuído sobremaneira para que a região seja identificada como polo de serviços.

O município é atendido por nove hospitais sendo seis particulares e três públicos, oferecendo um total de 988 leitos; sete centros de saúde e quatro postos de saúde. Além desses serviços, o município atua nas áreas de consultoria e assessoria contábil e empresarial, telecomunicações, informática e engenharia.

É oportuno ressaltar que Vitória da Conquista é o polo de educação da região, oferecendo vagas do Ensino Fundamental à Pós-Graduação, e, ainda, na Educação Profissional de nível técnico. Segundo dados da Direc-20 e da Secretaria Municipal de Educação, o município conta, atualmente, com 305 escolas de Ensino Fundamental e quinze escolas de Ensino Médio, compreendendo as redes municipal, estadual, federal e a rede particular.

Deve-se dar principal destaque na área educacional, nos últimos cinco anos à Educação Superior, cuja contribuição socioeconômica e cultural dada pela UESB concorreu para o surgimento de instituições privadas, aumentando, assim, a oferta de vagas nesse nível de ensino.

A UESB vem se destacando no oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu. No campo da pós-graduação stricto sensu, essa Instituição mostra mais uma vez o seu pioneirismo com a implantação do primeiro mestrado próprio da região – mestrado em Agronomia. Atualmente conta com outros 9 (nove) mestrados. As instituições privadas, por sua vez, também, já vêm desenvolvendo programas de pós-graduação lato sensu.

Em termos de cultura e lazer, a população de Vitória da Conquista conta com um cinema, dois teatros, onze bibliotecas, um centro de cultura e um museu regional, sendo estes dois últimos administrados pela UESB. A cidade dispõe, também, de um ginásio de esportes, oito clubes recreativos e três estádios de futebol (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1998). O município dispõe, também, em seu perímetro urbano, de uma reserva de mata, denominada Poço Escuro; um monumento “O Cristo”, localizado em um dos pontos mais altos da Serra do Periperi, esculpido em granito pelo artista plástico baiano de renome internacional, Mário Cravo. No centro histórico da cidade, encontra-se a praça “Tancredo Neves”, local onde ocorreu a vitória de uma expedição militar comandada pelo bandeirante João da Silva Guimarães sobre os índios, e, em homenagem a esse feito, foi erguida uma capela em louvor à Nossa Senhora das Vitórias.

No meio rural, temos a Serra do Marçal, local bastante pitoresco constituído de várias cachoeiras e nascentes e, ainda, uma gruta situada no distrito Quatis com inscrições pré-históricas. Eventos realizados no município tais como a Micareta e as exposições agropecuárias realizadas no Parque de Exposição Teopompo de Almeida contribuem para o movimento turístico da cidade.

## **3.3. O Município de Itapetinga**

O Município de Itapetinga possui uma área de 1.627,5 km², contando, além da sede administrativa, com dois distritos: Bandeira do Colônia e Palmares. Itapetinga possui uma população de 68.273 habitantes (IBGE, 2010) e fica situada a 571 km de Salvador, 102 km de Vitória da Conquista e 184 km do Porto de Ilhéus. A oferta de novos postos de trabalho contribuiu para a redução do êxodo da população e gerou um significativo aumento populacional no período de 1996 a 2000. A pecuária bovina é a principal atividade econômica do município, destacando-se os rebanhos bovino, eqüino e muar. O rebanho bovino é formado por mais de 900.000 cabeças. O município possui o maior matadouro frigorífico da região, o Mafrip, que produz cerca de 1.600 toneladas de carne por mês, abatendo oito mil bois/mês.

Além da pecuária, o comércio e a indústria estão cada vez mais presentes. Conforme registro da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), o município possui 204 indústrias e 2.338 estabelecimentos comerciais. Desde 1998, com o surgimento do pólo industrial, localizado na interseção da BR 415, numa área 50 ha, o município dinamizou sua economia e ampliou em, pelo menos, 3.309 empregos diretos e indiretos, com a instalação da fabrica de calçados Azaléia.

A indústria de produtos alimentícios também é destaque no município, representando-se por fábricas de produtos derivados do leite, entre elas, a Vale Dourado e a Cooleite. Itapetinga conta ainda com indústrias de vestuários, bicicletas, dentre outras.

Itapetinga é integrada com o sistema viário nacional, estadual e regional, pelas seguintes rodovias: BR 263, BR 101, BR 191, BA 324, BA 130, BA 270, BA 953, BA 670.

No turismo, Itapetinga dispõe do único zoológico do interior da Bahia, o Parque da Matinha, com uma enorme área verde que abriga espécies de animais silvestres e exóticas em cativeiro, inclusive espécies em extinção. O Parque Poliesportivo da Lagoa, com um cenário magnífico, oferece boas opções de lazer para quem está procurando diversão e ar puro, dispondo de quadras de vôlei e futebol de salão, além de pista de cooper, pedalinho, bares e restaurantes. Outro ponto turístico é a Igrejinha de Pedra do Recanto Indiano, onde se encontra o memorial Juvino Oliveira, que foi um dos pioneiros na fundação do município e dá nome ao campus universitário da UESB nessa cidade.

No que diz respeito aos meios de comunicação, Itapetinga conta com serviço de telefonia fixa e móvel. Possui emissoras de AM e FM, dois jornais semanais e recepção de quatro canais de televisão.

No setor educacional, Itapetinga possui 58 estabelecimentos de Ensino Fundamental, seis estabelecimentos de Ensino Médio, com destaque para EMARC – Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC, mantida pelo Governo Federal e uma instituição de Ensino Superior.

Essa é a realidade dos municípios de Vitória da Conquista e Jequié, que vêm se destacando, como pólos regionais, possibilitando o desenvolvimento social, econômico e cultural. Isto se deve principalmente à presença da UESB nestas cidades, o que tem influenciado a vinda de muitas famílias da região e até de outros estados, em busca de educação superior, gerando renda e alterando a rotina destas localidades que, em face de essa realidade, tornam-se centros dinâmicos em constante processo de ascensão.

## **3.4. O Município de Jequié**

O município de Jequié ocupa uma área de 3.227,3 km2. Atualmente, o município conta com os seguintes distritos: Oriente Novo, Itajuru, Itaibó, Baixão, Boaçu, Monte Branco e Florestal.

Jequié possui uma população estimada em 151.895 habitantes (IBGE 2010), fica situada a 360 km de Salvador pela BR 116, ligada ao Sul do Estado pela BR 330 e BR 101, além de contar com o aeroporto Vicente Grilo, servindo para pouso e decolagem de aviões de pequeno e médio porte, também fazendo ligação de Jequié com a Capital do Estado.

O município compõe uma paisagem caracterizada por relevos e é banhado pelo Rio de Contas com 508 km de extensão, que é sua principal fonte hidrográfica. Conta, ainda, com quedas d’águas importantes situadas nos seguintes rios: Pau-Brasil, Provisão, Calado e Rio Branco; destacando-se, sobremaneira, a Barragem da Pedra construída a aproximadamente 4 km do centro de Jequié.

Na área de comunicação, há em Jequié serviços de emissoras de rádio FM e AM, quatro jornais de circulação regional, escritórios de jornais de circulação nacional (sucursais), serviços de empresas de telefonia fixa e móvel, bem como, acesso a provedores de internet. Recebe sinais de quatro canais de TV, destacando-se a TV Sudoeste com sede na cidade de Vitória da Conquista.

O desenvolvimento econômico de Jequié teve seu marco inicial com a implantação do sistema ferroviário no ano de 1930, ligando Jequié ao Porto de Santo Antônio, no município de Nazaré (Recôncavo Baiano), o que veio favorecer sua expansão comercial.

Na década de 60, o município de Jequié iniciava um novo ciclo, com o desenvolvimento de várias indústrias de confecção, funcionamento de um frigorífico e um curtume, que hoje, ao lado do Parque de Gêneros Alimentícios e do Distrito Industrial Rio das Contas, fortalecem a economia municipal.

Com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que contribuiu para maior concentração de renda na região metropolitana de Salvador, e a crise na lavoura cacaueira, o município de Jequié passou a viver uma realidade de estagnação econômica. Contudo, a sua posição geográfica privilegiada, destacando-se como o segundo maior centro da região do Centro-Sul da Bahia, para onde convergem vários centros menores, contribuiu para que o Município sobrevivesse às crises do setor econômico.

Na década de 90, o município de Jequié experimentou novas possibilidades de desenvolvimento, principalmente pela implantação do Poliduto de derivados de petróleo e álcool, que proporcionou a implantação das bases de distribuição das maiores empresas do setor tais como: Petrobrás, Esso, Ypiranga/Atlantic, Shell, Gás Butano e Minasgás, passado à condição de principal centro de distribuição de derivados de petróleo, indo até parte de Minas Gerais e Espírito Santo. A capacidade de armazenamento da base de distribuição é de 57.000 barris de álcool, 40.000 barris de gasolina, 154.000 barris de óleo diesel e 288.000 barris de GLP - Gás de cozinha.

O Distrito Industrial de Jequié, situado na Av. Otávio Mangabeira, s/n no bairro Mandacaru, em uma área de 55 hectares, conta com estrutura adequada de lotes, rede de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações e condições de acesso. Atualmente, o Distrito Industrial de Jequié é formado por 24 empresas consolidadas que empregam em todo distrito aproximadamente 2.500 pessoas. Essas indústrias se voltam para produção de alimentos, calçados e confecções, destacando-se o Frigorífico Bahia Carnes, responsável pelo fornecimento de carnes para Jequié e região e o Fricapri, especializado no abate de ovino e caprino.

O Parque industrial tem-se ampliado em decorrência de alguns fatores, como o aproveitamento de matéria-prima local, o que possibilitou novos empreendimentos como a fábrica de calçados Ramarim e outras; o que tem contribuído para o fortalecimento das indústrias já existentes. Além das empresas do Parque Industrial, há um número significativo de empresas instaladas em todo município, somando-se um total de 2.290 com CNPJ.

A pecuária e a agricultura formam a base de todo desenvolvimento de Jequié. O município tem uma diversidade produtiva no que se refere à agricultura permanente, destacando-se o cacau com 7.037 hectares plantados, gerando uma produção de 2.174 toneladas e uma renda em torno de R$ 3.350.000,00 por ano. Em segundo lugar, destaca-se o café, com uma área de 307 hectares, plantado, gerando uma renda de R$ 239.000,00 (IBGE, 2000). Também produz outras culturas em menor proporção como: coco da baía, laranja, banana e chá-da-índia. A agricultura temporária é também bastante diversificada, destacando as culturas de: algodão, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, melancia e abacaxi.

A pecuária do município é bastante diversificada, concentrando-se na bovinocultura, avicultura, caprinocultura e ovinocultura, que além de fornecer carne, produz leite (7.692.000 /ano) e ovos (928.000 dz/ano). Destaca-se ainda a apicultura, que produz 1.920kg de mel/ano.

O setor mineral é contemplado com a exploração de jazidas de granito das variedades Kashmir Bahia e Verde Bahia, possuindo, ainda, reservas de ferro, mármore e calcário.

Na área educacional, Jequié conta com 178 estabelecimentos de ensino fundamental e 11 instituições de ensino médio, compreendendo as redes pública e privada, (INEP, 2000). De acordo os dados do INEP, houve um aumento do número de matrículas na Educação Básica, passando de 52.010 em 1999, para 99.837 em 2001.

No nível superior, destaca-se o campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que oferece cursos em nível de graduação e pós-graduação, o que vem contribuindo para a melhoria do nível sócio-econômico e cultural de Jequié e microrregião. O município possui ainda faculdades da iniciativa privada.

Em 1998 o município de Jequié aderiu ao processo de descentralização das ações de saúde para atender a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB/96 - SUS) habilitando-se na gestão plena da atenção básica, assumindo a responsabilidade da elaboração do planejamento, programação e implantação dos serviços básicos de saúde no âmbito das Unidades de saúde da rede básica assim como a referência ambulatorial especializada hospitalar para a população e ainda a gerência de unidades ambulatoriais próprias e reorganização das unidades sobre gestão pública (estatais, conveniadas e contratadas) e o cadastramento nacional dos usuários do SUS; prestação dos serviços relacionados pelo Piso da Atenção Básica (PAB); contratação, controle, auditoria e pagamento aos prestadores dos serviços pelo PAB; execução das ações básicas de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica e elaboração do plano municipal de saúde, relatório anual de gestão com aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde (JEQUIÉ/ PMJ, 2008).

Em março de 2001 a Secretaria Municipal de Saúde assumiu a Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde (NOB I/96), tendo sido reabilitada, conforme requisito da NOAS/2001, em 21 de setembro de 2001. No ano de 2005 o município habilitou-se conforme requisitos da NOAS 01/2002 (JEQUIÉ/SMS, 2006).

Atualmente, o município encontra-se em fase de implantação do Pacto de Gestão 2006 o qual redefine as formas de habilitação e fortalece a capacidade de gestão municipal (JEQUIÉ/SMS, 2006).

## **3.5. Conclusão**

Essa é a realidade dos municípios-sede dos campi da UESB. Eles vêm se destacando como polos regionais fomentando o desenvolvimento social, econômico e cultural. E isso se deve principalmente à presença de uma instituição universitária nessas cidades, o que tem influenciado a vinda de muitas famílias da região e até de outros Estados, em busca de Educação Superior, gerando renda e alterando a rotina dessas localidades que, em conseqüência, tornam-se centros dinâmicos em constante processo de ascensão.

Esses dados permitem visualizar o perfil econômico, social e cultural do espaço geográfico onde se localiza a UESB. Eles possibilitam afirmar que se trata de uma região promissora, digna de um lugar de destaque no cenário econômico e cultural da Bahia, particularmente, por estar sendo favorecida pelo desenvolvimento sustentável proporcionado pela universidade.

# **4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA**

## **4.1.** **Organização Básica**

**Conselho Universitário (CONSU)** – órgão máximo de deliberação a quem compete formular, com prioridade, a política universitária, definir as práticas gerais das áreas acadêmica e administrativa e funcionar como instância revisora, em grau de recurso, das deliberações relativas ao âmbito da sua competência.

**Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)** – órgão consultivo e deliberativo, a quem compete definir a organização e funcionamento da área acadêmica nos aspectos didáticos e científicos, com funções indissociáveis nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os órgãos de administração superior e setorial da Universidade.

**Conselho de Administração (CONSAD)** – órgão colegiado de administração e fiscalização econômico-financeira da Universidade, incumbido de assegurar e regular o funcionamento da entidade.

**Reitoria** – é o órgão executivo da administração superior responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle da Universidade, tendo como auxiliares de direção superior os seguintes órgãos: Gabinete do Reitor; Vice-Reitoria; Procuradoria Jurídica; Assessoria Técnica; Unidade de Desenvolvimento Organizacional; Pró-Reitoria de Administração e Recursos Humanos; Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

## **4.2. Órgãos da Administração Setorial**

### 4.2.1. Departamento

Departamento é o órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação das atividades didático-científica e administrativa, com competências definidas no Regimento Geral. Atualmente, a UESB tem 15 departamentos, distribuídos conforme o Quadro 2.

|  |  |
| --- | --- |
| **DEPARTAMENTO** | **CAMPUS** |
| Ciências Exatas e Naturais (DCEN) | Itapetinga |
| Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) |
| Tecnologia Rural e Animal (DTRA) |
| Ciências Biológicas (DCB) | Jequié |
| Ciências Humanas e Letras (DCHL) |
| Química e Exatas (DQE) |
| Saúde I (DS I) |
| Saúde II (DS II) |
| Ciências Exatas (DCE) | Vitória da Conquista |
| Ciências Naturais (DCN) |
| Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) |
| Engenharia Agrícola e Solos (DEAS) |
| Estudos Lingüísticos e Literários (DELL) |
| Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) |
| Fitotecnia e Zootecnia (DFZ) |
| Geografia (DG) |
| História (DH) |

**Quadro 2 –** Departamentos por *campus*

Fonte: Catálogo dos Cursos de Graduação da UESB.

### 4.2.2. Colegiado

Colegiado de Curso é o órgão de coordenação didático-pedagógica dos cursos de graduação e pós-graduação, com competências definidas no Regimento Geral. Atualmente a UESB possui 37 colegiados, distribuídos, por campus, conforme o Quadro 3.

| **COLEGIADOS** | **CAMPUS** |
| --- | --- |
| Ciências Biologias | Itapetinga |
| Engenharia de Alimentos |
| Engenharia Ambiental |
| Física |
| Pedagogia |
| Química |
| Zootecnia |
| Ciências Biológicas | Jequié |
| Educação Física |
| Enfermagem |
| Dança |
| Farmácia |
| Fisioterapia |
| Letras |
| Matemática |
| Medicina |
| Odontologia |
| Pedagogia |
| Química |
| Sistemas de Informação |
| Teatro |
| Administração | Vitória da Conquista |
| Agronomia |
| Ciência da Computação |
| Ciências Biológicas |
| Ciências Contábeis |
| Ciências Econômicas |
| Ciências Sociais |
| Cinema e Audiovisual |
| Comunicação Social |
| Direito |
| Engenharia Florestal |
| Filosofia |
| Física |
| Geografia |
| História |
| Letras |
| Matemática |
| Medicina |
| Pedagogia |
| Psicologia |

**Quadro 3** – Colegiados por *campus.*

Fonte: Catálogo dos Cursos de Graduação UESB.

## **4.3. Órgãos Suplementares**

São suplementares os órgãos destinados a auxiliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e execução de programas aprovados pela Reitoria, ou pelos Departamentos, para toda a Universidade. São os seguintes órgãos: Biblioteca Central e Setoriais; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CAP); Diretoria do Campo Agropecuário (DICAP); Diretoria Técnica Operacional em Recursos Audiovisuais (DITORA); Editora Universitária; Gráfica Universitária; Museu Regional; Prefeituras dos *campi*; Produtora Universitária de Vídeo (PROVÍDEO); Serviço Médico Odontológico e Social.

## **4.4. Biblioteca Central**

A Biblioteca Central da UESB, notadamente *campus* de Vitória da Conquista, está instalada em área de 1.422 m2 juntamente com espaço do Teatro Glauber Rocha, área de 590 m2 e capacidade suficiente para abrigar aproximadamente 300 (trezentos) pessoas sentadas. No espaço da biblioteca, há milhares de livros, monografias, periódicos e videoteca, todos necessários ao bom funcionamento do Curso de .... Estes títulos são atualizados periodicamente conforme a disponibilidade financeira da UESB, sendo que a relação completa de títulos encontra-se em poder do Colegiado de Curso.

# **5. DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

A UESB tem como principal fonte de financiamento os recursos transferidos pelo Governo do Estado da Bahia, cujos recursos são destinados ao atendimento das despesas com a manutenção da entidade, bem como, com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além dos recursos vinculados ao tesouro estadual, a UESB capta receitas oriundas de cursos, treinamentos, prestações de serviços e produção agropecuária que, juntamente com as receitas provenientes de convênios com órgãos da administração federal, estadual e municipal, compõem o orçamento previsto de outras fontes.

Por ser uma Autarquia Estadual, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia possui autonomia didático-científica, administrativa e de Gestão financeira e patrimonial. Integram a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) os seguintes *campi*:

* Campus de Vitória da Conquista – Localiza-se numa área total de 278 ha (2.780.000 m²) com uma área construída de 22.515 m².
* Campus de Itapetinga – Localiza-se numa área total de 52,45 ha (524.500 m²) com uma área construída de 7.630 m².
* Campus de Jequié – Localiza-se numa área total de 8,7 ha (87.000 m²) com uma área construída de 11.273 m². Ao campus de Jequié está sendo incorporada uma área de 4.581,25 m² recentemente adquirida pela UESB. Em 2005 foi doado um terreno de 150 hectares para incorporação ao patrimônio do Campus de Jequié.

De acordo com o Art. 224 do regimento da instituição, o patrimônio da Universidade, administrado pelo Reitor, com observância das normas estatutárias e regimentais, é constituído de: bens móveis e imóveis, direitos e valores que lhe pertençam; bens, direitos e valores que, a qualquer título, lhe sejam assegurados e transferidos; doações e subvenções recebidas de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais. E os que vierem a ser constituídos na forma legal.

A Universidade poderá receber doações, legados, cessões temporárias de direitos efetuados por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais. Quando essas doações, legados ou concessões importarem em ônus adicionais, deverão ser previamente submetidas à deliberação do Conselho Universitário – CONSU. As doações, alienações e baixas a qualquer título, de bens patrimoniais incorporados à Universidade, deverão ter a prévia autorização do Conselho de Administração – CONSAD, observada a legislação pertinente.

Além dos bens imóveis acima discriminados, a UESB tem incorporado ao seu patrimônio bens móveis, cuja composição engloba móveis, equipamentos de laboratório, automóveis e outros equipamentos, que não podem ser mensurados financeiramente em função da desvalorização inflacionária incidente sobre as contas patrimoniais, que será regularizado com o processo de reavaliação de bens já em curso.

# **6. REGIMENTO GERAL DA UESB**

O Regimento Geral tem por objetivo disciplinar a organização e o funcionamento comuns dos diversos órgãos, serviços e atividades didático-científicas e administrativas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, explicitando princípios e disposições estatutárias e fixando padrões normativos a que deverá ajustar-se a elaboração de regimentos específicos. O mesmo se encontra descrito no **Anexo III** deste projeto.

# **7. DOCUMENTOS FISCAIS DA INSTITUIÇÃO (certidões, etc)**

A Entidade se encontra em situação de plena regularidade fiscal e parafiscal segundo se comprova pela documentação constante do Anexo III deste projeto – Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal. No **Anexo IV,** encontram-se as Certidões Negativas de Débitos do Instituto Nacional do Seguro Social, Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

# **8. DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO**

## **8.1. Cursos Existentes**

| **CURSOS** | **MODALID** | **CAMPUS** | **VAGAS** | **SITUAÇÃO** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **AUTORIZAÇÃO** | | **RECONHEC** | **RENOV REC** |
| Administração | Bacharelado | **VCA** | 80 | Dec. 85.363 DOU 18.11.80 | | Port. Min. 139 DOU 11.03.87 | - |
| Agronomia | Bacharelado | **VCA** | 80 | Dec. 90.842 DOU 24.01.85 | | Port. Min. 59 DOU 12.02.90 | - |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | **VCA** | 40 | Resolução CONSEPE 51/98 DOE 01.06.99 | | Dec. 9.753 DOE 04.01.06 | Proc.CEE 25840-1 /2012 |
| Ciências Biológicas | Bacharelado | **VCA** | 30 | Resolução CONSEPE 85/08 DOE 30.04.09 | | - | - |
| Ciência da Computação | Bacharelado | **VCA** | 40 | Res. CEE 097/97 DOE 24.12.97 | | Dec. 9.299   DOE 05.01.05 | - |
| Ciências Contábeis | Bacharelado | **VCA** | 40 | Dec. s/n 20/04/92 DOE 22.04.92 | | Dec. Est. 10.490         DOE 12.10.07 | - |
| Ciências Econômicas | Bacharelado | **VCA** | 40 | Resolução CONSEPE 11/98 DOE 01.06.99 | | Decreto 9.810 DOE 21.02.06 | - |
| Ciências Sociais | Licenciatura | **VCA** | 40 | Res.CONSEPE 11/2014  DOE 30.01.14 | | - | - |
| Cinema e Audiovisual | Bacharelado | **VCA** | 40 | Res. CONSEPE 71/2009 DOE 14.10.09 | | - | - |
| Comunicação Social | Bacharelado | **VCA** | 40 | Res. CEE 083/97  DOE 24.12.97 | | Dec. Est. 9.204 DOE 26.10.04 | Dec.Est. 14.985 DOE  12.03.14 |
| Direito | Bacharelado | **VCA** | 80 | Res. CONSEPE 030/99 DOE 01.06.99 | | Dec. Est. 8.801 DOE 04.12.03 | Dec. Est. 13.589 DOE 14 e 15.01.12 |
| Engenharia Florestal | Bacharelado | **VCA** | 25 | Res. CONSEPE 77/2004, 13.09.04 | | Dec. Est. 12.332 DOE 18.08.10 | - |
| Filosofia | Licenciatura | **VCA** | 40 | Res. CONSEPE 80/2008 DOE 23.12.08 | | Dec. Est. 15.325  DOE 05/08/14 | - |
| Física | Licenciatura | **VCA** | 40 | Res. CONSEPE 115/01 DOE 20.12.01 | | Decreto nº 10.030 DOE 15.06.06 | Decreto nº 14.262  DOE 04.01.13 |
| Geografia | Licenciatura | **VCA** | 80 | Dec. 90.589 DOU 30.11.84 | | Port,. Min. 833 DOU 08.06.92 | - |
| História | Licenciatura | **VCA** | 80 | Dec. 90.588 DOU 30.11.84 | | Port. Min. 1.070           DOU 15.07.92 | - |
| Letras Vernáculas | Licenciatura | **VCA** | 30 | Dec. 85.362 DOU 18.11.80 | Res. CONSEPE 78/2004 | Port. Min. 372 DOU 10.05.85 | - |
| Letras Modernas (Port/Ing) | Licenciatura | **VCA** | 30 | Dec. 90973 DOU 25.02.85 | Res. CONSEPE 78/2004 | Port. Min. 834 DOU 08.06.92 | - |
| Matemática | Licenciatura | **VCA** | 40 | Res. CONSEPE 48/98 DOE 01.06.99 | | Dec. 9.129 DOE 01.07.04 | Dec. 13.441 DOE 24.11.11 |
| Medicina | Bacharelado | **VCA** | 30 | Res. CONSEPE 62/2004 05.08.2004 | | Dec. 12.399 DOE 28.09.10 | - |
| Pedagogia | Licenciatura | **VCA** | 80 | Res. CEE - 084/97 DOE 24.12.97 | | Dec. 9.522 DOE 24.08.05 | Proc.CEE  2931-7       /2012 |
| Psicologia | Bacharelado | **VCA** | 40 | Res. CONSEPE 58/2010 DOE 03.09.10 | | - | - |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | **JEQ** | 50 | Res. CONSEPE 50/98 DOE 01.06.99 | | Dec. 9.523/05 DOE 24.08.05 | Dec. Est. 15.515,  DOE - 02/10/14 |
| Ciências Biológicas - Ênfase em Genética | Bacharelado | **JEQ** | 20 | Res. CONSEPE 50/98 DOE 01.06.99 | | Dec. 9.523 DOE 24.08.05 | - |
| Ciências Biológicas - Ênfase em Ecologia de Águas Continentais |
| Dança | Licenciatura | **JEQ** | 20 | Res. CONSEPE 28/2012 DOE 14,15.07.12 | | - | - |
| Educação Física | Licenciatura | **JEQ** | 40 | Res. CEE - 080/96 DOE 11.10.97 | | Dec. 8.565 DOE 14 e 15.06.03 | - |
| Enfermagem | Bacharelado | **JEQ** | 50 | Dec. 90.587 DOU 30.11.84 | | Port. Min. 214 DOU 24.04.89 | - |
| Farmácia | Bacharelado | **JEQ** | 40 | Res.CONSEPE 16/2007 e 31/2008 DOE 08.05.07 e 01.07.08 | | Dec. Est. 15.439  DOE 19/09/2014 | - |
| Fisioterapia | Bacharelado | **JEQ** | 50 | Res. CONSEPE 17/98 DOE 01.06.99 | | Dec. 9.362 DOE 10.03.05 | Proc.CEE 53179-7 /2010 |
| Letras Hab. Português/Literaturas de Língua Portuguesa | Licenciatura | **JEQ** | 80 | Port. Min. 29 DOU 09.01.92 | | Port. Min. 1.320/96 DOU 24.12.96 | - |
| Matemática com enfoque em Informática | Licenciatura | **JEQ** | 40 | Res. CONSEPE 50/00 DOE 05.05.00 | | Dec. 9.618 DOE 03.11.05 | Proc.CEE 53756-8 /2011 |
| Medicina | Bacharelado | **JEQ** | 40 | Res. CONSEPE 82/08 DOE 23.12.08 | | - | - |
| Odontologia | Bacharelado | **JEQ** | 40 | Res. CONSEPE 67/04 13.08.04 | | Dec. 12.852  DOE 12.05.11 | - |
| Pedagogia | Licenciatura | **JEQ** | 80 | Res. CEE - 084/97 DOE 24.12.97 | | Dec. 8.741 DOE 13.11.03 | Dec. 11.326 DOE 19.11.08 |
| Química | Licenciatura | **JEQ** | 40 | Res. CONSEPE 47/98 DOE 01.06.99 | | Dec. 9.616 DOE 03.11.05 | Dec.Est. 15.479  DOE 24/09/14 |
| Química | Bacharelado | **JEQ** | 20 | Res. CONSEPE 77/04 13.09.04 | | Dec. 11.496 DOE 18 e 19.04.09 | - |
| Sistemas de Informação | Bacharelado | **JEQ** | 30 | Res. CONSEPE 31/05 08.08.05 | | Dec. Est.  15.326  DOE 05/08/14 | - |
| Teatro | Licenciatura | **JEQ** | 20 | Res. CONSEPE  27/2012 DOE 14,15.07.12 | | - | - |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | **ITAP** | 20 | Res. CONSEPE 75/04 de 13.09.04 | | Dec. 13.806  DOE 24 e 25.03.12 | - |
| Ciências Biológicas | Bacharelado | **ITAP** | 20 | Res. CONSEPE 83/08 DOE 27.01.09 | | - | - |
| Engenharia de Alimentos | Bacharelado | **ITAP** | 40 | Res. CONSEPE 49/98 DOE 01.06.99 | | Dec. 9.962 DOE 31.03.06 | Dec.14.663 DOE 31.07.13 |
| Engenharia Ambiental | Bacharelado | **ITAP** | 30 | Res. CONSEPE 39/03 08.09.03 | | Dec. 12.777 DOE 20.04.11 | - |
| Física | Licenciatura | **ITAP** | 20 | Res. CONSEPE 59/2010  DOE 03.09.10 | | - | - |
| Pedagogia | Licenciatura | **ITAP** | 60 | Res. CEE - 084/97 DOE 24.12.97 | | Dec. 9.488 DOE 14.07.05 | Dec. Est. 15.664  DOE - 18/11/14 |
| Química | Licenciatura | **ITAP** | 20 | Res. CONSEPE 38/03 | | Dec. 12.406 DOE 05.10.10 | - |
| Química com Atribuições Tecnológicas | Bacharelado | **ITAP** | 20 | Res. CONSEPE 81/08 DOE 27.01.09 | | - | - |
| Zootecnia | Bacharelado | **ITAP** | 60 | Dec. 90.841 DOU 25.01.85 | | Port. Min. 447 DOU 18.03.91 | - |

Fonte: Catálogo dos Cursos. Prograd. 2015.

## **8.2. Docentes, Técnico-Administrativos e Alunos**

### 8.2.1. Quadro efetivo

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CAMPUS** | **SEGMENTO** | | | **COMPARATIVO** | | |
| **ALUNO** | **DOCENTE** | **TÉCNICO** | **AL/DOC** | **AL/TÉC** | **PRO/TEC** |
| VCA | 4.193 | 496 | 320 | 8,45 | 13,01 | 1,55 |
| JEQ | 2.518 | 419 | 99 | 6 | 25,43 | 4,23 |
| ITAP | 1.300 | 134 | 52 | 9,7 | 25 | 2,57 |
| **TOTAL** | **8.011** | **1.049** | **471** | **7,63** | **17,00** | **2,22** |

Fonte: GA-SGC-GRH/Maio 2014.

### 8.2.2. Quadro geral (efetivos, temporários, graduação, pós-graduação)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CAMPUS** | **SEGMENTO** | | | **COMPARATIVO** | | |
| **ALUNO** | **DOCENTE** | **TÉCNICO** | **AL/DOC** | **AL/TÉC** | **PRO/TEC** |
| VCA | 4.484 | 527 | 540 | 8,5 | 8,3 | 0,97 |
| JEQ | 2.704 | 448 | 161 | 6,03 | 16,79 | 2,78 |
| ITAP | 1.458 | 146 | 109 | 9,98 | 13,37 | 1,33 |
| **TOTAL** | **8.646** | **1.121** | **810** | **7,71** | **10,67** | **1,38** |

Fonte: GA-SGC-GRH/Maio 2014.

## **8.3. Avaliação IGC / Mec – 2012 (estadual e nacional)**

| IES | IGC |
| --- | --- |
| Universidade Estadual de Goiás | 3 |
| Universidade do Estado da Bahia | 3 |
| Universidade do Estado de Mato Grosso | 3 |
| Universidade do Estado do Pará | 3 |
| Universidade do Estado do Rio Grande do Norte | 3 |
| Universidade Estadual da Paraíba | 3 |
| Universidade Estadual de Feira de Santana | 3 |
| Universidade Estadual de Santa Cruz | 4 |
| Universidade Estadual do Ceará | 3 |
| Universidade Estadual do Maranhão | 3 |
| Universidade Estadual do Piauí | 3 |
| **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia** | **3** |
| Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina | 4 |
| Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 4 |
| Universidade Estadual de Londrina | 4 |
| Universidade Estadual de Maringá | 4 |
| Universidade Estadual de Ponta Grossa | 4 |
| Universidade Estadual do Oeste do Paraná | 4 |
| Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | 4 |

Fonte: MEC.

### 8.4. Resultados do ENADE

| **CURSOS** | **MODALID** | **CAMPUS** | **ANO/CONCEITO** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |
| Administração | Bacharelado | **VCA** | - | - | 4 | - | - | 4 |
| Agronomia | Bacharelado | **VCA** | 2 | - | - | 2 | - |  |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | **VCA** | - | 2 | - | - | - | - |
| Ciências Biológicas | Bacharelado | **VCA** | - | - | - | - | - | - |
| Ciência da Computação | Bacharelado | **VCA** | - | 3 | - | - | 2 | - |
| Ciências Contábeis | Bacharelado | **VCA** | - | - | 4 | - | - | 4 |
| Ciências Econômicas | Bacharelado | **VCA** | - | - | 3 | - | - | 2 |
| Comunicação Social | Bacharelado | **VCA** | - | - | 3 | - | - | 3 |
| Direito | Bacharelado | **VCA** | - | - | 5 | - | - | 2 |
| Engenharia Florestal | Bacharelado | **VCA** | - | SC | - | - | 3 | - |
| Física | Licenciatura | **VCA** | - | 3 | - | - | 2 | - |
| Geografia | Licenciatura | **VCA** | - | 4 | - | - | 4 | - |
| História | Licenciatura | **VCA** | - | 3 | - | - | 1 | - |
| Letras Vernáculas | Licenciatura | **VCA** | - | 3 | - | - | 4 | - |
| Letras Modernas (Port/Ing) | Licenciatura | **VCA** | - | 3 | - | - | 4 | - |
| Matemática | Licenciatura | **VCA** | - | 2 | - | - | 3 | - |
| Medicina | Bacharelado | **VCA** | SC | - | - | 4 | - | - |
| Pedagogia | Licenciatura | **VCA** | - | 4 | - | - | 2 | - |
| Ciências Biológicas | Licenciatura/  Bacharelado | **JEQ** | - | - | - | - | 3 | - |
| Educação Física | Licenciatura | **JEQ** | 1 | - | - |  | - | - |
| Enfermagem | Bacharelado | **JEQ** | 4 | - | - | 5 | - | - |
| Farmácia | Bacharelado | **JEQ** |  | - | - | SC | - | - |
| Fisioterapia | Bacharelado | **JEQ** | SC | - | - | 4 | - | - |
| Letras Hab. Português/Literaturas de Língua Portuguesa | Licenciatura | **JEQ** | - | 3 | - | - | 1 | - |
| Matemática com enfoque em Informática | Licenciatura | **JEQ** | - | 2 | - | - | 2 | - |
| Odontologia | Bacharelado | **JEQ** | SC | - | - | 4 | - | - |
| Pedagogia | Licenciatura | **JEQ** | - | 3 | - | - | 4 | - |
| Química | Licenciatura | **JEQ** | - | 4 | - | - | 3 | - |
| Química | Bacharelado | **JEQ** | - | - | - | - | 2 | - |
| Sistemas de Informação | Bacharelado | **JEQ** | - | SC | - | - | 2 | - |
| Ciências Biológicas | Licenciatura | **ITAP** | - | SC | - | - | 4 | - |
| Ciências Biológicas | Bacharelado | **ITAP** | - | - | - | - |  |  |
| Engenharia de Alimentos | Bacharelado | **ITAP** | - | 3 | - | - | 5 | - |
| Engenharia Ambiental | Bacharelado | **ITAP** | - | SC | - | - | 3 | - |
| Pedagogia | Licenciatura | **ITAP** | - | 3 | - | - | 4 | - |
| Química | Licenciatura | **ITAP** | - | SC | - | - | SC | - |
| Química com Atribuições Tecnológicas | Bacharelado | **ITAP** | - | - | - | - | - | - |
| Zootecnia | Bacharelado | **ITAP** | 4 | - | - | 4 | - | - |

SC – sem conceito. O ENADE não atribui conceito a cursos novos, que não tinham alunos concluintes na época do exame. Nesses casos apenas as turmas de ingressantes (7 a 22% do curso integralizado) realizaram o exame.

Fonte: MEC.

## **8.5. Condições do Campus onde funciona o Curso**

### 8.5.1. Espaço físico do campus de ...

**Tabela 1 –** Evolução da área construída *campus* de ... – Ano Base ....

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** |
| Área construída em m² |  |  |  |  |  |

Fonte: .

Neste contexto evolutivo a UESB, no ano de 2003, constrói várias unidades, tais como: Restaurante Universitário, Biofábrica, laboratório de Comunicação etc, tendo-se em 2004 iniciado a construção do módulo de sala de aulas e laboratórios para o curso de Medicina, sendo inaugurado em março de 2006, ampliando seu espaço construído e proporcionando maior conforto a todos que utilizam o *Campus*.

Outras construções foram realizadas ou estão em andamento nos *Campi* de Jequié e Itapetinga, para abrigar, respectivamente, os cursos de Odontologia e Engenharia Ambiental.

Dentre os vários módulos existentes, destaque para aqueles em que funciona o Curso de ..., podendo-se citar o módulo acadêmico onde estão presentes o Departamento de ..., em que o Curso está hospedado, e o Colegiado de Curso com as seguintes características, quanto ao espaço físico:

**Tabela 2** – Outras Áreas *campus* de Vitória da Conquista

| **LOCAL** | **Nº ORDEM** | **DISCRIMINAÇÃO** | **ÁREA (m²)** |
| --- | --- | --- | --- |
| Módulo Acadêmico |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Pavimento Térreo | 1 | Departamento de Ciências Sociais Aplicadas | 37,85 |
|  | 2 | Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários | 37,85 |
|  | 3 | Departamento de História | 37,85 |
|  | 4 | Departamento de Geografia | 37,85 |
|  | 5 | Departamento de Filosofia e Ciências Humanas | 37,85 |
|  | 6 | Departamento de Fitotecnia e Zootecnia | 37,85 |
|  | 7 | Departamento de Engenharia Agrícola e Solos | 37,85 |
|  | 8 | Departamento de Ciências Naturais | 37,85 |
|  | 9 | Departamento de Ciências Exatas | 37,85 |
|  |  |  |  |
|  |  | TOTAL | **340,65** |
|  |  |  |  |
|  | 1 | Colegiado do Curso de Matemática e Colegiado do Curso de Ciências da Computação | 37,85 |
|  | 2 | Colegiado do Curso de Direito | 32,49 |
|  | 3 | Colegiado do Curso de Administração | 32,49 |
|  | 4 | Colegiado do Curso de Agronomia | 32,49 |
|  | 5 | Colegiado do Curso de História | 32,49 |
|  | 6 | Colegiado do Curso de Letras | 32,49 |
|  | 7 | Colegiado do Curso de Geografia | 32,49 |
|  | 8 | Colegiado do Curso de Direito e Economia | 37,85 |
|  | 9 | Colegiado do Curso de Biologia e Colegiado do Curso de Comunicação | 37,85 |
|  | 10 | Colegiado do Curso de Pedagogia | 32,49 |
|  | 11 | Colegiado do Curso de Física | 37,85 |
|  |  |  |  |
|  |  | TOTAL | **378,83** |
| Módulo Acadêmico |  | Secretaria Geral de Cursos | 156 |
|  | Coordenação de Pós-Graduação em Agronomia | 18,92 |
|  | Sala de Reuniões 1 | 70 |
|  | Sala de Atividades Docentes | 66 |
|  | Sala 1 e 2 para usuários de Computação | 65 |

| **LOCAL** | **Nº ORDEM** | **DISCRIMINAÇÃO** | **ÁREA (m²)** |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Sala de Projetos – PIBIC | 24,65 |
|  | Sala de apoio à Extensão | 32,49 |
| Módulo III |  |  | 757,66 |
|  | Sala de Seminários 1 | 158 |
|  | Sala de Seminários 2 | 158 |
| CAP |  |  |
|  | Sala de Seminários 3 | 268 |
| Módulo II |  |  |
|  | Sala do Tribunal do Júri e Cartório | 180 |
| Biblioteca Central |  |  |
|  | Biblioteca | 1.422,00 |
| Áreas Diversas | Teatro Glauber Rocha | 590 |
|  | Administração Central da UESB | 1.225,00 |
|  | Administração Colateral – PAV. 2 | 659 |
|  | Centro de Aperfeiçoamento Profissional – CAP | 637 |
|  | Creche (módulos 1 e 2) | 255 |
|  | Escola do Bem Querer (1ºgrau) | 553 |
|  | Gráfica Universitária (módulo inicial) | 101 |
|  | Posto Médico | 45 |
|  | Estação Meteorológica | 243 |
|  | Pavilhão de Artes | 288 |
|  | Núcleo de Estudos Interdisciplinares (em instalação) | 800 |
|  | Ginásio de esportes | 961 |
|  |  | Quadra Poliesportiva aberta | 760 |
|  | Centro de Convivência (em instalação) | 850 |
|  | Módulo Odontológico | 232,5 |
|  | Módulo da Prefeitura de *Campus* | 360 |
|  | Unidade de Informática | 238 |
| Campo Agropecuário | Livraria | 49 |
|  | Polo Apícola (Módulo inicial) | 154 |
|  | Aprisco | 64 |
|  | Casas de Vegetação | 215 |
|  | Viveiro | 423 |
|  | Galpão de Implementos Agrícolas | 352 |
|  | Oficina de Máquinas e Motores | 288 |

Fonte: Projeto de Recredenciamento da UESB.

Os módulos de ensino e pesquisa incluem: salas de aulas, apoio acadêmico, auditório e laboratórios, com destaque para os Módulos: Antonio Luís dos Santos (salas de aulas, apoio acadêmico e auditórios), discriminado em Módulo III e Módulo IV: Laboratórios, tal como se observa a seguir conforme a área construída:

**Tabela 3 –** Salas de Aula (SAT*) campus* de Vitória da Conquista

| **LOCAL** | **Nº ORDEM** | **DISCRIMINAÇÃO** | **ÁREA (m²)** |
| --- | --- | --- | --- |
| Módulo I  Térreo  1º Pavimento  2º Pavimento  Módulo II  Térreo  1º Pavimento  2º Pavimento  Módulo III | 1  2  3  4  5  6  7  8  9  10  11  12  13  14  15  16  17  18  19  20  21  22  23  24  25  26  27  28  29  30  31  32  33  34  35  36  37  38 | SAT 01  SAT 02  SAT 03  SAT 05  SAT 06  SAT 07  SAT 08  SAT 09  SAT 10  SAT 11  SAT 13  SAT 14  SAT 15  SAT16 SAT17  SAT18  SAT 19  Subtotal  SAT-1-Pav. Térreo  SAT01 SAT02 SAT03 SAT04  SAT05 SAT06 SAT 07  SAT08 SAT09 SAT10  Subtotal  SAT 01  SAT02 SAT03 SAT04 SAT05 SAT06 SAT07  SAT08 SAT09 SAT10 | 25,00  31,00  49,00  49,00  49,00  49,00  25,00  31,00  49,00  49,00  49,00  49,00  49,00  49,00  49,00  49,00  66,50  **766,50**  49,00  49,00  49,00  49,00  49,00  49,00  49,00  66,50  49,00  49,00  49,00  **556,50**  51,80  48,20  51,80  51,80  48,20  48,20  51,80  51,80  76,80 |
| Oficina  Máquinas  Pavilhão 5 | 39  40  41  42  43  44  45  46  47 | SAT11 SAT12 SAT13 SAT14 SAT15  Subtotal  SAT Máquinas e Motores  Subtotal  SAT 01 – especial  SAT 02 – especial  Sala de Cartografia  Subtotal  TOTAL GERAL | 76,80  48,20  51,80  51,80  76,80  76,80  **862,60**  45,00  **45,00**  43,65  43,65  87,30  **174,60**  **2.405,20** |

Fonte: Projeto de Recredenciamento da UESB.

**Tabela 4 –** Laboratórios Existentes *campus* de Vitória da Conquista

| **LOCAL** | **Nº ORDEM** | **DISCRIMINAÇÃO** | **ÁREA (m²)** |
| --- | --- | --- | --- |
| Módulo I  Módulo II  Módulo IV | 1  2  3  4  5  6  7  8  9  10  11  12  13  14  15  16  17 | Laboratório de Sistemas Digitais  Lab. de Linguagem de Programação    Subtotal  Lab. de Desenho Técnico e Geométrico  Subtotal  Laboratório de Física  . Eletricidade e Magnetismo  . Mecânica  . Ótica Termodinâmica  . Física Nuclear e Quântica  Laboratório de Química  . Analitica e Inorgânica  Lab. de Bioquímica e Química Orgânica  Lab. Botânica  Lab. Anatomia  Lab. Genética  Lab. Biologia Geral  Lab. Geologia  Lab. Zoologia  Lab. Ecologia  Lab. de Línguas  Lab. de Multimídia e Telejornalismo  Lab. de jornalismo Impresso  Lab. de Ensino de Geografia | 6,50  49,00  **115,50**  66,50  **66,50**  68,80  68,80  68,80  68,80  68,80  68,80  59,00  59,00  68,80  68,80  59,00  68,80  68,80  68,80  68,80  59,00  59,00 |
| **LOCAL** | **Nº ORDEM** | **DISCRIMINAÇÃO** | **ÁREA (m²)** |
| Pavilhão 4  Pavilhão 5  Pavilhão 6  Pavilhão 7  Em instalação  Área externa  Estação Meteorológica | 18  19  20  **21**  22  23  24  25  26  27  28  29  30  31  32  33  34 | Laboratório de Geomorfologia e Geoprocessamento  Lab. de Cartografia e Fotointerpretação  Lab. de Ensino de Matemática  Lab. de Ciências Sociais Aplicadas. Administração, Economia. Direito e Direito    Subtotal  TOTAL DOS MÓDULOS 1, 2 e 4  Laboratório de Solos  Lab. de Hidraulica e Irrigação  Lab. de Tecnologia de Alimentos e Lab. de Controle e qualidade de Água  Subtotal  Laboratório de Melhoramento e Produção Animal  Lab. de Nutrição Animal  Subtotal  Laboratório de Biotecnologia  Lab. de Entomologia Agrícola  Lab. de Fitopatologia  Lab. de Fisiologia Vegetal  Lab. de tecnologia de sementes  Subtotal  Ampliação Lab. de Fisiologia Vegetal e Entomologia  Laboratório de Nematologia  Subtotal  Lab. de Reprodução de OVINOS e CAPRINOS  Laboratório de Climatologia  Subtotal  TOTAL GERAL | 68,80  68,80  59,00  **39,70**  **39,70**  **1.394,60**  **1.576,60**  260,38  73,56  95,00  **428,94**  145,63  80,50  **226,13**  62,35  108,00  90,00  114,00  49,00  **423,35**  200,00  121,00  **321,00**  86,00  100,00  186,00  **3.162,00** |

Fonte: Projeto de Recredenciamento da UESB.

### 8.5.2. Equipamentos necessários ao funcionamento do curso

A UESB disponibiliza aos cursos de Graduação diversos equipamentos eletro-eletrônicos ou não, amplamente utilizados pelos professores que ministram aulas no Curso de .... Esses equipamentos são administrados e disponibilizados pela Diretoria Técnica Operacional em Recursos Áudio-Visuais (DITORA), através das subunidades presentes nos Módulos de Sala de Aula e Laboratórios, sendo estes:

* Quadro branco e pincel atômico;
* Aparelho Retroprojetor;
* Equipamentos de som e imagem – televisão, vídeo-cassete, *transcoder*, microcomputador e aparelhos de som;
* Microcomputador *laptop* e equipamento *Data Show*;
* Álbum seriado;
* Videoteca – disponível na Biblioteca Central;
* Laboratório de Informática;
* Etc.

# **9. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO CURSO**

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, criada pela Lei Delegada nº 12, de 13/12/80, está organizada sob a forma de Autarquia Estadual, entidade dotada de personalidade jurídica, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial, segundo o Decreto Federal nº 94.250, de 22/04/87 (autorização), Decreto Estadual nº 7.344, de 27/05/98 (credenciamento) e Decreto Estadual nº 9.996, de 02 de maio de 2006 (recredenciamento).

Na condição de autarquia de natureza estadual, a UESB tem sua manutenção assegurada integralmente pelo Estado, conforme determina a Constituição Estadual nos artigos a seguir:

*“Art. 262 – O ensino superior, responsabilidade do Estado, será ministrado pelas Instituições Estaduais do Ensino Superior, mantidas integralmente pelo Estado, [...]”.*

*“Art. 265 - § 3º - As Instituições Estaduais de Pesquisas, Universidades, Institutos e Fundações terão a sua manutenção garantida pelo Estado, bem como a sua autonomia científica e financeira [...]”.*

O artigo 23 do Decreto nº 7.329, de 07/05/98 (Regulamento da UESB), afirma que as receitas que asseguram a manutenção da UESB advêm de dotações consignadas no orçamento do Estado e de outras fontes, a saber:

*“Art. 23 – Constituem receitas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB:*

*I – dotações consignadas no Orçamento Fiscal do Estado;*

*II – rendas patrimoniais e as provenientes de prestação de serviços;*

*III – produto de operações de crédito;*

*IV – subvenções, auxílios e legados;*

*V – recursos oriundos de convênios e outros que lhe forem atribuídos;*

*VI – recursos provenientes de alienações de bens patrimoniais;*

*VII – saldos financeiros de exercícios encerrados;*

*VIII – taxas estabelecidas pelo CONSAD;*

*IX – outras receitas de qualquer natureza.”*

O orçamento da UESB é elaborado pela Assessoria de Planejamento (ASPLAN), a partir de uma consulta aos setores administrativos e acadêmicos, dos quais é extraído um diagnóstico sobre as demandas para o exercício seguinte, incluindo-se a este um levantamento das despesas fixas com pessoal e contratos de manutenção. Essa proposta orçamentária é encaminhada à Secretária de Educação do Estado da Bahia (SEC – BA), para compatibilização com o orçamento geral desta Secretaria e do Estado como um todo. A Assessoria Técnica de Finanças e Planejamento (ASPLAN) é responsável pela execução e acompanhamento do orçamento da Instituição, de maneira que as metas da UESB sejam cumpridas integralmente, nos âmbitos de pessoal, investimento, manutenção e projetos.

O acompanhamento executado pela ASPLAN inicia-se a partir do encaminhamento da proposta orçamentária à SEC, a fim de evitar cortes que possam inviabilizar as atividades institucionais. A partir de sua aprovação, nas instâncias competentes, o orçamento será executado com base nas disponibilidades de recursos apresentadas pelo Estado, por meio do Quadro de Cotas Mensais (QCM), priorizando as metas propostas e as demandas encaminhadas por cada setor.

# **10. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO**

## **10.1. Composição e Funcionamento do Colegiado do Curso**

O Colegiado do Curso de ... como órgão da administração setorial, responsável pela coordenação didático-pedagógica do curso, é constituído pelos docentes representantes das disciplinas do currículo do curso, e representantes do Corpo Discente, conforme demonstrado abaixo:

## **10.2. Articulação do Colegiado do Curso com os Colegiados Superiores da Instituição**

O Colegiado do Curso de ... para o cumprimento de suas responsabilidades pedagógicas e administrativas na gestão do curso, relaciona-se com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, que através da sua Câmara de Graduação, acompanha as ações implementadas para viabilidade de execução da estrutura do curso.

## **10.3. Formação do Coordenador do Colegiado**

... é professor ... em Regime de ... da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, atuando no Departamento de ... (...), do campus de Vitória da Conquista. Atualmente ocupa o cargo de Coordenador do Colegiado do Curso de ..., campus de .... Possui graduação em ... pela Universidade ..., (ano), mestrado em ... pela Universidade ..., (ano); doutorado em ... pela Universidade ..., (ano). O currículo completo, impresso a partir da Plataforma Lattes, encontra-se em anexo.

## **10.4. Atuação do Coordenador do Colegiado**

O Coordenador do Colegiado do Curso de ..., além de ser um simples mediador entre alunos e professores, está atento às necessidades da área em que atua para tomar decisões que possam beneficiar a comunidade acadêmica, em conformidade com as exigências legais do Ministério da Educação, gerindo e executando o projeto político-pedagógico do curso. Apóia e incentiva o trabalho dos docentes de forma comprometida com a missão do curso e da instituição de ensino, estando atento às novas exigências do mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade do ensino superior. Atua em equipes e processos que contribuam para a formação profissional dos discentes e o crescimento da instituição em que trabalha.

## **10.5. Experiência Acadêmica e Profissional do Coordenador do Colegiado do Curso**

O atual coordenador do Colegiado do Curso de ... da UESB tem a seguinte experiência acadêmica e profissional. ....

## **10.6. Efetiva Dedicação à Administração e à Condução do Curso**

O atual coordenador do Colegiado do Curso de ... ingressou no corpo docente da UESB ..., Portaria ..., regime de trabalho .... Tem dedicado em sua plenitude às atividades de ensino, pesquisa e extensão e administrativas. Exerceu os cargos de: ....

## **10.7. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional**

Além da relação com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Colegiado do Curso de ..., também relaciona-se com a Pró-Reitoria de Graduação e de Pós-Graduação, no exercício do controle acadêmico e da integralização curricular do seu alunado; com os Departamentos responsáveis pelo ensino das disciplinas que integram o currículo pleno do curso respectivo; e, a Secretaria Geral de Cursos, no acompanhamento da vida acadêmica do aluno.

# **11. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

## **11.1. Organização Didático-Pedagógica**

### 11.1.1. Matriz e estrutura curriculares

O curso de ... da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (Decreto Estadual nº ..., DOE de ...), tendo a sua validade expirada em ... de ...

Na elaboração do currículo do curso de ..., resultado do processo de reformulação curricular, teve-se como objetivos evitar a repetição de conteúdos programáticos; implantar uma estrutura mais flexível do curso que garanta uma sólida formação geral, permitindo que o aluno direcione sua formação de acordo com seus interesses e seu perfil; diminuir o tempo de duração do curso; contemplar atividades de disciplinas que são importantes para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação, atendendo às Diretrizes Curriculares para o Curso de ...

Para obtenção do grau de ..., o aluno deverá ter freqüência mínima de 75% em todas as disciplinas em aulas práticas e teóricas e ter obtido todos os créditos das atividades acadêmicas propostos na Estrutura Curricular, dentro dos prazos estabelecidos.

A estrutura curricular do Curso de ... é constituído de disciplinas de formação básica, formação geral, formação profissional específica e de disciplinas de complementação para integralização do currículo pleno. O objetivo do currículo em vigor é de propiciar uma sólida formação básica, permitir o direcionamento da formação específica do aluno de acordo com seu interesse por meio da seleção de atividades acadêmicas e estimular a realização de outras atividades acadêmicas além de disciplinas. A carga horária total para a integralização do Curso de ... é de .... horas, distribuídas em atividades acadêmicas obrigatórias e optativas. O discente dispõe de um rol de disciplinas que permitirão o direcionamento da sua formação, segundo seu perfil e interesses, devendo cumprir obrigatoriamente a carga horária exigida para a sua integralização. O Curso, em sua carga horária total, será integralizado em ... semestres letivos. O aluno deve cursar ... disciplinas optativas, com ... horas, totalizando ... horas.

O Regime Acadêmico do curso é semestral com matrícula por disciplina (sistema de créditos). A quantidade de vagas é de ... (...) anuais, em duas turmas de quarenta alunos, das quais, uma turma com ingresso no primeiro semestre e a outra no segundo semestre do ano. O turno de funcionamento: Matutino.

O número de alunos por turno é de quarenta (40) alunos nas aulas teóricas. Nas atividades práticas, as turmas serão subdivididas, segundo os critérios definidos no ...

### 11.1.2. Regime escolar e integralização do curso

**...**

### 11.1.3. Denominação

Curso de ...

### 11.1.4. Regime acadêmico

O curso é organizado em matrícula por disciplinas, com duração semestral (regime de créditos, semestral). Essa opção é a adotada pela instituição para todos os cursos mantidos. O regime de créditos permite maior flexibilidade para que o aluno acompanhe o Curso de acordo com as condições e capacidades.

### 11.1.5. Vagas anuais

... (...) vagas anuais, em duas turmas de quarenta alunos, uma das quais com ingresso no primeiro semestre e a outra no segundo semestre do curso.

### 11.1.6. Número de alunos por turma

Dimensão das turmas: ... (...) alunos nas aulas teóricas, incluindo as vagas adicionais. Nas atividades práticas, as turmas serão subdivididas, segundo os critérios definidos no regulamento do ...

### 11.1.7. Duração

A grade curricular proposta possui ... horas-atividade, que deverão ser integralizadas em, no mínimo, ... (...) e no máximo ... (...) anos.

### 11.1.8. Funcionamento

O Curso funciona no turno ...

### 11.1.9. Objetivos gerais do curso de ...

**(contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social)**

O Curso de ... tem por objetivo formar profissionais em ... qualificados para exercerem a ..., com visão crítica e consciência sócio-política, bem como preparados para prestarem e obterem aprovação nos diversos concursos públicos para os quais o Curso de ... é pré-requisito, estando em condições de desempenhar adequadamente as respectivas profissões.

Visa formar um profissional que possua formação humanística, técnico, e prática indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno ... e das transformações sociais. Que seja capaz de interferir nos processos sociais, colocando à disposição os seus conhecimentos técnico, apresentando soluções para as exigências das acomodações sociais, preservando a capacidade de oferecer soluções aos conflitos sociais, devendo manter uma visão atualizada do mundo em particular, consciência dos problemas do seu tempo e do seu espaço.

Como objetivos específicos do Curso de ... são evidenciados:

- ...

### 11.1.10. Missão do curso de ...

O Curso de ... visa a desenvolver no corpo discente as habilidades fixadas como imprescindíveis pela Resolução nº ... /CNE, quais sejam:

...

### 11.1.11. Competências e habilidades de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais

#### 11.1.11.1. Competências gerais

**...**

#### 11.1.11.2. Competências e habilidades específicas

**...**

### 11.1.12. Condições objetivas de oferta e papel social

Discorrer sobre as condições gerais existentes para que o curso seja oferecido e mantido quanto à estrutura física, pessoal, recursos específicos, bem como, a relevância do curso para a região, o seu significado social do ponto de vista de como a sua existência altera o cenário educacional em que se encontra inserido e contribui para o aumento da qualificação e do quantitativo desses profissionais para uma atuação qualificada nas áreas de sua abrangência.

### 11.1.13. Concepção

O Curso de ... tem uma concepção ... vinculada ao estudo da ... nas diversas formas da realidade em que se revela a aplicação do ... segundo as demandas da sociedade, em prol do equilíbrio social. Numa perspectiva interdisciplinar, incentivando o saber pensar, o curso tem como finalidade:

* ...;

O Licenciado (Bacharel) em ... a ser formado pela UESB deverá estar consciente de que além do exercício da profissão que escolher, possui compromisso sócio-político com o aperfeiçoamento das instituições e dever ético decorrente do exercício de sua função pública.

#### 11.1.13.1. Concepção de ensino

A concepção de ensino pode ser compreendida ...

#### 11.1.13.2. Metodologia e técnicas de ensino

A opção do curso é pela utilização nas disciplinas teóricas, como regra geral, da técnica de aula expositiva, nas suas formas participativa e dialógica, sendo, entretanto, livre a utilização, por parte do professor, de todas as demais técnicas. As salas de aula são adequadamente preparadas para a utilização dessa técnica e de outras. Pelo tamanho das turmas (40 alunos), não é adequada a utilização de técnica de seminários, sendo, entretanto, sempre que o conteúdo o permitir, incentivada a realização de atividades em grupo, visando a oxigenar a aula e desenvolver a habilidade de trabalhar em pequenos grupos.

Especificamente no que se refere ao Estágio Supervisionado, é ele desenvolvido exclusivamente através de atividades práticas, individuais, em pequenos grupos e em grupos maiores, dependendo da atividade específica. Não há no estágio, a utilização de aulas expositivas, funcionando o professor como consultor, orientador e supervisor.

No que tange à monografia de final de curso, a orientação dar-se-á de forma individual e em pequenos grupos. No primeiro caso, relativamente às questões de conteúdo e, no segundo, relativamente às questões metodológicas.

Além disso, como opção metodológica do curso está a utilização de pesquisas pontuais, nas diversas disciplinas que compõem a grade curricular, sendo elas orientadas pelos respectivos professores.

#### 11.1.13.3. Concepção de pesquisa

A pesquisa, como atividade institucional do Curso de ..., está fundamentalmente centrada na ... Em razão disso, foram inclusive criadas disciplinas especificamente voltadas à preparação para a pesquisa (Metodologia da Pesquisa Científica e ...), bem como espaços específicos para a sua orientação e desenvolvimento, denominados esses de ... e ...

#### 11.1.13.4. Concepção de extensão

A extensão, no Curso de ..., está vinculada, em especial, às atividades complementares. Nesse sentido, o curso manterá, entre outras atividades, uma programação de eventos e cursos de extensão, através do Núcleo de Extensão e Atividades Complementares.

Em outro sentido, a universidade manterá também um Serviço de ..., que prestará atendimento à população ..., e cujas atividades serão computadas para o cumprimento do Estágio Supervisionado.

#### 11.1.13.5. Quadro de pesquisa e extensão

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEPTº** | **TÍTULO** | **ÁREA** | **COORDENADOR** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TÍTULO DO EVENTO** | **TIPO DE EVENTO** | **PERÍODO** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

### 11.1.14. Perfil profissiográfico

O perfil profissiográfico do Curso de ... foi elaborado a partir da concepção e dos objetivos da UESB e do Curso, tendo em vista as peculiaridades da região geo­educacional em que está situada, o mercado de trabalho, as mudanças sócio­econômicas e tecnológicas e a nova legislação que disciplina a formação de recursos humanos para a área .

O Curso de ... tem uma concepção técnico-científica vinculada ao estudo da Ciência ... nas diversas formas da realidade em que se revela a aplicação do ... segundo as demandas da sociedade, em prol do equilíbrio social. Numa perspectiva interdisciplinar, incentivando o saber pensar, o curso tem como finalidade:

* ...

O Licenciado (Bacharel) em ... a ser formado pela UESB deverá estar consciente de que além do exercício da profissão ... que escolher, possui um compromisso sócio-político com o aperfeiçoamento das instituições de ... e um dever ético decorrente do exercício de sua função pública.

### 11.1.15. Campo de atuação

* ...

### 11.1.16. Incentivo à iniciação artística, científica e tecnológica, como necessária complementação à atividade de ensino.

**...**

### 11.1.17. Formas de realização da interdisciplinaridade

**...**

### 11.1.18. Modos de integração entre teoria e prática

**...**

### 11.1.19. Formas de avaliação do ensino e aprendizagem

**...**

### 11.1.20. Modos de integração entre graduação e pós-graduação, (quando houver).

**...**

## **11.2. Perfil dos Professores que atuam no Curso**

A formação de uma equipe de trabalho de professores é o alvo pretendido pelo Curso de ... e, nesse sentido, postula um espaço para trocas, discussões, acertos, planejamentos, replanejamentos, sessões de estudo, tendo em vista a interdisciplinariedade dos conhecimentos teóricos e práticos e o profissional que se deseja formar.

As necessidades humanas e o compromisso com a transformação social devem estar presentes na seleção dos conteúdos, na metodologia de trabalho e, especialmente, na sistemática de avaliação adotada.

O docente do ensino superior, pertencente ao Curso de ..., deve possuir as seguintes características:

1. Coerência entre discurso e ação;

2. Segurança e abertura às sugestões e propostas dos alunos, e capacidade de diálogo;

3. Preocupação com o aluno e seus interesses;

4. Relacionamento pessoal e amigo;

5. Competência;

6. Capacidade didática e flexibilidade;

7. Incentivo à participação, dinamismo, coordenação;

8. Clareza e objetividade na transmissão de informações;

9. Interesse, dedicação, paixão pela ação docente”.[[4]](#footnote-4)

### 11.2.1. Quadro docente do curso

O corpo docente que ministra aulas no Curso de ... está envolvido com atividades de ensino, pesquisa e extensão. São doutores, mestres, especialistas. Abaixo os dados da titulação e carga horária docente.

| **DOCENTE** | **R.T.** | **TITULAÇÃO** | **DISCIPLINAS** |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

| **TITULAÇÃO** | **GRAD** | **ESP** | **MS** | **DT** | **TOTAL** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TOTAL** |  |  |  |  |  |

### 11.2.2. Programa de melhoria da qualificação do corpo docente

A UESB conta um programa de qualificação do seu corpo docente, estimulando-o a ingressar em cursos de pós-graduação em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Para isso, conta com a possibilidade de contratação de professores substitutos e visitantes, mantendo o quadro de professores durante o afastamento dos membros efetivos. Atualmente o ... (departamento) tem, ligados ao Curso de ..., ... professores afastados para cursar doutorado, contando com ... professores substitutos.

## **11.3. Representação Estudantil**

A representação dos Estudantes da UESB é feita por duas entidades principais:

O Diretório Central dos Estudantes – DCE: entidade de representação dos estudantes nos campi de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Sua atuação não se limita à comunidade universitária; volta-se, também, a questões sociais da região.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos – CA’S e DA’S: entidades que representam os estudantes, por curso, junto aos colegiados de cursos, departamentos e outras instâncias colegiadas da Universidade e, até mesmo, frente à sociedade.

O Regimento Interno da UESB assegura ao estudante a livre participação nos órgãos deliberativos, atribuindo-se aos seus representantes direito a voz e voto nas decisões.

## **11.4. Infra-Estrutura**

O Curso de ... utiliza, atualmente, ... salas de aula para as atividades teóricas de ensino.

A grande maioria das atividades práticas do Curso está, invariavelmente, associada ao suporte de infra-estrutura técnica e científica oferecida pelos laboratórios. Igualmente, a possibilidade da execução de práticas e procedimentos relacionados às atividades de ensino, através das aulas práticas nos laboratórios, se constituem em condição essencial à formação de profissionais qualificados e consolida a base da estrutura física necessária ao desenvolvimento dos laboratórios, criando condições para o fortalecimento das suas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Quadro dos laboratórios que dão suporte ao Curso:

| **LABORATÓRIO** | **COORDENADOR** |
| --- | --- |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome do Laboratório:** |  |
| **Coordenador:** |  |
| **disciplinas ministradas no laboratório** |  |
| **atividades de ensino realizadas:** |  |
| **equipamentos disponíveis:** |  |

# **12. DADOS DO CURSO**

## **12.1. Número de vagas iniciais e relação candidato/vaga para o curso de ... – de ... a ...**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Período | Inscritos | Vagas oferecidas | Candidato/vaga |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  | -- |

Fonte:

## **12.2. Distribuição Numérica dos Alunos por ano de ingresso/semestre no período de ... a ...**

**...**

### 12.3. Distribuição numérica dos alunos por período letivo no Curso[[5]](#footnote-5)

| **PERÍODO LETIVO** | **TOTAL DE MATRICULADOS** |
| --- | --- |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

Fonte: Secretaria Geral de Cursos – UESB

| **PERÍODO LETIVO** | **TOTAL DE TRANSFERIDOS** |
| --- | --- |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

Fonte: Secretaria Geral de Cursos – UESB

## **12.4. Resultados obtidos no Exame Nacional de Cursos e na Avaliação das Condições de Oferta realizada pelo MEC**

Os discentes do curso de ... participaram em ... do Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (ENADE) do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A prova do referido exame fora realizada no dia ... Do total de ... (...) discentes que participaram, ... eram ingressantes e ... concluintes. Os alunos do curso obtiveram a nota/conceito ... (...) no ENADE.

# **13. CURRÍCULO VIGENTE À ÉPOCA DO RECONHECIMENTO (ou autorização)**

O Curso de ... da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia possui uma matriz curricular aprovada no ano de ... Após o Processo de Reconhecimento, novas alterações foram promovidas na estrutura curricular, como uma necessidade de ajustes no projeto original do Curso, atendendo às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais. Tais alterações estão descritas no presente Processo de Reconhecimento **ou** Renovação de Reconhecimento, a partir da página 131 (item 7. Reforma Curricular do Curso de ...) e constam do Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UESB, atendendo às novas Diretrizes Curriculares impostas pela Resolução ... do Conselho Nacional de Educação.

(Currículo Pleno):

* Total de Créditos: ... Créditos;
* Carga Horária Total: ... Horas;
* Integralização Mínima: ... Semestres;
* Integralização Média: ... Semestres;
* Integralização Máxima: ... Semestres.

O Currículo Pleno do Curso de Graduação em ..., à época do Reconhecimento, possuía ... horas de atividades para serem efetivadas em ... (...) semestres letivos, conforme quadro abaixo:

## **13.1. Quadro de Integralização Curricular à época do Reconhecimento**

|  |  |
| --- | --- |
| **ATIVIDADES** | **CARGA HORÁRIA** |
| Disciplinas obrigatórias  Disciplinas optativas  Estágio Supervisionado  Trabalho de Conclusão de Curso |  |
| Atividades Complementares |  |
| **TOTAL GERAL** | **h** |

## **13.2. Estrutura Curricular do Curso de ... quando do seu reconhecimento**

(à esquerda encontram-se disciplinas exigíveis à época, por força da Resolução CNE/CES nº ... - MEC. À direita estão as disciplinas do currículo do Curso de ... da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

**Matérias fundamentais**

|  |  |
| --- | --- |
| Matéria | Disciplinas |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

**Matérias profissionalizantes**

|  |  |
| --- | --- |
| Matéria | Disciplinas |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

**Estágio Supervisionado**

|  |  |
| --- | --- |
| Matéria | Disciplinas |
|  |  |
|  |  |

**Atividades Complementares**

|  |  |
| --- | --- |
| Atividade Geral | Atividades Específicas |
| Ensino |  |
| Pesquisa |  |
| Extensão |  |

## **13.3. Matriz Curricular à época do Reconhecimento**

**1º Semestre**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  |  |

**2º Semestre**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  |  |

**3º Semestre**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  |  |

**4º Semestre**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  |  |

**5º Semestre**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  |  |

**6º Semestre**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  |  |

**7º Semestre**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  |  |

**8º Semestre**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Total |  |  |  |

**Optativas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA** | **CH** | **CRÉDITOS** | **PRÉ-REQUISITOS** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

## **13.4. Ementário das disciplinas vigente à época do Reconhecimento**

### 13.4.1. Disciplinas Obrigatórias (OB), Complementares Obrigatórias (CO) e Optativas (OP)

I SEMESTRE

II SEMESTRE

III SEMESTRE

IV SEMESTRE

V SEMESTRE

VI SEMESTRE

VII SEMESTRE

VIII SEMESTRE

OPTATIVAS

# **14. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ... (caso tenha ocorrido)**

A nova Organização Curricular do Curso de ..., presente em seu Projeto Pedagógico, contempla as alterações promovidas pela Reforma que buscou ajustar a sua estrutura às Diretrizes Curriculares Nacionais, a partir de discussões realizadas com a comunidade do curso.

A seguir, demonstram-se as Disciplinas Obrigatórias do Curso de ... segundo a Resolução nº ... de ..., do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso em ... e dá outras providências.

# **15. COMPARATIVO ENTRE A RESOLUÇÃO ... CNE/CES E A GRADE CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ... OFERECIDO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA.**

**Demonstrativo de cumprimento das diretrizes curriculares**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eixo de Formação Fundamental: estudos que envolvam conteúdos essenciais das disciplinas** | | |
| **Resolução nº ...CNE/CES** | **UESB** | **Semestre** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eixo de Formação Profissional (Mínimo):** | | |
| **Resolução nº ... CNE/CES** | **UESB** | **Semestre** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eixo de Formação Prática** | | |
| **Resolução nº ... CNE/CES** | **UESB** | **Semestre** |
| Atividades Complementares | Atividade Geral | Atividades Específicas |
| Ensino |  |
| Pesquisa |  |
| Extensão |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Outras disciplinas do Eixo de Formação condizentes com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em ... da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia** | | |
| Curricular (Obrigatórias) | Optativas (mínimo de ... entre as seguintes disciplinas) |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

# **16. MATRIZ E ESTRUTURA CURRICULARES ATUAIS**

A estrutura curricular do Curso de ... é constituído de disciplinas de formação básica, formação geral, formação profissional específica e de disciplinas de complementação para integralização do currículo pleno. O objetivo do currículo em vigor é de propiciar uma sólida formação básica, permitir o direcionamento da formação específica do aluno de acordo com seu interesse por meio da seleção de atividades acadêmicas e estimular a realização de outras atividades acadêmicas além de disciplinas. A carga horária total para a integralização do Curso de ... é de ... horas, distribuídas em atividades acadêmicas obrigatórias e optativas. O discente dispõe de um rol de disciplinas que permitirão o direcionamento da sua formação, segundo seu perfil e interesses, devendo cumprir obrigatoriamente a carga horária exigida para a sua integralização. O Curso, em sua carga horária total, será integralizado em ... semestres letivos. O aluno deve cursar ... disciplinas optativas, com ... horas, totalizando ... horas.

O Regime Acadêmico do curso é semestral com matrícula por disciplina (sistema de créditos). A quantidade de vagas é de ... (...) anuais, em duas turmas de quarenta alunos, das quais, uma turma com ingresso no primeiro semestre e a outra no segundo semestre do ano. O turno de funcionamento: Matutino.

O número de alunos por turno é de quarenta (40) alunos nas aulas teóricas. Nas atividades práticas, as turmas serão subdivididas, segundo os critérios definidos no ...

O Currículo Pleno do Curso de Graduação em ... possui ... horas de atividades para serem integralizadas em ... (...) semestres letivos, mínimo de ... (...) anos e, máximo de ... (...) anos.

* Total de Créditos: ... Créditos;
* Carga Horária Total: ... Horas;
* Integralização Mínima: ... Semestres;
* Integralização Média: ... Semestres;
* Integralização Máxima: ... Semestres.

Serão cumpridas durante o Curso ... horas de Atividades Complementares.

## **16.1 Quadro de Integralização Curricular Atual**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ATIVIDADES** | **CARGA HORÁRIA** | **CRÉDITOS** |
| Disciplinas Obrigatórias  Disciplinas Optativas  Estágio Supervisionado  Trabalho de Conclusão do Curso |  |  |
| Atividades Complementares |  |  |
| **TOTAL GERAL** |  |  |

## **16.2. Matriz Curricular Atual**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **I SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **II SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **III SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IV SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **V SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **VI SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **VII SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **VIII SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IX SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **X SEMESTRE** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OPTATIVAS** | | | | |
|
| **DISCIPLINA** | **CÓD** | **CH** | **CRÉD** | **PRÉ-REQUISITO** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

## **16.3. Ementas Atuais das Disciplinas por Semestre**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| I SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| II SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| III SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| IV SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| V SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| VI SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| VII SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| VIII SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| IX SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| X SEMESTRE | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

### 16.3.1. Ementas atuais das disciplinas optativas

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| OPTATIVAS | | | | |
|
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| DISCIPLINA |
| EMENTA:  BIBLIOGRAFIA:  Básica:  Complementar: |

## **16.4. Concepção, Composição e Desenvolvimento das Atividades de Estágio Curricular Supervisionado (suas diferentes formas e condições de realização)**

**...**

## **16.5. Concepção, Composição, Desenvolvimento e Forma de Comprovação das Atividades Complementares**

**...**

## **16.6. Concepção e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**

**...**

## **16.7. Biblioteca Central – Acervo do Curso**

No espaço da biblioteca, consta diversos livros, monografias, periódicos e videoteca, necessários ao bom funcionamento do Curso de .... Estes títulos são atualizados periodicamente conforme a disponibilidade financeira da UESB, sendo sua relação completa apresentada no **Anexo V**.

Número do acervo da Biblioteca

• acervo da Biblioteca (livros e periódicos especializados);

## **16.8. Comparativo das Alterações na Organização Curricular do Curso de ... (Reconhecimento – Renovação de Reconhecimento)**

## **.**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

#### PROGRAD – GERÊNCIA ACADÊMICA – COLEGIADO DO CURSO

### 16.8.1. Alterações na Organização Curricular do Curso de ...

Projeto de Reconhecimento – Projeto de Renovação de Reconhecimento

I SEMESTRE

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total |  |  |  |  | Total |  |  |  |  |

II SEMESTRE

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total |  |  |  |  | TOTAL |  |  |  |  |

III SEMESTRE

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total |  |  |  |  | Total |  |  |  |  |

IV SEMESTRE

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total |  |  |  |  | Total |  |  |  |  |

V SEMESTRE

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total |  |  |  |  | Total |  |  |  |  |

VI SEMESTRE

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total |  |  |  |  | Total |  |  |  |  |

VII SEMESTRE

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total |  |  |  |  | Total |  |  |  |  |

VIII SEMESTRE

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total |  |  |  |  | Total |  |  |  |  |

OPTATIVAS

| PROJETO DO RECONHECIMENTO – DEC. ... DOE .... | | | | | PROJETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO | DISCIPLINA | CÓD | CH | CRÉD | PRÉ-REQUISITO |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

ANEXOS

**ANEXO I – RESOLUÇÃO Nº ... AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO ...**

**ANEXO II – DECRETO Nº ..., DE ..., PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM ... DE RECONHECIMENTO DO CURSO ...**

**ANEXO III – REGIMENTO GERAL DA UESB.**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**

**REGIMENTO GERAL**

**INDICE**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| TITULO I | DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES | 3 |
| TÍTULO II | DA INSTITUIÇÃO, DA AUTONOMIA E DOS OBJETIVOS | 3 |
| CAPÍTULO I | DA INSTITUIÇÃO | 3 |
| CAPÍTULO II | DA AUTONOMIA | 3 |
| Capítulo III | dos objetivos | 3 |
| TÍTULO III | DA HIERARQUIA DA NORMa | 4 |
| Título iv | da estrutura ORGANIZACIONAL | 4 |
| CAPÍTULO I | DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 4 |
| CAPÍTULO II | dos órgãos da administração superior | 5 |
| SEÇÃO I | DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU | 5 |
| SEÇÃO II | DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE | 6 |
| SUBSEÇÃO I | DO CONSELHO PLENO | 7 |
| SUBSEÇÃO II | DAS CÂMARAS | 7 |
| SEÇÃO III | DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD | 8 |
| SEÇÃO IV | DA REITORIA | 8 |
| CAPÍTULO III | Dos órgãos da administração setorial | 10 |
| SEÇÃO I | DOS DEPARTAMENTOS | 10 |
| SUBSEÇÃO ÚNICA | DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO | 12 |
| SEÇÃO II | DOS COLEGIADOS DE CURSO | 13 |
| SEÇÃO III | DO CONSELHO DO CAMPUS | 14 |
| Capítulo IV | DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES | 15 |
| Seção ÚNICA | DA PREFEITURA DE CAMPUS | 15 |
| Título V | DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA | 15 |
| CAPÍTULO I | DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS | 15 |
| Capítulo II | DAS ATIVIDADES DE ENSINIO | 16 |
| seção I | DO ensino DE GRADUAÇÃO | 17 |
| SUBSEÇÃO ÚNICA | DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR | 17 |
| SEÇÃO ii | DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO | 18 |
| SEÇÃO iii | DOS CURSOS sequenciais | 19 |
| SEÇÃO iv | Dos cursos E SERVIÇOS DE EXTENSÃO | 19 |
| capítulo III | DA PESQUISA | 20 |
| capítulo iv | DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 21 |
| CAPÍTULO V | DE OUTRAS ATIVIDADES universitárias | 21 |
| CAPÍTULO VI | DO REGIME DIDÁTICO-PEDAGÓGICO | 21 |
| SEÇÃO ÚNICA | DO CALENDÁRIO | 21 |
| CAPÍTULO VII | DO ACESSO À UNIVERSIDADE | 21 |
| CAPÍTULO VIII | DAS MATRÍCULAS | 22 |
| CAPÍTULO IX | DAS TRANSFERÊNCIAS E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS | 24 |
| CAPÍTULO X | DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO | 25 |
| SEÇÃO ÚNICA | DO REGIME ESPECIAL | 27 |
| CAPÍTULO XI | DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS | 27 |
| título v | Da comunidade universitária | 28 |
| CAPÍTULO i | da composição | 28 |
| capítulo II | DAS NORMAS RELATIVAS A PESSOAL | 28 |
| capítulo III | DO CORPO DOCENTE | 28 |
| SEÇÃO ÚNICA | DOS DIREITOS E DEVERES | 31 |
| CAPÍTULO IV | DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO | 32 |
| SEÇÃO ÚNICA | DOS DIREITOS E DEVERES | 33 |
| CAPÍTULO V | DO CORPO DISCENTE | 33 |
| SEÇÃO I | DOS DIREITOS E DEVERES | 33 |
| SEÇÃO II | DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL | 34 |
| SEÇÃO III | DO PROGRAMA DE BOLSA DE MONITORIA | 35 |
| SEÇÃO IV | DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA | 35 |
| SEÇÃO V | DO PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO | 35 |
| SEÇÃO VI | DAS ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS DE PESQUISA E EXTENSÃO | 36 |
| título viI | DO REGIME DISCIPLINAR | 36 |
| CAPÍTULO I | DO REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES | 36 |
| CAPÍTULO II | DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE | 38 |
| CAPÍTULO III | DAS PENAS APLICÁVEIS À REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL | 39 |
| CAPÍTULO IV | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 40 |
| CAPÍTULO V | DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR | 41 |
| TÍTULO VIII | DOS RECURSOS | 41 |
| título IX | do patrimÔNIO, DAS RECEITAS E DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | 43 |
| CAPÍTULO I | DO PATRIMÔNio | 43 |
| CAPÍTULO II | DAS RECEITAS | 43 |
| CAPÍTULO III | DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | 43 |
| TÍTULO X | DO GRAU, DA COLAÇÃO DE GRAU, DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E Títulos HONORÍFICOS | 44 |
| CAPÍTULO I | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 44 |
| CAPÍTULO II | DOS GRAUS, DOS DIPLOMAS E DOS CERTIFICADOS | 44 |
| CAPÍTULO III | DO RECONHECIMENTO E DA REVALIDAÇÃO DE TÍTULOS | 45 |
| CAPÍTULO IV | DOS TÍTULOS HONORÍFICOS | 45 |
| tÍTULO XI | DAS DISPOSIÇões gerais e finais | 46 |

**TÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O presente Regimento Geral tem por objetivo disciplinar a organização e o funcionamento comuns dos diversos órgãos, serviços e atividades didático-científicas e administrativas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, explicitando princípios e disposições estatutárias e fixando padrões normativos a que deverá ajustar-se a elaboração de regimentos específicos.

**Parágrafo único.** As normas deste Regimento serão complementadas pelos Regimentos Internos e Resoluções dos órgãos da Administração Superior da Universidade – Conselho Universitário - CONSU, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, Conselho de Administração - CONSAD e REITORIA.

**TÍTULO II**

**DA INSTITUIÇÃO, DA AUTONOMIA E DOS OBJETIVOS**

**CAPÍTULO I**

DA INSTITUIÇÃO

**Art. 2º**  A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), instituída pela Lei Delegada n.º 12, de 30 de dezembro de 1980, autorizada pelo Decreto Federal n.º 94.250, de 22 de abril de 1987, reestruturada pela Lei 7.176, de 10 de setembro de 1997, e credenciada através do Decreto Estadual n.º 7.344, de 27 de maio de 1998, é uma Entidade Autárquica, dotada de personalidade de Direito Público e Regime Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão, de caráter multicampi, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

**Parágrafo único.** Integram a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), os seguintes *campi*:

I. Campus Universitário de Vitória da Conquista, localizado no município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia;

II. Campus Universitário de Jequié, localizado no município de Jequié, no Estado da Bahia;

III. Campus Universitário Juvino Oliveira, localizado no município de Itapetinga, no Estado da Bahia;

IV. Outros que vierem a ser criados mediante deliberação do CONSU.

**CAPÍTULO II**

DA AUTONOMIA

**Art. 3º.** A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial, nos termos dos artigos 2º, 3º e 4º do seu Estatuto.

**CAPÍTULO III**

DOS OBJETIVOS

**Art. 4º.** A finalidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) está definida no artigo 5º do seu Estatuto.

**§ 1º.** No cumprimento de suas finalidades indissociáveis do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) obedecerá aos princípios de respeito à dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais, proscrevendo o tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, por preconceito de classe, etnia, gênero e por atitudes discriminatórias para com pessoas portadoras de necessidades especiais, promovendo a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento sócio-econômico da Região e do País.

**§ 2º.** A Universidade, ao lado das funções de caráter específico, poderá exercer outras atividades de interesse da comunidade, por deliberação do CONSU ou do CONSEPE.

**TÍTULO III**

**DA HIERARQUIA DA NORMA**

**Art. 5º.** A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) é regida, observada a seguinte seqüência hierárquica:

I. pelas disposições constitucionais;

II. pela Legislação Federal no que se aplicar especificamente à educação e ao ensino superior mantidos pelo Estado;

III. pela legislação estadual específica;

IV. pelo Estatuto;

V. pelo presente Regimento Geral;

VI. pelas normas dos órgãos deliberativos integrantes da administração superior universitária da UESB, nos respectivos âmbitos de suas competências;

VII. pelos regimentos internos da administração e pelas normas emanadas dos órgãos deliberativos setoriais da Universidade, respeitadas aquelas aprovadas pelos órgãos deliberativos da administração superior.

**Art. 6º.**  Sem prejuízo da unidade acadêmico-administrativa, a fim de atender às peculiaridades de sua configuração territorial e do modelo multicampi, a Universidade adotará regime de administração compatível com a necessidade do funcionamento dos seus Órgãos e Departamentos, incorporando princípios de descentralização.

**TÍTULO IV**

**DA ESTRUTURA organizacional**

**CAPÍTULO I**

Da ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Art. 7º.** A estrutura da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) compreende:

I. Órgãos da Administração Superior:

1. Órgãos Deliberativos:

a) Conselho Universitário - CONSU;

b) Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;

2. Órgão Curador: Conselho de Administração - CONSAD;

3. Órgão Executivo: Reitoria.

II. Órgãos da Administração Setorial:

1. Órgãos Deliberativos Setoriais:

a) Plenários dos Departamentos;

b) Plenários dos Colegiados de cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu;

c) Conselhos dos campi.

2. Órgãos Executivos Setoriais:

a) Departamentos;

b) Colegiados de cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu.

III. Órgãos Suplementares:

a) Bibliotecas Central e Setoriais;

b) Centro de Aperfeiçoamento Profissional - CAP;

c) Diretoria do Campo Agropecuário – DICAP;

d) Diretoria Técnica Operacional de Recursos Áudio -Visuais – DITORA;

e) Editora Universitária;

f) Gráfica Universitária;

g) Museu Regional;

h) Prefeituras dos campi;

i) Produtora Universitária de Vídeo – PROVídeo;

j) Serviço Médico Odontológico e Social;

k) Outros que vierem a ser criados, mediante deliberação do CONSU.

**CAPÍTULO II**

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Seção I

DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU

**Art. 8º.** O Conselho Universitário, ao qual, como órgão máximo de deliberação, compete formular, com prioridade, a política universitária, definir as práticas gerais das áreas acadêmica e administrativa e funcionar como instância revisora, em grau de recurso, das deliberações relativas ao âmbito da sua competência, tem a seguinte constituição:

I. o Reitor, que o presidirá;

II. o Vice-Reitor, como Vice-presidente;

III. os Pró-Reitores;

IV. os Diretores de Departamento;

V. representantes do corpo discente da graduação e pós-graduação, correspondendo a um total de 12% (doze por cento) deste Conselho;

VI. representantes do corpo Técnico-Administrativo, correspondendo a um total de 12% (doze por cento) deste Conselho;

VII. representante da comunidade regional por campus, não podendo exceder a três (03).

**Parágrafo único.** Os membros do CONSU serão escolhidos na forma que dispuser o Estatuto da Universidade.

**Art. 9º.** O Conselho Universitário reunir-se-á, ordinariamente, a cada 120 (cento e vinte) dias, e, extraordinariamente, sempre que houver motivo que justifique, por convocação de seu Presidente, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos seus membros para auto-convocação.

**§ 1º.** O Conselho Universitário instalar-se-á com maioria absoluta e deliberará pela maioria dos presentes, ressalvados os casos de quorum especial previstos no seu Regimento.

**§ 2º.** As reuniões do Conselho Universitário serão públicas, salvo as exceções estabelecidas no seu Regimento.

**Art. 10.**  As faltas dos conselheiros serão apuradas na forma que dispuser o Estatuto da Universidade.

**Art. 11.** As competências do Conselho Universitário estão definidas no art. 12 do Estatuto da Universidade.

**Art. 12.** O Conselho Universitário poderá constituir Comissões Especiais, com encargos e atribuições definidos no ato constitutivo, a ser baixado pelo Presidente, abrangendo, pelos menos, competência, finalidade, prazo e condições de funcionamento.

**Parágrafo único.** As Comissões Especiais, visando instruir e analisar os processos para os quais foram criadas, emitirão pronunciamentos, em forma de parecer, que serão encaminhados ao Presidente do CONSU e submetidos ao Conselho Pleno.

SEÇÃO II

DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

**Art. 13.** O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, ao qual, como órgão consultivo e deliberativo, compete definir a organização e o funcionamento da área acadêmica nos aspectos técnicos, didáticos e científicos, com funções indissociáveis nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os órgãos da administração superior e setorial da universidade, tem a seguinte constituição:

I. o Reitor, que o presidirá;

II. o Vice-Reitor, como Vice-presidente;

III. os Pró-Reitores incumbidos das atividades relacionadas com o Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV. os Diretores de Departamento;

V. os Coordenadores de Colegiados de Curso;

VI. Representantes do corpo discente, correspondendo a um total de 12% (doze por cento) deste Conselho.

**§ 1º.** Os membros do CONSEPE serão escolhidos na forma que dispuser o Estatuto da Universidade.

**§ 2º.** O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão reunir-se-á ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, sempre que houver motivo que justifique, por convocação de seu Presidente, por iniciativa própria, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

**§ 3º.**  As reuniões do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão são de caráter público.

**Art. 14.** O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE fica estruturado, conforme estabelecido no Estatuto da Universidade, com as seguintes Câmaras:

a) de Graduação;

b) de Pesquisa e Pós-Graduação;

c) de Extensão e Assuntos Comunitários.

**Art. 15.** As competências do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão estão definidas no art. 16 do Estatuto da Universidade.

**Parágrafo único.** O CONSEPE delegará poderes às suas Câmaras, para atuarem no âmbito da competência que lhes forem conferidas, mantidas as atribuições já fixadas neste Regimento.

**Art. 16.** As faltas dos conselheiros serão apuradas na forma que dispuser o Estatuto da Universidade.

SUBSEÇÃO I

DO CONSELHO PLENO

**Art. 17.** O Conselho Pleno, órgão deliberativo máximo do CONSEPE, é constituído da totalidade dos conselheiros reunidos em quorum regimental exigido para decidir e deliberar sobre os pleitos que lhe sejam privativos ou submetidos.

**Parágrafo único.** As normas que regem o Conselho Pleno serão definidas no Regimento Interno do CONSEPE.

SUBSEÇÃO II

DAS CÂMARAS

**Art. 18.** As Câmaras que estruturam o CONSEPE funcionarão isoladamente, decidindo ou emitindo pareceres em torno das matérias de sua competência, atuando também como órgão consultivo do Conselho.

**§ 1º.** A composição e o funcionamento de cada Câmara serão disciplinados pelo Regimento Interno do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, sendo seus membros designados por ato constitutivo a ser baixado pelo seu Presidente.

**§ 2º.** A escolha dos membros das respectivas Câmaras far-se-á por eleição do Conselho Pleno.

**Art. 19.** A Câmara de Graduação, que compõe a estrutura do CONSEPE, é responsável pela análise e estudo das normas que envolvem o planejamento da política de graduação da Universidade, cabendo-lhe, sobre os pleitos que lhe sejam encaminhados, emitir pareceres, para indicações e recomendações, submetendo-se à final deliberação do Conselho Pleno, quando for o caso.

**Art. 20.** A Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, que compõe a estrutura do CONSEPE, é responsável pela análise e estudo da política de pesquisa e pós-graduação na Universidade, cabendo-lhe, sobre os pleitos que lhe sejam encaminhados, emitir pareceres, fazer indicações e recomendações, submetendo-se à final deliberação do Conselho Pleno, quando for o caso.

**Art. 21.** A Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários, que compõe a estrutura do CONSEPE, é responsável pela análise e estudo da política de extensão e assuntos comunitários na Universidade, cabendo-lhe, sobre os pleitos que lhe sejam encaminhados, emitir pareceres, fazer indicações e recomendações, submetendo-se à final deliberação do Conselho Pleno, quando for o caso.

**Art. 22.** As Câmaras, quando necessário, poderão ouvir os órgãos técnicos especializados.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD

**Art. 23.**  O Conselho de Administração - CONSAD, órgão colegiado de administração e fiscalização econômico-financeira da Universidade, incumbido de assegurar o regular funcionamento da Entidade, tem a seguinte composição:

I. o Secretário Estadual de Educação, que o presidirá;

II. o Reitor;

III. o Vice-Reitor;

IV. um representante da Secretaria do Planejamento;

V. um representante da Secretaria da Administração;

VI. um representante da Procuradoria Geral do Estado;

VII. um representante da Associação de Servidores técnico-administrativos;

VIII. um representante do corpo discente da UESB;

IX. 08 (oito) representantes dos docentes da Universidade;

X. 08 (oito) docentes de livre escolha do Governador do Estado;

XI. um representante da comunidade regional.

**§ 1º.** Os membros do CONSAD serão escolhidos na forma que dispuser o Estatuto da Universidade.

**§ 2º.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 12 (doze) meses, com mais da metade (maioria absoluta) de seus membros e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos seus membros, deliberando pela maioria dos presentes, respeitado o quorum mínimo.

**§ 3º.** Nas deliberações referentes a relatório e prestação de contas da Universidade, o Reitor poderá participar das reuniões e fazer uso da palavra, sem direito a voto.

**§ 4º.**  Em caso de urgência ou de relevante interesse da Universidade, o Presidente do Conselho poderá praticar atos ad referendum, ao qual submeterá a matéria na primeira sessão a ser realizada.

**Art. 24.** As competências do Conselho Administrativo estão definidas no art. 18 do Estatuto da Universidade.

SEÇÃO IV

DA REITORIA

**Art. 25.** A Reitoria, órgão central executivo da Administração Superior, instalada no Campus Sede, responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle da Universidade, tem a seguinte composição:

I. Gabinete do Reitor;

II. Vice-Reitoria;

III. Procuradoria Jurídica - PROJUR;

IV. Pró-Reitoria de Administração e Recursos Humanos - PRARH;

V. Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD;

VI. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX;

VII. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PPG;

VIII. Assessoria Técnica de Planejamento e de Finanças - ASPLAN;

IX. Unidade Desenvolvimento Organizacional.

**§ 1º.** Os cargos referidos nos incisos V, VI, e VII deste artigo serão providos por docentes integrantes do quadro de carreira docente da UESB.

**§ 2º.** Os cargos referidos nos incisos I, IV e VIII serão providos por docentes ou servidores técnico-administrativos graduados dos quadros permanentes da UESB

**Art. 26.** O Reitor, em suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Vice-Reitor e, na ausência de ambos, a substituição caberá à Pró-Reitoria de Graduação e, em seqüência, a um dos Pró-Reitores incumbidos das atividades de pesquisa e extensão.

**§ 1º.** Ocorrendo a vacância do cargo de Reitor, o Vice-Reitor é o substituto automático para a conclusão do mandato.

**§ 2º.** Nos casos de vacância dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, serão organizadas eleições no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a abertura da vaga.

**§ 3º.** O Governador do Estado da Bahia designará, pró-tempore, o Reitor ou Vice-Reitor da Universidade quando, por qualquer motivo, estiverem vagos os cargos respectivos e não houver condições para provimento regular imediato;

**§ 4º.** Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o Conselho Universitário se reunirá emergencialmente e formulará lista tríplice a ser encaminhada para o Governador do Estado da Bahia, que designará, dentre os nomes indicados, pró-tempore, o Reitor e o Vice-Reitor da Universidade.

**Art. 27.**  A nomeação do Reitor e do Vice-Reitor da Universidade obedecerá aos seguintes critérios:

I. o Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados pelo Governador do Estado a partir de documento encaminhado pelo Conselho Universitário, composto pelos nomes dos candidatos mais votados para os referidos cargos em eleição direta por escrutínio secreto, respeitando-se a legislação específica vigente;

II. Poderão concorrer aos cargos de Reitor e Vice-Reitor os professores das três classes mais elevadas da carreira ou que possuam título de Doutor ou Mestre, que integrem o quadro docente da universidade há mais de 05 (cinco) anos;

III. a eleição far-se-á para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma reeleição;

IV. compõem o colégio eleitoral o corpo docente, o corpo discente e o corpo técnico-administrativo da Universidade, e o peso dos votos de cada segmento será estabelecido através de regulamento aprovado pelo Conselho Universitário, obedecidos os princípios estabelecidos na legislação superior pertinente;

V. somente terão direito a votar os docentes e os servidores do corpo técnico-administrativo integrantes dos quadros efetivos, os contratados mediante o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e os ocupantes de cargos comissionados não integrantes da carreira da Universidade e os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação no semestre em que se der o pleito.

**§ 1º.** As normas eleitorais previstas neste Regimento Geral serão complementadas através de regulamento aprovado pelo CONSU, o qual deve ser aprovado com pelo menos 120 (cento e vinte) dias de antecedência do pleito.

**§ 2º.** O CONSU designará a comissão eleitoral que dirigirá o pleito em todo o seu processo, da publicação do Edital e inscrição das chapas até a apuração final e entrega do resultado a este Conselho.

**§ 3º.** Os candidatos que transgredirem, comprovadamente, as regras eleitorais serão eliminados do pleito, ou terão sua eleição anulada, por deliberação da comissão eleitoral, cabendo recurso ao CONSU.

**§ 4º.** O CONSU encaminhará o resultado da eleição direta para Reitor e Vice-Reitor ao Governador do Estado até 30 (trinta) dias antes do término do mandato a que se referir.

**Art. 28.** A Reitoria terá Regimento Interno, aprovado pelo CONSU, que disciplinará sua organização e funcionamento, bem como a estrutura administrativa e acadêmica dos órgãos que a integram e as competências e atribuições dos respectivos titulares.

**Parágrafo único.** As Assessorias Especiais, Técnica e de Comunicação ficam diretamente subordinadas à Reitoria.

**Art. 29.** As atribuições do Reitor estão previstas no art. 23 do Estatuto da Universidade.

**§ 1º.** O Reitor poderá vetar, total ou parcialmente, com efeito suspensivo, resoluções dos órgãos Deliberativos Superiores, no prazo de 30 (trinta) dias de sua aprovação, fundamentando e submetendo as razões do veto, dentro de igual prazo, ao Conselho Universitário.

**§ 2º.** Os vetos do Reitor somente serão rejeitados pelo voto contrário de, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros do respectivo Conselho Universitário.

**Art. 30.** O Vice-Reitor poderá exercer, além das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, pelo Estatuto e por este Regimento Geral, outras que lhe sejam delegadas pelo Reitor.

**CAPÍTULO III**

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

SEÇÃO I

DOS DEPARTAMENTOS

**Art. 31.**  Os Departamentos são órgãos responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das atividades didático-científicas, gozando de autonomia administrativa, acadêmica e científica, nos termos do Estatuto da UESB e deste Regimento Geral.

**Parágrafo único.** Será lotado no Departamento o pessoal técnico-administrativo necessário ao bom desempenho das suas atividades.

**Art. 32.**  A Universidade é constituída dos seguintes Departamentos:

I. No Campus Universitário de Vitória da Conquista:

a) Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários - DELL;

b) Departamento de Filosofia e Ciências Humanas - DFCH;

c) Departamento de História - DH;

d) Departamento de Geografia - DG;

e) Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas - DCET;

f) Departamento de Ciências Naturais - DCN;

g) Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA;

h) Departamento de Fitotecnia e Zootecnia - DFZ;

i) Departamento de Engenharia Agrícola e Solos - DEAS;

j) Outros que vierem a ser criados, mediante aprovação em CONSU.

II. No Campus Universitário de Jequié:

a) Departamento de Ciências Humanas e Letras - DCHL;

b) Departamento de Ciências e Tecnologias – DCT;

c) Departamento de Ciências Biológicas - DCB;

d) Departamento de Saúde - DS;

e) Outros que vierem a ser criados, mediante aprovação em CONSU.

III. No Campus Universitário Juvino Oliveira, em Itapetinga:

a) Departamento de Estudos Básicos e Instrumentais - DEBI;

b) Departamento de Tecnologia Rural e Animal – DTRA;

c) Outros que vierem a ser criados, mediante aprovação em CONSU.

**§ 1º.** O Departamento deverá planejar e executar as funções que lhe forem atribuídas, coordenando e controlando as suas atividades em 02 (dois) níveis:

I. o executivo, exercido pelo Diretor do Departamento;

II. o deliberativo, exercido por um plenário constituído pelos docentes lotados no respectivo Departamento e pela representação estudantil.

**§ 2º.** O Departamento contará com o assessoramento das respectivas áreas de conhecimento e das comissões, estabelecidas pela plenária departamental.

**§ 3º.** Em virtude do modelo organizacional binário, adotado na UESB, será direta a relação Departamento/Reitoria, atuando as Pró-Reitorias como órgãos de assessoramento do Reitor no desenvolvimento de projetos relativos às diversas funções da Universidade – ensino, pesquisa e extensão.

**Art. 33.** O Departamento será dirigido por um Diretor e, em suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Diretor, eleitos pela plenária departamental e nomeados pelo Reitor. Na ausência de ambos pelo docente lotado no Departamento que contar com mais tempo de serviço na Instituição.

**Parágrafo único.** A Direção do Departamento será exercida em regime de tempo integral por professor que a ele pertença.

**Art. 34.** As atribuições do Diretor do Departamento estão previstas no art. 28 do Estatuto da Universidade.

**Art. 35.** O Diretor e o Vice-Diretor de Departamento serão eleitos na forma que dispuser do Estatuto da Universidade.

**Art. 36.** A eleição para Diretor e Vice-Diretor de Departamento deverá ocorrer, preferencialmente, 30 (trinta) dias antes do término do mandato em vigência.

**§ 1º.** Vencidos os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor do Departamento sem que tenha ocorrida a eleição, assumirá a direção do Departamento o docente nele lotado que contar com mais tempo de serviço na Instituição, o qual providenciará a realização da eleição no prazo de 30 (trinta) dias e, de igual modo, ocorrendo a vacância dos cargos de Diretor e Vice-Diretor, antes do término do mandato.

**§ 2º.** Quando, por qualquer motivo, estiverem vagos os cargos de Diretor e Vice-Diretor do Departamento e não houver condições para provimento regular imediato, a plenária Departamental indicará um nome a ser designado pelo Reitor da Universidade, como dirigente pró-tempore da Unidade.

**§ 3º.** Não é permitido o exercício da função de Diretor e Vice-Diretor, concomitantemente, com o cargo de Coordenador ou Vice-Coordenador de Colegiado ou quaisquer cargos comissionados na Instituição.

**Art. 37.** A Plenária Departamental, órgão deliberativo setorial, é composta do Diretor, Vice-Diretor e todos os docentes nele lotados e da representação discente no total de 20% (vinte por cento) dos docentes, na forma da lei.

**§ 1º.** O pessoal discente terá seus representantes junto ao Departamento eleitos pelos CAs dos cursos que têm disciplinas obrigatórias oferecidas pelo Departamento, de forma proporcional ao número de disciplinas por curso, respeitado o disposto no caput deste artigo, para um mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução para o mandato consecutivo.

**§ 2º.** A Plenária do Departamento reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Diretor ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.

**§ 3º.** As reuniões da Plenária do Departamento serão públicas, salvo decisão em contrário da Plenária, sendo obrigatória a presença dos docentes, tendo preferência sobre qualquer outra atividade.

**§ 4º.** Será computada falta ao docente que não comparecer a cada reunião departamental, caso a ausência não seja justificada, cabendo à plenária acatar ou não a justificativa apresentada.

**§ 5º.** O docente poderá justificar a ausência em reuniões até a reunião imediatamente seguinte àquela que faltou, com a devida comprovação.

**§ 6º.** As ausências em reunião departamental deverão ser encaminhadas para a Gerência de Recursos Humanos, para providências cabíveis.

**§ 7º.** Considerar-se-ão justificadas as ausências previstas em lei, quando devidamente comprovadas.

**§ 8º.** A ausência com justificativa apresentada não prevista em lei, deverá ser apreciada pela plenária departamental, obedecendo a critérios que deverão ser estabelecidos em Resolução do CONSEPE.

**Art. 38.** As competências da Plenária do Departamento estão definidas no art. 32 do Estatuto da Universidade.

SUBSEÇÃO ÚNICA

DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

**Art. 39.** A Área de Conhecimento, órgão de assessoramento departamental, é composta por docentes lotados no Departamento, responsáveis por matérias afins, devidamente estabelecidas pela Plenária, observando a Tabela de Áreas de Conhecimento aprovada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT.

**Art 40.** A distribuição do docente por área levará em consideração a especificidade de suas disciplinas, sua formação acadêmica, seu interesse científico, e obedecerá aos seguintes critérios:

a) disciplina para a qual o docente foi admitido;

b) disciplina que leciona atualmente;

c) maior número de disciplinas sob sua responsabilidade, relacionadas à área;

d) natureza da disciplina, tendo prioridade as de currículo obrigatório.

**Art. 41.** Compete à área a iniciativa das ações do Departamento, em particular:

a) elaborar anteprojeto do plano de atividades da Área e concretizar sua posterior execução;

b) sugerir a distribuição das atividades docentes;

c) elaborar e propor projetos de pesquisa e/ou extensão, bem como outras tarefas no âmbito da sua competência;

d) apreciar e emitir parecer acerca de projetos de pesquisa, extensão, aula de campo, e outros para posterior deliberação da plenária departamental;

e) apreciar e emitir parecer acerca do Plano e Relatório Individual de Trabalho dos docentes que compõem a área, para posterior deliberação da plenária departamental;

f) emitir parecer a respeito de solicitações de incentivos por produção científica;

g) apreciar e emitir parecer acerca de relatórios de projetos de pesquisa, extensão, licença sabática, abono pecuniário, e outros para posterior deliberação da plenária departamental;

h) elaboração, atualização e revisão dos programas das disciplinas e bibliografias;

i) definição dos conteúdos específicos das unidades de ensino das disciplinas ministradas por mais de um docente;

j) outras atividades cuja realização exige atuação em grupo.

**Art. 42.** A Área de Conhecimento será presidida por um Coordenador eleito entre os membros do grupo para o período de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido.

**Art. 43.** As áreas de conhecimento deverão reunir-se, no mínimo, 02 (duas) vezes ao mês, sendo obrigatória a presença dos docentes que a compõem, cabendo ao Coordenador encaminhar à Direção do Departamento relação das ausências, para as providências cabíveis.

SEÇÃO II

DOS COLEGIADOS DE CURSOS

**Art. 44.** A cada curso de graduação e pós-graduação *stricto sensu* corresponderá um Colegiado de Curso constituído pelos docentes em exercício, representantes das disciplinas obrigatórias do currículo do curso, e representantes do Corpo Discente.

**Parágrafo único.** O Colegiado de Curso é o órgão da administração setorial, responsável pela coordenação didático-pedagógica de cada curso.

**Art. 45.** O Colegiado de Curso deverá planejar e executar as funções que lhe forem atribuídas, coordenando e controlando as suas atividades em 02 (dois) níveis:

I. o executivo, exercido pelo Coordenador do Colegiado;

II. o deliberativo, exercido por um plenário constituído pelos docentes em exercício, representantes das disciplinas obrigatórias e pela representação estudantil, no total de 20% (vinte por cento) calculado sobre o total dos demais membros.

**Art. 46.** O Colegiado de Curso deverá funcionar relacionando-se:

I. com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II. com a Pró-Reitoria de Graduação e de Pós-graduação, no exercício do controle acadêmico e da integralização curricular do seu alunado;

III. com os Departamentos responsáveis pelo ensino das disciplinas que integram o currículo pleno do curso respectivo;

IV. com a Secretaria de Curso.

**Art. 47.** Para os cursos de pós-graduação stricto sensu, a composição e o funcionamento do Colegiado seguirão o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação da Universidade e os Regimentos dos respectivos cursos.

**Art. 48.** Cada Colegiado de Curso será coordenado por um professor eleito pelos membros do plenário e em suas ausências e impedimentos, seu substituto eventual, igualmente eleito pelo referido plenário, será o Vice-Coordenador. Na ausência de ambos caberá a coordenação ao docente que contar com mais tempo de serviço na Instituição, dentre os que compõem o Colegiado.

**Art. 49.** O Coordenador e o Vice-Coordenador de Colegiado serão eleitos através de eleições diretas e voto secreto dentre os docentes efetivos que o componham para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição.

**Art. 50.** A eleição para Coordenador e Vice-Coordenador de Colegiado deverá ocorrer, preferencialmente, 30 (trinta) dias antes do término do mandato em vigência.

**§ 1º.** Vencidos os mandatos do Coordenador e do Vice-Coordenador de Colegiado sem que tenha ocorrida a eleição, assumirá a Coordenação do Colegiado o docente que o componha que contar com mais tempo de serviço na Instituição, o qual providenciará a realização da eleição no prazo de 30 (trinta) dias e, de igual modo, ocorrendo a vacância dos cargos de Coordenador e Vice-Coordenador, antes do término do mandato.

**§ 2º.** Quando, por qualquer motivo, estiverem vagos os cargos de Coordenador e o Vice-Coordenador de Colegiado e não houver condições para provimento regular imediato, a plenária do Colegiado indicará um nome a ser designado pelo Reitor da Universidade, como coordenador pró-tempore do Colegiado.

**§ 3º.** Não é permitido o exercício da função de Coordenador e Vice-Coordenador em mais de um Colegiado de Curso ou, concomitantemente, com o cargo de Diretor ou Vice-Diretor de Departamento, ou quaisquer cargos comissionados na Instituição.

**Art. 51.** As atribuições do Coordenador do Colegiado de Curso estão previstas no art. 40 do Estatuto da Universidade.

**Art. 52.** O Colegiado reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador ou a requerimento da maioria absoluta dos seus membros.

**§ 1º.** As sessões dos Colegiados de Curso serão públicas, salvo decisão em contrário da plenária, sendo obrigatória a presença dos docentes.

**§ 2º.** Será computada falta do docente que não comparecer a cada reunião do Colegiado de Curso, caso a ausência não seja justificada, cabendo a plenária acatar ou não a justificativa apresentada.

**§ 3º.** O docente poderá justificar a ausência em reuniões até a reunião imediatamente seguinte àquela que faltou.

**§ 4º.** As ausências em reunião do Colegiado deverão ser encaminhadas para apreciação da plenária do Departamento ao qual o docente faz parte e, posteriormente, enviadas pelo Departamento para a Gerência de Recursos Humanos, para providências cabíveis.

**§ 5º.** Considerar-se-ão justificadas as ausências previstas em lei, devidamente comprovadas.

**§ 6º.** A ausência com justificativa apresentada não prevista em lei, deverá ser apreciada pela plenária do Colegiado de Curso, obedecendo a critérios que deverão ser estabelecidos em Resolução do CONSEPE.

**Art. 53.** As competências das Plenárias dos Colegiados de Cursos do Departamento estão definidas no art. 42 do Estatuto da Universidade.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DE CAMPUS

**Art. 54.** Haverá em cada campus um Conselho de Campus, com a seguinte composição:

I. os Diretores de Departamentos do campus;

II. os Coordenadores de Colegiados de Curso do campus;

III. o Prefeito de campus;

IV. representantes do pessoal Técnico-Administrativo, correspondendo a um total de 20% (vinte por cento) calculado sobre o total dos membros do Conselho;

V. representantes do corpo discente, correspondendo a um total de 20% (vinte por cento) calculado sobre o total dos membros do Conselho;

VI. representantes do corpo docente correspondendo a um total de 20% (vinte por cento) calculado sobre o total dos membros do Conselho.

**Parágrafo único.** O Presidente do Conselho de campus será eleito por seus integrantes, dentre os indicados nos incisos I e II, para um período de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito uma vez por igual período.

**Art. 55.** As competências dos Conselhos de Campus estão definidas no art. 49 do Estatuto da Universidade.

**CAPÍTULO IV**

DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

**Art. 56.** A Universidade poderá instituir órgãos suplementares, os quais são destinados a auxiliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mediante a execução de atividades administrativas e, ou programas regularmente aprovados pela Reitoria ou pelos Departamentos, e homologados pelo CONSU.

**Art. 57.** Cada órgão suplementar terá o seu próprio Regimento aprovado pelo Conselho Universitário, que definirá sua organização, competência e normas de funcionamento;

**Art. 58.** Os órgãos suplementares serão dirigidos por docentes ou técnicos administrativos, preferencialmente, dos quadros efetivos da Instituição, nomeados por livre escolha do Reitor, ouvidas as instâncias competentes, cujos atos de nomeação deverão ser comunicados ao CONSU.

**Art. 59.** As atribuições da Direção de órgãos suplementares estão previstas no art. 46 do Estatuto.

SEÇÃO ÚNICA

DA PREFEITURA DE CAMPUS

**Art. 60.** Haverá, em cada campus, uma Prefeitura, órgão suplementar executor das atividades de apoio administrativo e acadêmico desenvolvidas no campus, cujas atribuições estão previstas no art. 47 do Estatuto.

**TÍTULO V**

**DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA**

**CAPÍTULO I**

DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

**Art. 61.** As atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade serão desenvolvidas com observância dos seguintes princípios básicos:

I. indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão;

II. adequação do desempenho da Universidade às demandas regionais;

III. integração da Universidade, através de suas atividades acadêmicas, com todas as ofertas educacionais desenvolvidas pelos sistemas de ensino;

IV. integração da Universidade com os sistemas produtivos ou de desenvolvimento comunitário;

V. interdisciplinaridade das áreas de conhecimento;

VI. avanço do conhecimento e a sua atualização em todos os campos do saber.

**Art. 62.** As atividades acadêmicas terão a sua periodicidade definida segundo as peculiaridades das mesmas, podendo ser, entre outras, anuais, semestrais, trimestrais, intensivas ou modulares.

**Art. 63.** O desenvolvimento das diversas atividades acadêmicas da Universidade tem por objetivo o aprofundamento da filosofia, das ciências, da tecnologia, das letras e das artes, e a formação em nível universitário, contemplando:

I. compromisso com relevantes aspectos éticos, políticos e sociais;

II. comprometimento com os objetivos e princípios da Universidade;

III. qualidade e competência.

**Art. 64.** Este Regimento Geral e as normas deliberativas dos Conselhos Superiores definirão, entre outros aspectos, a organização e o funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação, as atividades da pesquisa e da extensão na Universidade.

**CAPÍTULO II**

DAS ATIVIDADES DE ENSINO

**Art. 65.** Por curso, entende-se um conjunto de atividades pedagógicas sistematizadas, visando a formação e ao aprofundamento de conhecimentos filosóficos, científicos, tecnológicos, culturais ou artísticos, conferindo diploma, certificado ou grau acadêmico.

**Art. 66.** As atividades de ensino na Universidade, considerando o princípio da inter-relação entre ensino-pesquisa-extensão, serão desenvolvidas de forma integrada, sob a responsabilidade de um ou mais Departamentos, pelas seguintes modalidades de cursos, a que outras poderão acrescentar-se, quando necessário:

I. de graduação;

II. de pós-graduação lato-sensu;

III. de pós-graduação stricto sensu;

IV. seqüenciais;

V. de extensão.

**§ 1º.** A Universidade poderá promover cursos na modalidade de ensino à distância, exigidos pela demanda regional, observando as normas legais pertinentes, aprovados pelos Conselhos Superiores (CONSU e CONSEPE).

**§ 2º.** Os cursos mencionados neste artigo serão oferecidos a candidatos que preencham as exigências estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e respectivos editais.

**Art. 67.** As modalidades de cursos referidas no art. 66 serão submetidas à aprovação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e do Conselho Universitário - CONSU.

SEÇÃO I

DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

**Art. 68.** Os cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído ensino médio e tenham sido classificados em processo seletivo, têm por finalidade habilitar à obtenção de graus acadêmicos ou que correspondam a profissões regulamentadas em lei, devendo ser estruturados de forma a atender:

I. às diretrizes curriculares dos cursos de nível superior e às condições de duração e carga horária fixadas pelo Conselho Nacional de Educação;

II. ao progresso dos conhecimentos, à demanda e às peculiaridades das profissões, mediante a complementação do currículo oficial;

III. à diversificação de ocupações e empregos e à procura de educação de nível superior.

**Parágrafo único.** Fica estabelecido, para a aferição do aproveitamento dos alunos, com vistas à sua aprovação, um sistema de critérios de avaliação, para diferentes combinações curriculares, organizando-se os calendários escolares segundo a proposta de funcionamento de cada curso, de modo a permitir-se o ingresso nos cursos universitários em diferentes épocas e oportunidades.

**Art. 69.** Os Colegiados de Curso definirão os projetos pedagógicos dos cursos, submetendo-os à aprovação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

SUBSEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

**Art. 70.** A matriz curricular de cada curso abrangerá uma seqüência ordenada por disciplinas, hierarquizadas em semestres letivos ou anualmente, conforme dispuser o projeto pedagógico de cada Curso, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.

**§ 1º.** Disciplina ou componente curricular é o conjunto de conhecimentos a serem estudados de forma sistemática, de acordo com o programa a ser desenvolvido num período letivo, com determinada carga horária, atividades de ensino e pesquisa de uma área específica do conhecimento.

**§ 2º.** Atividade é um conjunto de trabalhos, exercícios e tarefas pertinentes ao sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, com cunho de aprofundamento ou aplicação de estudos, como estágio, prática profissional, trabalho de campo, participação em programas de pesquisa e ou de extensão.

**§ 3º.** O controle de integralização curricular é feito pelo sistema de créditos pré-fixados para que o aluno seja certificado.

**§ 4º.** A integralização curricular dar-se-á de acordo com o projeto pedagógico do curso.

**Art. 71.** Todos os cursos de graduação deverão obedecer às Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

**Art. 72.** Os currículos dos cursos de graduação são constituídos por disciplinas e atividades compreendidas em uma ou mais das seguintes áreas:

I. conteúdo de formação fundamental;

II. conteúdo de formação profissional;

III. conteúdo de formação prática;

IV. atividades complementares.

**Parágrafo único.** Os currículos para autorização e reformulação dos cursos de graduação serão aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais equivalentes.

**Art. 73.** As disciplinas podem ser obrigatórias e optativas.

**Parágrafo único.** A apresentação das disciplinas far-se-á por um código que indica a vinculação ao departamento responsável pelo seu ensino, a sua natureza, obrigatória ou optativa, e os seus pré-requisitos.

**Art. 74.** A matriz curricular dos cursos, em consonância com seus projetos pedagógicos, deve ser aprovada pela Câmara de Graduação.

**Art. 75.** O programa de cada disciplina, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber será elaborado pelos docentes das respectivas áreas dos Departamentos aos quais os mesmos estiverem vinculados, devendo ser aprovado em plenária departamental e adequado às diretrizes do Projeto Pedagógico de cada Curso.

**Art. 76.** Os diretores, após aprovação departamental, deverão enviar aos respectivos Colegiados de Cursos atendidos pelo Departamento, relação e programas das disciplinas e seus respectivos números máximos de matrícula.

**Art. 77.** O número máximo de vagas para matrícula em cada disciplina será o número de vagas oferecidas para ingressos no vestibular acrescido, quando necessário, de 10% (dez por cento).

**Art. 78.** O tempo de integralização dos cursos será fixado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

SEÇÃO II

DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**Art. 79.** Os cursos de pós-graduação lato sensu têm por objetivo preparar recursos humanos para atuação em setores das atividades acadêmicas e profissionais, assim como atualizar e aprimorar conhecimentos e técnicas de trabalho.

**§ 1º.** Caracterizar-se-ão como pós-graduação lato sensu os cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização, destinando-se exclusivamente a portadores de diploma de nível superior, obtido em curso de duração plena, na forma que dispõem as Resoluções baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual competentes.

**§ 2º.** Os cursos lato sensu serão aprovados pelos Departamentos e pelo CONSEPE, cabendo sua administração aos Departamentos proponentes, sendo sua coordenação exercida por um docente que componha o Colegiado do Curso, observando o regulamento específico e as resoluções pertinentes.

**§ 3º.** A organização e funcionamento dos cursos lato sensu serão regidos por regulamentos específicos aprovados pelo CONSEPE.

**Art. 80.** Os cursos de pós-graduação stricto sensu têm por finalidade desenvolver e aprofundar os estudos feitos em nível de graduação, conduzindo aos graus de Mestre e de Doutor, bem como a formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de pesquisa e de magistério superior nos campos das ciências, filosofia, letras, artes, cultura e tecnologias.

**Art. 81.** A Universidade implantará programas de pós-graduação mediante proposta dos Departamentos interessados, aprovados pelos Conselhos Superiores (CONSEPE e CONSU).

**Parágrafo único.** As propostas de implantação de Programas de Pós-Graduação, aprovadas pelo respectivo órgão deliberativo, deverão conter:

I. regulamento do curso, do qual deverão constar a duração do curso, os requisitos para admissão e para aprovação;

II. relação das disciplinas e seus programas, horários, tipo de ensino, ou seja, aulas teóricas, teórico-práticas, práticas, seminários e outros;

III. relação de docentes que ministrarão o ensino e orientarão as dissertações e teses;

IV. instalações e equipamentos existentes na Universidade, ou, se for o caso, disponíveis em outras instituições.

**Art. 82.** Os Programas de Pós-Graduação deverão ter seus Regimentos Internos, dispondo sobre a sua organização e funcionamento, observando o Regulamento Geral de Pós-Graduação.

**Art. 83.** A Universidade poderá promover a revalidação de diplomas estrangeiros, a validação de estudos ou aproveitamento de um para outro curso, quando idênticos ou equivalentes, assim como as adaptações em casos de transferências, de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, observando a legislação específica vigente nos Sistemas Federal e Estadual de ensino.

SEÇÃO III

DOS CURSOS SEQÜENCIAIS

**Art. 84.** Os cursos seqüenciais por campos de saber, de nível superior e com diferentes níveis de abrangência, destinam-se à obtenção ou atualização:

de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas;

de horizontes intelectuais em campos das ciências, das humanidades e das artes.

**Art. 85.** Os cursos seqüenciais são de dois tipos:

I. cursos superiores de formação específica, com destinação coletiva, conduzindo a diploma;

II. cursos superiores de complementação de estudos, com destinação coletiva ou individual, conduzindo a certificado.

**§ 1º.** A organização e funcionamento destes Cursos contarão com regulamentação específica aprovada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, observando a legislação específica vigente nos Sistemas Federal e Estadual de ensino.

**§ 2º.** Os Cursos Seqüenciais serão aprovados em plenária departamental e, posteriormente, autorizados pelo CONSEPE, conforme regulamentação específica sobre a matéria.

SEÇÃO IV

DOS CURSOS E SERVIÇOS DE EXTENSÃO

**Art. 86.** Os cursos de extensão serão instituídos com o propósito de divulgar e atualizar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com o seu conteúdo e o sentido que assumam em cada caso.

**Art. 87.** Os serviços de extensão, incluindo Consultorias, serão prestados sob formas diversas, com o atendimento de consultas, realização de estudos e elaboração ou orientação de projetos em matérias científica, técnicas e educacional, ou participação em iniciativas dessa natureza, ou de natureza artística e cultural, observando-se as normas aprovadas pelos Conselhos Superiores competentes.

**Art. 88.** A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos e serviços, que serão realizados após aprovação de seus planos específicos.

**Art. 89.** Os cursos e serviços de extensão serão planejados e executados por iniciativa dos Departamentos ou solicitação de interessados, em articulação com a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX, mediante aprovação do CONSEPE.

**Art. 90.** A execução de programas de extensão que não ultrapassem o âmbito de um departamento, será por este coordenada e a dos que envolvam mais de um departamento será coordenada pelos departamentos envolvidos, os quais serão submetidos ao CONSEPE.

**Art. 91.** A Universidade incentivará a extensão por todos os meios ao seu alcance, tais como:

I. concessão de bolsas vinculadas a projetos de extensão;

II. formação de pessoal em cursos de extensão próprios ou de outras instituições;

III. concessão de auxílio para execução de projetos institucionais;

IV. realização de convênios com agências nacionais, estrangeiras e internacionais;

V. intercâmbio com outras instituições, estimulando os contatos entre extensionistas e o desenvolvimento de projetos em comum;

VI. divulgação dos resultados dos projetos de extensão realizados em suas unidades;

VII. promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates.

**Art. 92.** Com a finalidade de estimular a extensão, a Universidade reservará, no seu orçamento, os recursos necessários para esse fim.

**CAPÍTULO III**

DA PESQUISA

**Art. 93.** A pesquisa na Universidade estará voltada para a busca de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, destinados ao aprimoramento indispensável a uma formação de grau superior.

**Parágrafo único.** Os projetos de pesquisa tomarão, tanto quanto possível, como ponto de partida, os dados da realidade local e nacional, sem contudo perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos descobertos e de suas interpretações.

**Art. 94.** A Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, tais como:

I. concessão de bolsas especiais de iniciação científica, vinculadas a projetos de pesquisa institucionais;

II. formação de pessoal em cursos de pós-graduação próprios ou de outras instituições, nacionais e estrangeiros;

III. concessão de auxílio para execução de projetos institucionais;

IV. realização de convênios com agências nacionais, estrangeiras e internacionais;

V. intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos em comum;

VI. divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas unidades;

VII. promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates.

**Art. 95.** Os Departamentos da Universidade poderão estabelecer campos preferenciais de investigação, que será realizada por grupos de pesquisa ou individualmente.

**Art. 96.** Os Departamentos estabelecerão as respectivas programações de pesquisa que, em articulação com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-Ppg, deverão ser aprovadas pelo CONSEPE.

**Art. 97.** Com a finalidade de estimular a pesquisa, a Universidade reservará, no seu orçamento, os recursos necessários para esse fim.

**CAPÍTULO IV**

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**Art. 98.** A Universidade proporcionará aos seus alunos, docentes e servidores técnico-administrativos atividades complementares de difusão e fomento da cultura, da arte, do lazer e do exercício da cidadania.

**CAPÍTULO V**

DE OUTRAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS

**Art. 99.** A Universidade, além das atividades acadêmicas, poderá desenvolver outras, tais como assessoramento, consultoria, assistência técnica e similares, visando o cumprimento da sua função social e dos seus objetivos.

**CAPÍTULO VI**

DO REGIME DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

**Art. 100.** O regime didático-pedagógico da Universidade tem por finalidade ordenar a administração acadêmica na Instituição.

SEÇÃO ÚNICA

DO CALENDÁRIO

**Art. 101.** O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE definirá o Calendário da Universidade, assegurando:

I. um mínimo anual de dias letivos, de acordo com a legislação vigente, de trabalho diário acadêmico efetivo, excluindo-se o tempo reservado a exames;

II. que o período letivo prolongar-se-á sempre que necessário para que se completem os dias letivos previstos, bem como para o integral cumprimento da carga horária e do conteúdo estabelecido nos programas das disciplinas nele ministrado;

III. que seja facultada a oferta de atividades em período especial, durante o recesso acadêmico, com o objetivo de desenvolver programas de ensino, pesquisa e extensão, tais como realização de estudos de graduação de duração regular ou intensiva, programas de ensino não curriculares, curso de férias, os quais deverão ser aprovados pelos Departamentos e homologados pelo CONSEPE.

**Art. 102.** As atividades acadêmicas serão desenvolvidas de acordo com o calendário institucional, organizado pela PROGRAD e aprovado pelo CONSEPE, do qual constarão as atividades a serem desenvolvidas no período letivo.

**CAPÍTULO VII**

DO ACESSO À UNIVERSIDADE

**Art. 103.** O acesso aos Cursos de Graduação da Universidade dar-se-á mediante processo seletivo, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, o qual tem por objetivo verificar sua aptidão intelectual e suas potencialidades, atendido o princípio classificatório para o preenchimento das vagas oferecidas pela UESB, nos termos da legislação vigente.

**§ 1º.** os processos seletivos referidos neste artigo serão dirigidos por uma comissão permanente, sob a responsabilidade de uma Gerência vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, que terá como função, dentre outras, coordenar o processo seletivo.

**§ 2º.** A fixação de vagas para cada curso caberá ao CONSEPE, ouvidos os Colegiados, de acordo com o projeto pedagógico do Curso e as diretrizes gerais da Universidade.

**§ 3º.** O processo seletivo só terá validade para o prazo a que esteja expressamente referido no respectivo Edital.

**§ 4º.** A seleção de candidatos deverá ser disciplinada por Edital o qual poderá ser divulgado de forma resumida, indicando-se os locais onde os interessados podem ter acesso às informações completas.

**Art. 104.** O acesso aos Cursos de Pós-Graduação da Universidade, dar-se-á mediante processos seletivos, atendendo o princípio classificatório, e de acordo com as vagas oferecidas conforme projeto pedagógico do Curso.

**Parágrafo único.** Os processos seletivos referidos neste artigo serão realizados conforme o estabelecido em Regulamento Geral da Pós-Graduação e Regimento Interno de cada curso.

**CAPÍTULO VIII**

DAS MATRÍCULAS

**Art. 105.** A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação à Universidade, realizar-se-á nas Secretarias Geral e Setorial de Cursos em prazos estabelecidos nos Editais de Seleção e Calendário Acadêmico.

**Art. 106.** A matrícula será feita em disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber, satisfeitos os requisitos fixados no Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo CONSEPE.

**Art. 107.** Nos Cursos de Graduação, a matrícula será concedida ao aluno:

I. classificado no processo seletivo - candidato aprovado em processo seletivo da Universidade;

II. regular da Instituição – aluno da Universidade matriculado em disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber, em semestre ou ano anterior, ou que trancaram matrícula nos prazos previstos, estabelecidos em Calendário Acadêmico;

III. portador de diploma de nível superior de cursos reconhecidos pelas instâncias competentes - aluno que tenha interesse em obter nova graduação, independentemente de processo seletivo, cuja vaga é exclusivamente remanescente de vestibular;

IV. transferido de outras instituições – aluno oriundo de outra instituição transferido a pedido ou ex-officio, nos casos previstos em Lei;

V. ouvinte – graduado ou estudante de Curso Superior, que tenha interesse em realizar ou aprofundar estudos específicos, sem qualquer vínculo com a Universidade, fazendo jus meramente a certificado de freqüência, no caso de alcançar mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas;

VI. especial - graduado ou estudante de Curso Superior, que tenha interesse em realizar ou aprofundar estudos específicos, fazendo jus a certificado de aproveitamento, se aprovado e tiver freqüentado o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas;

**§ 1º.** Em cada Curso, o aluno na condição de ouvinte ou especial poderá cursar até 02 (duas) disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campo de saber, por período letivo, não ultrapassando o limite de 04 (quatro) disciplinas.

**§ 2º.** Será facultado ao aluno graduado na Universidade, em curso que possua mais de uma habilitação, matricular-se para continuidade de estudos, visando a graduar-se em outra habilitação, conforme procedimentos fixados pelas Normas Gerais de Matrícula.

**§ 3º.** A obtenção do certificado de freqüência não dará direito a créditos em disciplinas para cursos da UESB.

**Art. 108.** Nos Cursos de Pós-Graduação, segue-se o Regulamento Geral de Pós-Graduação da UESB e Regimentos Internos dos Cursos.

**Art. 109.** Considera-se, para efeito deste Regimento, aluno em situação de abandono, aqueles que não efetivaram a matrícula regular no prazo estabelecido em Calendário da Universidade, ou que foram reprovados por falta em todas as disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campo de saber matriculados no semestre ou ano.

**Art. 110.** A matrícula inicial e subseqüentes serão feitas em cada disciplina, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campo de saber, sob a orientação do Colegiado de Curso, devendo o aluno organizar a relação das atividades acadêmicas que pretende cursar, observadas as Normas Gerais de Matrícula, regulamentadas pelo CONSEPE.

**§ 1º.** A matrícula realizada é válida para um único período letivo.

**§ 2º.** A creditação mínima e máxima para matrícula deverá ser estabelecida em Resolução do CONSEPE.

**Art. 111.** O aluno do primeiro semestre ou ano do curso deve matricular-se em todas as disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber oferecidos.

**Art. 112.** A matrícula deve ser renovada antes do início de cada período letivo, em prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

**Art. 113.** É vedada a matrícula em 02 (dois) Cursos de Graduação ou Pós-Graduação, simultaneamente, na Universidade.

**Parágrafo único.** Ao portador de diploma de nível superior será permitida a matrícula simultânea em um outro curso de graduação e pós-graduação.

**Art. 114.** O CONSEPE será o órgão competente para julgamento de recursos interpostos quanto às normas regulamentadoras de matrículas e transferências internas e externas.

**Art. 115.** Poderá ser concedido trancamento de matrícula total ou parcial, mediante requerimento, no prazo estipulado no Calendário Acadêmico da Universidade.

**§ 1º.** O trancamento total de matrícula só será concedido até o máximo de dois semestres, sucessivos ou não, ou por um ano letivo para os cursos em regime de matrícula anual.

**§ 2º.** Será concedido o trancamento total de matrícula após o limite estipulado no parágrafo anterior, quando a motivação resultar de:

I. saúde, devidamente comprovada através de laudo médico;

II. direito assegurado por legislação específica;

III. outros, a critério do CONSEPE, ouvido o Colegiado do Curso.

**§ 3º.** O trancamento de matrícula, se concedido, resultará na obrigação da Universidade assegurar a vaga do aluno, que será considerado para efeito de matrícula, como aluno regular.

**§ 4º.** Na hipótese de se verificar as ocorrências previstas nos incisos I, II ou III do § 2º deste artigo, será concedido, excepcionalmente, o trancamento de matrícula ao aluno no primeiro semestre do Curso.

**§ 5º.** Não será computado no prazo de integralização do Curso o período correspondente ao trancamento de matrícula, deferido na forma deste Regimento.

**§ 6º.** O trancamento de matrícula não se aplica a Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

**§ 7º.** Em Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, o trancamento total de matrícula poderá ser concedido a partir do segundo período letivo, em caráter excepcional, e apenas uma única vez, por solicitação do aluno e justificativa expressa do Orientador, a critério do Colegiado do Curso.

**§ 8º.** No caso do trancamento parcial de matrícula deverá ser respeitado o limite mínimo de créditos, conforme dispuser este Regimento e Normas específicas do CONSEPE.

**Art. 116.** O trancamento total ou parcial de matrícula não abre vaga no número já fixado para cada Curso ou disciplina, módulos interdisciplinares, área de conhecimento ou campo de saber.

**Art. 117.** Será cancelado o registro acadêmico do aluno que se encontrar em uma das seguintes condições:

I. requerer o cancelamento;

II. não renovar sua matrícula por dois semestres, consecutivos ou não, e/ou por um ano letivo;

III. cometer infração disciplinar, passível de pena de desligamento;

IV. ultrapassar o tempo máximo de integralização do curso, não computados os períodos de trancamento total de matrícula.

V. interromper o Curso por três semestres consecutivos ou quatro não consecutivos.

**§ 1º.** Considerar-se-á cancelamento de matrícula o rompimento do vínculo do aluno com a Universidade, sendo dela desligado, e vedado a expedição de guia de transferência ao mesmo, podendo, contudo, ser-lhe fornecida certidão de seu histórico escolar.

**§ 2º.** O aluno que se desligar da Universidade mediante o cancelamento de matrícula, só poderá retornar após aprovação em novo processo seletivo.

**§ 3º.** Casos especiais serão apreciados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvido o respectivo Colegiado de Curso.

**CAPÍTULO IX**

DAS TRANSFERÊNCIAS E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

**Art. 118.** A UESB, no limite das vagas existentes, pode abrir inscrição para transferências de alunos provenientes de cursos idênticos ou equivalentes aos seus, mantidos por estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, mediante processo seletivo, regulamentado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**§ 1º.** Em caso de servidor público efetivo, civil ou militar, inclusive seus dependentes, quando requerida em razão de comprovada remoção ex officio que acarrete mudança de residência para a sede da Universidade, a matrícula será concedida independentemente de vagas e em qualquer época, na forma da Lei.

**§ 2º.** A transferência facultativa efetuar-se-á em período fixado pelo calendário acadêmico, devendo o requerimento ser instruído com o histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação, para aproveitamento de estudos e atestado de regularidade do postulante junto a Instituição de origem.

**Art. 119.** O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, conforme regulamentação interna do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Art. 120.** Em caso de transferência ex officio, a que se refere o § 1.º do art. 118, durante o período letivo serão aproveitados conceitos, notas, créditos e freqüência obtidos pelo aluno na instituição de origem, até a data em que dela se tenha desligado.

**Art. 121.** Não são isentos de adaptação os alunos beneficiados pela transferência ex officio.

**Art. 122.** Compete ao Colegiado de Curso, após aprovada a dispensa de disciplina pelo professor, definir o período no qual o aluno transferido será matriculado e elaborar os planos de estudos, com vistas à realização da adaptação ao currículo do curso.

**Art. 123.** Em qualquer época, a requerimento do interessado, a Instituição concederá transferência de aluno nela matriculado.

**Art. 124.** Será concedida aos alunos regulares da UESB a transferência para curso afim, neste caso conceituada como transferência interna ou reopção de curso, sempre que se registrarem vagas no curso pretendido, observando-se as normas internas estabelecidas pelo CONSEPE.

**§ 1º.** Admitida a reopção de curso, os processos serão estudados pelo respectivo Colegiado que estabelecerá a equivalência de créditos e os procedimentos adequados à plena adaptação dos estudantes.

**§ 2º.** As disciplinas cursadas pelo aluno e não constantes da matriz curricular, poderão ser consideradas como atividades complementares, conforme dispuser o projeto pedagógico do Curso.

**Art. 125.** A requerimento do interessado, mediante o exame de cada caso e a juízo do Colegiado de Curso, poderão ser aproveitados os estudos realizados em nível equivalente aos cursos de graduação credenciados.

**§ 1º.** A análise da equivalência de estudos, para efeito de aproveitamento, far-se-á em termos de qualidade e densidade, tomando-se a ementa e conteúdo programático da disciplina para o exame da qualidade e sua carga horária para o exame da densidade.

**§ 2º.** A análise do programa cursado deverá considerar ainda sua adequação a contexto curricular destinado à formação profissional, no curso respectivo.

**§ 3º.** Se, em decorrência do disposto nos parágrafos anteriores, o aluno já estiver dispensado de todas as disciplinas constantes da matriz curricular e ainda assim não estiver integralizada a carga horária exigida, será orientado na escolha de disciplinas que melhor se ajustarem à natureza do curso para serem cursadas, a fim de complementar a carga horária.

**CAPÍTULO X**

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

**Art. 126.**  A avaliação do desempenho acadêmico, nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, será feita para cada disciplina, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento e campos de saber, abrangendo os aspectos de freqüência e aproveitamento, ambos eliminatórios por si mesmo.

**Parágrafo único.** Entende-se por assiduidade a freqüência às atividades programadas e por aprendizagem o grau de aplicação nos estudos considerados como processo em função de seus trabalhos.

**Art. 127.** A freqüência às aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo os casos previstos na legislação pertinente.

**§ 1º.** Independentemente dos demais resultados obtidos, será considerado reprovado, na disciplina, o aluno que não obtenha freqüência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

**§ 2º.** Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade pelo controle de freqüência dos alunos.

**Art. 128.** O aproveitamento acadêmico será avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos no conjunto de avaliações de cada disciplina, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber.

**§ 1º.** São atividades avaliativas, além das provas escritas e/ou orais, as preleções, pesquisas, exercícios, trabalhos práticos, seminários e estágios, dentre outras que estejam previstas nos respectivos planos de ensino.

**§ 2º.** Compete ao docente da disciplina elaborar avaliações acadêmicas sob a forma de provas escritas, testes e demais trabalhos, bem como julgar os resultados.

**§ 3º.** As avaliações, em número mínimo de 03 (três) por período letivo, visam ao acompanhamento progressivo do aproveitamento do aluno.

**Art. 129.** A cada verificação de aproveitamento será atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero a dez, utilizando-se apenas de uma casa decimal. Quando o algarismo correspondente a centésimos for igual ou superior a cinco acrescentar-se-á um décimo à nota, suprimindo-se a casa centesimal; e, quando for menor do que cinco, será desprezado.

**§ 1º.** Será atribuída nota zero ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista na data fixada, bem como ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração de trabalhos, das verificações parciais, dos exames finais ou de qualquer atividade que resulte na avaliação do conhecimento por atribuição de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por este ato de improbidade.

**§ 2º.** Ao aluno que deixar de comparecer à verificação regular na data fixada, poderá ser concedida oportunidade de realizar uma segunda chamada da avaliação, de acordo com a normatização específica, através de solicitação do interessado ao Departamento até 02 (dois) dias úteis após a realização da prova.

**§ 3º.** O disposto no parágrafo anterior deste artigo, refere-se exclusivamente às provas regulares, isto é, àquelas realizadas dentro dos dias regulares do período letivo em questão, sendo vedada, em qualquer hipótese, a realização de segunda chamada para os exames finais.

**§ 4º.** Será permitida a revisão de avaliação, desde que solicitada de acordo com os prazos e a forma estabelecida em Resolução própria.

**Art. 130.** Será considerado aprovado, independente de Exame Final, o aluno que, durante o período letivo, tenha freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média geral igual ou superior a 7,0 (sete), em escala que variará de zero a dez. A média geral (MG) é a média aritmética das avaliações das três unidades.

**Art. 131.** Deverá realizar exame final o aluno que, tenha freqüentado, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades das disciplinas durante o período letivo, tenha obtido média geral igual ou superior a 2,8 (dois inteiros e oito décimos) e inferior a 7,0 (sete).

**§ 1º.** A realização da prova final deverá ser após 72 (setenta e duas) horas da divulgação do resultado da média geral, observando-se o período estabelecido no Calendário Acadêmico.

**§ 2º.** O exame final consistirá de uma prova escrita que não poderá ser respondida a lápis e será a única prova retida na Instituição, por um semestre ou até o reconhecimento do curso, sendo permitido ao aluno solicitar uma cópia da mesma.

**§ 3º.** A Média Final do aluno submetido à exame final será calculada mediante a seguinte fórmula:

Média Final = (MG x 7) + (EF x 3)

10

**§ 4º.** Será considerado aprovado o aluno que obtiver a média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

**Art. 132.** Será considerado reprovado o aluno que:

a) tenha obtido média geral inferior a 2,8 (dois inteiros e oito décimos);

b) tenha obtido freqüência inferior a 75% (setenta e cinco por cento);

c) após a realização do exame final tenha obtido média final inferior a 5,0 (cinco).

SEÇÃO ÚNICA

DO REGIME ESPECIAL

**Art. 133.** É assegurado aos alunos amparados por normas legais específicas, direito a tratamento excepcional, com dispensa de freqüência regular, de conformidade com as normas constantes deste Regimento Geral e outras aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Art. 134.** O requerimento relativo ao regime excepcional, disciplinado neste artigo, é instruído com laudo médico, competindo ao Departamento conceder ou negar o pedido.

**Art. 135.** A ausência às atividades acadêmicas, durante o regime excepcional, é compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, durante este período, com acompanhamento do professor, realizados de acordo com o plano de curso fixado, em cada caso, consoante o estado de saúde do estudante e as possibilidades da Universidade, a juízo do Departamento responsável pelo oferecimento da atividade.

**Parágrafo único.** O regime especial deverá ser requerido junto à Secretaria de Cursos, que deverá encaminhar um processo para cada Departamento responsável pela atividade.

**Art. 136.** Ao elaborar o Plano de Trabalho a que se refere este artigo, o professor deverá levar em conta a sua duração, de forma que sua execução não ultrapasse o período letivo, visando a continuidade do processo psicopedagógico da aprendizagem neste regime.

**CAPÍTULO XI**

DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

**Art. 137.** A prática profissional, sob a forma de estágio supervisionado, é parte integrante dos currículos da graduação, na forma identificada em cada estrutura curricular, e tem por finalidade familiarizar o estudante com a atividade para a qual se encaminha, objetivando ao exercício direto dessa atividade.

**Parágrafo único.** O estágio supervisionado curricular obedecerá a regulamento próprio, o qual deverá ser implementado segundo as necessidades da formação profissional de acordo com a legislação específica.

**Art. 138.** O estágio supervisionado será implementado sob a responsabilidade do Departamento ao qual caberá programar as atividades a serem desenvolvidas em consonância com o projeto pedagógico do curso, observando-se as condições estruturais, bem como o disposto em resoluções específicas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**TÍTULO V**

**DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA**

**CAPÍTULO I**

DA COMPOSIÇÃO

**Art. 139.** Compõem a comunidade universitária:

I. corpo docente;

II. corpo discente;

III. corpo técnico-administrativo.

**CAPÍTULO II**

DAS NORMAS RELATIVAS A PESSOAL

**Art. 140.** O pessoal da Universidade, organizado em quadro próprio, é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia e pelo Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia, observada a legislação relativa às instituições de ensino superior e as normas aplicáveis aos servidores públicos civis do Estado.

**Parágrafo único.** A Universidade poderá contar com os serviços de pessoal de outros órgãos do poder público postos à sua disposição, de acordo com a legislação aplicável aos servidores públicos civis do Estado da Bahia, de suas Autarquias e das Fundações Públicas.

**Art. 141.** A Universidade adotará, na administração de seus quadros de pessoal, inclusive de cargos de provimento temporário, as disposições estabelecidas nos respectivos planos de carreira e normas legais específicas que disciplinam a matéria.

**CAPÍTULO III**

DO CORPO DOCENTE

**Art. 142.** O corpo docente da Universidade é constituído por professores integrantes da carreira do Magistério Superior do Estado da Bahia e por professores contratados sob o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), lotados nos Departamentos e que exercem atividades inerentes ao ensino, à pesquisa e à extensão.

**Art. 143.** Além de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, terão os professores a responsabilidade de orientação de alunos, visando a integração destes na vida universitária e seu melhor ajustamento ao futuro exercício profissional.

**Parágrafo único.** A orientação de alunos com vistas à elaboração de trabalho de conclusão de curso é de caráter obrigatório para os professores, observada(s) a(s) sua(s) área(s) de ensino e/ou pesquisa.

**Art. 144.** O ingresso na carreira do magistério superior será feito, em qualquer das classes, mediante concurso público de provas e títulos, salvo a classe de Professor Pleno.

**Parágrafo único.** As normas para publicação de editais de concursos públicos para magistério, assim como procedimentos para sua realização, apuração, homologação e divulgação de resultados, serão objetos de resolução específica do CONSEPE.

**Art. 145.** A admissão de docentes não pertencentes à carreira de magistério dar-se-á segundo normas definidas pelo CONSEPE.

**Parágrafo único.** A contratação de que trata este artigo far-se-á até o limite de 20% (vinte por cento) do pessoal docente em exercício, destinando-se, exclusivamente, a atender a necessidade inadiável de ensino e somente poderá ocorrer quando for reconhecidamente impossível a redistribuição dos encargos de ensino entre os professores do Departamento.

**Art. 146.** A contratação de professor substituto far-se-á, nos termos da legislação em vigor, exclusivamente, para suprir a falta de docente decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamentos ou licenças de concessão obrigatória e licença para capacitação.

**Parágrafo único.** A contratação de professor substituto far-se-á mediante processo de seleção pública, respeitadas as exigências acadêmicas do acesso ao ensino superior, através de prova de título, aula pública e entrevista, sendo a banca examinadora integrada por 03 (três) professores da carreira do magistério superior, indicados pela Plenária Departamental, observando as normas definidas pelo CONSEPE.

**Art. 147.** Poderá haver contratação de Professor Visitante, nos termos da legislação em vigor, para a execução de programa de ensino, pesquisa e extensão, perfeitamente definido quanto às atividades a serem desempenhadas e justificada em função do plano de trabalho e das necessidades específicas, através de fundamentada solicitação da Plenária Departamental, e pelo prazo máximo de 04 (quatro) anos.

**Art. 148.** O docente a ser nomeado ou contratado, deverá assinar declaração comprometendo-se a cumprir a carga horária correspondente ao seu regime de trabalho, de acordo com o seu plano de trabalho aprovado pelo Departamento, bem como:

I – estar disponível, em 01 (um) turno diário com duração de 04 (quatro) horas, de acordo com a necessidade departamental, quando o regime de trabalho for de 20 (vinte) horas semanais;

II – estar disponível em dois turnos diários completos, perfazendo um total de 08 (oito) horas diárias, de acordo com a necessidade departamental, quando o regime de trabalho for de 40 (quarenta) horas semanais.

**Art. 149.** A carreira do Magistério Superior compreende as seguintes classes:

I. Professor Auxiliar;

II. Professor Assistente;

III. Professor Adjunto;

IV. Professor Titular;

V. Professor Pleno.

**§ 1º.** Cada classe compreende 02 (dois) níveis designados pelas letras “A” e “B”, excetuando-se a de Professor Pleno que possui um único nível.

**§ 2º.** A progressão na carreira docente do nível de “A” para o nível “B”, dentro da mesma classe, far-se-á a requerimento do interessado, de acordo com o critério de antiguidade, atendido ao requisito de interstício mínimo de 02 (dois) anos no nível “A”.

**§ 3º.** A progressão referida no parágrafo anterior, deverá ser encaminhada pela Direção do Departamento no qual o Docente esteja lotado, com a devida assinatura do Diretor, à Gerência de Recursos Humanos para análise quanto ao direito do requerente, e, posteriormente, à Presidência do CONSEPE para homologação.

**Art. 150.** O Professor integrante da carreira do magistério superior ficará submetido a um dos seguintes regimes de trabalho, de acordo com o Plano Departamental:

I. 20 (vinte) horas semanais de trabalho, distribuídas em um turno diário com duração de 04 (quatro) horas, de acordo com a necessidade departamental;

II. 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, distribuídas em 02 (dois) turnos diários completos perfazendo um total de 08 (oito) horas diárias, de acordo com a necessidade departamental;

III. regime de tempo integral com dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, distribuídas em 02 (dois) turnos diários completos perfazendo um total de 08 (oito) horas diárias, de acordo com a necessidade departamental.

**§ 1º.** Nas horas de trabalho a que estejam obrigados os docentes, ficarão incluídas todas as funções relacionadas com as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração, de acordo com os planos departamentais.

**§ 2º.** Ao docente em regime de tempo integral com dedicação exclusiva será vedado o exercício remunerado cumulativo de qualquer outro cargo, emprego, função ou atividade autônoma, com ou sem vínculo, em entidades públicas ou privadas.

**§ 3º.** O docente em regime de tempo integral com dedicação exclusiva passando a ocupar cargo em comissão ou função gratificada na Universidade, poderá afastar-se, total ou parcialmente, das atividades de ensino, pesquisa ou extensão e, em qualquer das hipóteses, fará opção de remuneração nos termos da legislação em vigor.

**§ 4º.** Sem prejuízo dos encargos de magistério, será permitido ao docente em regime de tempo integral com dedicação exclusiva:

a) participação em órgão de deliberação coletiva de classe ou relacionado com as funções de magistério;

b) participação em comissões de estudo e trabalhos, comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão;

c) desempenho eventual de atividades de natureza científica, técnica ou artística, destinada à produção, difusão ou aplicação de idéias e conhecimentos;

d) percepção de direitos autorais;

e) remuneração decorrente de qualquer atividade esporádica pertinente a sua área de atuação científica, acadêmica e profissional, devidamente autorizado pela plenária departamental

**§ 5º.** As alterações dos regimes de trabalho deverão ser aprovadas pelo Departamento e apreciadas pela Câmara de Graduação do CONSEPE, para posterior homologação pelo Reitor.

**Art. 150.** A Universidade promoverá os meios, inclusive junto a órgãos públicos pertinentes, para assegurar o crescente aprimoramento e qualificação do seu pessoal docente, bem como incentivará a adoção de sistemas de avaliação continuada ao seu desempenho institucional.

**Art 151.** A carga horária atribuída ao docente será cumprida de acordo com o plano do Departamento, obedecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cm conformidade com a legislação em vigor e norma específica aprovada pelo CONSEPE.

**Art. 152.** Os valores dos salários ou vencimentos dos integrantes da carreira do magistério superior serão fixados segundo as classes a que pertençam e de acordo com o regime de trabalho a que estiverem submetidos.

**Art. 153.** Além dos casos previstos em Lei, o integrante da carreira do magistério superior poderá afastar-se de suas funções, nos seguintes casos:

I. para aperfeiçoar-se em instituições de ensino e pesquisa nacionais ou estrangeiras, em consonância com o plano de qualificação do Departamento ou estrutura equivalente;

II. para participar de reuniões, congressos e outros eventos de natureza técnico-científica, educacional ou artística cultural, relacionadas com as atividades acadêmicas do professor;

III. para prestar colaboração temporária a outra instituição pública de ensino superior, de pesquisa ou de extensão, com comprovada evidência de benefícios acadêmicos e institucionais.

**§ 1º.** A concessão do afastamento referido no inciso I implicará o compromisso de o docente, ao retornar, permanecer na Universidade pelo tempo correspondente ao do seu afastamento, sob pena de ressarcimento das despesas correspondentes aos vencimentos e auxílios concedidos pela Instituição, conforme legislação vigente.

**§ 2º.** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão regulamentará a duração dos afastamentos, o interstício entre afastamentos subseqüentes e as condições para renovação.

**Art. 154.** O docente poderá ser movimentado de um para outro campus, de um para outro departamento, ou removido de uma para outra Instituição de Ensino Superior Estadual, a seu requerimento ou, considerada a sua anuência, por solicitação do Departamento ou da Instituição, atendida a sua formação ou especialidade, a necessidade do serviço e o pronunciamento dos Departamentos ou das Instituições envolvidas.

**Art. 155.** O Docente poderá ser colocado à disposição de outra instituição, órgão ou entidade de serviço público, a seu requerimento ou, considerada a sua anuência, após o pronunciamento favorável do Departamento, mas sem ônus para a Instituição de origem e por prazo determinado, obedecidas as normas da Lei.

**Art. 156.** A promoção do docente entre as diversas classes da carreira de magistério far-se-á, exclusivamente por análise de mérito, considerando desempenho acadêmico e titulação, regulamentada por Resolução específica do CONSEPE.

SEÇÃO ÚNICA

DOS DIREITOS E DEVERES

**Art. 157.** São direitos e deveres gerais do Corpo Docente integrante da carreira do magistério superior:

I. participar, com direito a voz e voto, na forma do Estatuto e deste Regimento, dos órgãos colegiados de decisão da Instituição;

II. votar e ser votado nas eleições para as representações docentes referidas no Inciso I, ressalvados os impedimentos previstos no Estatuto e neste Regimento;

III. apelar de decisões dos órgãos administrativos, observada a hierarquia institucional, encaminhando o respectivo recurso através do Diretor do Departamento, quando for o caso;

IV. receber remuneração e tratamento social condizente com a atividade do magistério e os recursos e apoios didáticos e administrativos necessários ao desenvolvimento regular de suas atividades de ensino;

V. qualificar-se, permanentemente, em busca de formação humanística e técnica que lhe assegure condições efetivas de contribuir na educação do homem e na formação do profissional;

VI. contribuir para a manutenção da ordem e disciplina no seu âmbito de atuação e pelo crescente prestígio da instituição no ambiente social;

VII. desenvolver todas as suas atividades em absoluta consonância com as disposições regimentais reguladoras, cumprindo e fazendo cumprir obrigações e compromissos, no seu âmbito de atuação.

**Art. 158.** Serão concedidos incentivos de pós-graduação e de produção científica, técnica ou artística e outras vantagens, na forma estabelecida em legislação pertinente.

**Art. 159.** É obrigatória a freqüência dos professores, bem como a execução integral dos programas aprovados.

**Parágrafo único.** O instrumento de controle da freqüência docente deverá ser regulamentado através de norma do CONSEPE.

**CAPÍTULO IV**

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

**Art. 160.** Constituem o corpo técnico-administrativo da Universidade os servidores integrantes do quadro efetivo, os contratados sob o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e os ocupantes de cargos comissionados não integrantes da carreira que desempenham atividades de nível superior, de nível médio e de apoio.

**§ 1º.** O ingresso nas carreiras de pessoal técnico-administrativo integrante do quadro efetivo da Instituição dar-se-á por concurso público.

**§ 2º.** A admissão de técnico-administrativo em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA será regulamentada pelo Conselho Universitário, obedecida a legislação vigente.

**Art. 161.** As classes, formas de provimento e exercício, movimentação, regime de trabalho, direitos e vantagens do corpo técnico-administrativo obedecerão ao disposto na legislação específica e às normas internas.

**Art. 162.** Os Conselhos da Universidade (CONSU e Conselho de Campus), quando for o caso, estabelecerão, por Resoluções Complementares, os princípios de políticas de recursos humanos relacionados à avaliação de desempenho, afastamentos, redistribuição de pessoal técnico-administrativo, dentre outros, observada a legislação vigente.

**Art. 163.** A Universidade promoverá, diretamente ou através de cooperação com outras instituições, cursos, estágios, conferências e quaisquer outras modalidades de capacitação para aperfeiçoamento crescente do seu corpo técnico-administrativo.

**Art. 164.** O servidor técnico-administrativo poderá, ouvido os órgãos diretamente interessados, ser movimentado de um órgão de lotação para outro, de um campus para outro ou relotado para outra instituição estadual, observando a legislação vigente.

**Art. 165.** O ocupante do cargo de provimento permanente ficará sujeito a 30 (trinta) horas semanais de trabalho com jornada diária de 06 (seis) horas em turno único, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

**Parágrafo único.** O servidor poderá ter ampliada a sua carga horária para 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, com jornada diária de 08 (oito) horas. em dois turnos, recebendo as correspondentes gratificações, de acordo com o cargo efetivo que ocupa, mediante solicitação e justificativa da sua chefia imediata, condicionada à disponibilidade de recurso orçamentário.

**Art. 166.** O servidor técnico-administrativo faz jus às gratificações específicas, de acordo com o grupo ocupacional que integra, na forma que dispuser a legislação estadual.

**Art. 167.** Além dos casos previstos em lei, o integrante da carreira de técnico-administrativo poderá afastar-se de suas funções, para aperfeiçoar-se em instituições de ensino e pesquisa, nacionais ou estrangeiras, em consonância com a sua área de atuação, mediante apreciação da Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo - CPPTA.

SEÇÃO ÚNICA

DOS DIREITOS E DEVERES

**Art. 168.** Os direitos e deveres do pessoal técnico-administrativo são os dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, aplicando-se-lhe ainda as disposições deste Regimento, relativas às obrigações identificadas.

**Art. 169.** É direito de todo servidor ser tratado com urbanidade pelos colegas, contar com ambiente digno de trabalho e receber remuneração condizente com as atividades que desenvolva na instituição.

**Art. 170.** É dever de todo servidor o zelo pelas coisas e interesses da Instituição, o trabalho profícuo pelo engrandecimento da obra educacional de cuja realização participa.

**CAPÍTULO V**

DO CORPO DISCENTE

**Art. 171.** O corpo discente da UESB é constituído pelos alunos matriculados nas diversas disciplinas dos cursos e compreende:

I. alunos regulares: os que preenchem as exigências legais e regimentais para a obtenção de diploma;

II. alunos especiais: os que preenchem as exigências legais e regimentais para a obtenção de certificado em curso e atestado de cumprimento de disciplinas isoladas, conforme regulamentação aprovada pelo CONSEPE.

**§ 1º.** Este Regimento Geral disciplinará as atividades do corpo discente.

**§ 2º.** Somente os alunos regulares podem exercer os direitos e as prerrogativas definidos neste Regimento Geral.

**§ 3º.** Os alunos especiais podem desenvolver apenas as atividades específicas à sua forma de inserção na Universidade.

**Art. 172.** É livre a organização do segmento estudantil, cabendo-lhe definir suas formas de representação e de identificação de suas entidades.

SEÇÃO I

DOS DIREITOS E DEVERES

**Art. 173.** Constituem direitos e deveres de membro do corpo discente:

I. receber ensino qualificado no curso em que se matriculou;

II. freqüentar as aulas e participar das demais atividades curriculares;

III. constituir associação, de conformidade com a legislação específica e o disposto neste Regimento;

IV. fazer-se representar junto aos órgãos colegiados da Instituição, na forma deste Regimento;

V. votar e ser votado, na forma deste Regimento, para representação estudantil junto aos órgãos da Administração da Universidade e de suas entidades, com direito a voz e voto, observadas as restrições dispostas no Estatuto próprio;

VI. recorrer de decisões de órgãos executivos e deliberativos;

VII. aplicar a máxima diligência no aproveitamento do ensino;

VIII. desenvolver todas as suas atividades, no âmbito institucional, em estrita obediência aos preceitos deste Regimento.

**Parágrafo único.** Deverá o membro do corpo discente abster-se de quaisquer atos que importem em perturbação da ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeito às autoridades acadêmicas, professores e servidores em geral.

SEÇÃO II

DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

**Art. 174.** O Corpo Discente tem representação, com direito a voz e voto, nos Colegiados na forma deste Regimento Geral.

**§ 1º.** A representação discente será correspondente a um total de 12 % (doze por cento) dos membros dos órgãos colegiados da Universidade, arredondando-se o total de representantes para o número inteiro superior, sempre que este cálculo resultar em número fracionário, de acordo com a legislação vigente e na forma que dispuser o Estatuto e este Regimento.

**§ 2º.** A representação nos órgãos colegiados será feita por mandatos, com duração de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

**§ 3º.** Cada representante estudantil terá um suplente, com o mandato também de 1 (um) ano, para substituí-lo em suas faltas ou impedimentos, inclusive no caso de perda de mandato.

**§ 4º.** É vedada a acumulação de representação discente em órgãos colegiados.

**Art. 175.** A representação estudantil tem por objetivo promover a integração da comunidade acadêmica, para a consecução das finalidades da Instituição.

**Parágrafo único.** O exercício dos direitos de representação e participação não exime o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos.

**Art. 176.** Os alunos terão como entidade representativa o Diretório Central de Estudantes.

**Parágrafo único.** Compete ao Diretório Central dos Estudantes indicar a representação discente junto aos Conselhos, por meio de assembléia convocada para este fim.

**Art. 177.** Os alunos regulares podem organizar o Diretório Acadêmico do próprio curso.

**Parágrafo único.** Competem aos Diretórios Acadêmicos a indicação de representação discente junto aos órgãos colegiados de cada curso.

**Art. 178.** A composição, as atribuições, a organização e o funcionamento do Diretório estudantil são fixados em seu Estatuto, elaborado pelo próprio órgão estudantil.

**Art. 179.** Só poderão se inscrever para concorrer à representação discente em órgão colegiado os estudantes que pertencerem ao colégio eleitoral que elegerá a representação estudantil para aquele órgão.

**Parágrafo único.** As funções de representação discente somente poderão ser exercidas por estudantes regularmente matriculados nos cursos da UESB e que estejam em pleno gozo de seus direitos acadêmicos.

**Art. 180.** Perderá o mandato o representante que deixar de pertencer ao corpo discente da Universidade, ou que efetivar trancamento total de matrícula por período igual ou superior a 6 (seis) meses ou que deixar de comparecer, sem justificativa aceita pelo colegiado pertinente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas do órgão no qual exerce a função de representação.

**Art. 181.** É vedado ao Diretório, no âmbito da Instituição, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, ou que represente atitude discriminatória ou preconceituosa, vedada pelas leis do País.

SEÇÃO III

DO PROGRAMA DE BOLSA DE MONITORIA

**Art. 182.** O Programa de Bolsa de Monitoria tem como objetivos:

I. contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação;

II. propiciar aos estudantes a oportunidade institucional de se iniciarem em atividades de docência;

III. despertar nos alunos de graduação da UESB o interesse pela carreira docente;

IV. possibilitar maior integração entre os corpos docente e discente;

V. desenvolver as tarefas auxiliares de ensino-aprendizagem.

**Art. 183.** A monitoria é uma modalidade de estágio Opcional Interno que consiste no desenvolvimento de atividades de auxílio à docência, sob a orientação do (s) professor (es) responsável (is) pela disciplina.

**Art. 184.** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE fixará normas para o funcionamento do Programa de Bolsas de Monitoria.

SEÇÃO IV

DO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**Art. 185.** O Programa de Bolsas de Iniciação Científica tem como objetivos:

I. proporcionar aos estudantes de graduação a oportunidade institucional de iniciação científica compatível com seu grau de formação e de conhecimento;

II. assegurar maior cooperação entre os corpos discente e docente nas atividades de pesquisa, no âmbito da graduação;

III. propiciar a melhoria da qualidade de ensino de graduação, bem como das atividades de pesquisa, através do retorno dos resultados obtidos pelos acadêmicos.

**Art. 186.** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE fixará normas para o funcionamento do Programa de Bolsa Iniciação Científica.

SEÇÃO V

DO PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO

**Art. 187.** O Programa de Bolsas de Extensão tem como objetivo viabilizar a participação de alunos, regularmente matriculados nos cursos de graduação da UESB, em projetos de extensão continuada da Universidade, contribuindo para sua formação acadêmica e profissional, consoante com sua área de formação.

**Art. 188.** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE fixará normas para o funcionamento do Programa de Bolsas de Extensão.

**Art. 189.** Os Programas de Bolsas de Monitoria, de Iniciação Científica e de Extensão não constitui cargo ou emprego, nem representa vínculo empregatício de qualquer natureza com a Universidade.

SEÇÃO VI

DAS ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS DE PESQUISA E EXTENSÃO

**Art. 190.** O Programa de atividades voluntárias de Pesquisa e Extensão tem como objetivo viabilizar a participação de alunos, regularmente matriculados nos cursos de graduação da UESB, em projetos de pesquisa e extensão cadastrados na Universidade, contribuindo para sua formação acadêmica e profissional, consoante com sua área de formação.

**Parágrafo único.** A participação em Programas de atividades voluntárias de pesquisa e Extensão não constitui cargo ou emprego, nem representa vínculo empregatício de qualquer natureza com a Universidade.

**Art. 191.** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE fixará normas para o funcionamento do Programa de atividades voluntárias.

**TÍTULO VII**

**DO REGIME DISCIPLINAR**

**CAPÍTULO I**

DO REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES

**Art. 192.** Os atos de investidura em cargo ou função docente e técnico-administrativa da Universidade importam em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem a instituição, às normas contidas na legislação de ensino, no Estatuto, neste Regimento e, complementarmente, às baixadas pelos demais órgãos competentes da UESB.

**Art. 193.** Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o desatendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

**Art. 194.** São penalidades disciplinares:

I. advertência;

II. suspensão;

III. demissão ou rescisão contratual;

IV. cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

**Art. 195.** As penalidades estipuladas no artigo 194 serão aplicadas, observado o seguinte:

I. a advertência será aplicada nos seguintes casos:

a) transgressão de prazos regimentais;

b) não comparecimento a atividades acadêmicas e administrativas para as quais tenha sido convocado;

c) ausência injustificada ao serviço;

d) impontualidade;

e) falta de urbanidade no trato com membros da comunidade universitária;

f) descumprimento de ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

g) ação ou procedimento incompatível com a regularidade, eficiência e a moralidade do serviço;

II. a suspensão será aplicada nos casos de reincidência de faltas punidas com advertência e nas seguintes hipóteses:

a) comportamento que resulte em danos materiais ou pessoais para qualquer membro da comunidade universitária;

b) conduta incompatível com a dignidade universitária;

c) desrespeito a qualquer disposição do Estatuto, deste Regimento Geral ou de quaisquer outras normas da Universidade;

III. a demissão ou rescisão contratual será aplicada na reincidência de faltas punidas com suspensão superior a 30 (trinta) dias e nos seguintes casos:

a) prática de crime contra a administração pública;

b) abandono de cargo ou emprego;

c) inassiduidade habitual;

d) improbidade administrativa;

e) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

f) aplicação irregular de recursos públicos;

g) revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

h) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio;

i) acumulação ilegal de cargos, funções, ou empregos públicos;

j) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento a dignidade da função pública;

k) transacionar com o Estado, quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio;

l) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de remuneração, benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro;

m) receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

n) aceitar representação, comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem licença da autoridade competente;

o) praticar usura sob qualquer forma de suas formas;

p) proceder de forma desidiosa;

q) utilizar pessoal ou recursos matérias da repartição em serviços ou atividades particulares.

IV. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a pena de demissão.

**Art. 196.** Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os antecedentes funcionais, os danos que dela provierem para o serviço público e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**Art. 197.** Configura abandono de cargo ou emprego a ausência intencional ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**Art. 198.** Entende-se por inassiduidade habitual, a falta ao serviço, sem causa justificada, por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

**Art. 199.** A pena de suspensão não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

**§ 1º.** Na hipótese da pena de suspensão, decorrente de reincidência de falta punida com advertência, a sua aplicação só poderá exceder a 15 (quinze) dias se o servidor já tiver sido anteriormente punido com suspensão.

**§ 2º.** Em qualquer hipótese, a primeira pena de suspensão aplicada a um servidor não poderá exceder a 30 (trinta) dias.

**Art. 200.** São competentes para aplicar as penas referidas no art. 195 deste Regimento Geral, as seguintes autoridades:

I. a chefia imediata, nos casos de advertência;

II. o Diretor de Unidade Acadêmica, de Unidade Administrativa, e Reitoria, nos casos de suspensão de até 30 (trinta) dias;

III. o Reitor, nos casos de suspensão superior a 30 (trinta) dias, de demissão e, ou rescisão contratual.

**Parágrafo único.** Para aplicação das penalidades deverá ser formalizado um processo específico, observando as disposições gerais contidas neste Regimento, inerentes ao processo administrativo disciplinar e à sindicância.

**CAPÍTULO II**

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

**Art. 201.** O acesso aos cursos da Universidade importa em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem a Instituição, às normas contidas na legislação de ensino, no Estatuto, neste Regimento e, complementarmente, às baixadas pelos demais órgãos competentes da UESB.

**Art. 202.** Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o desatendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

**Art. 203.** Os alunos estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

I. advertência escrita ou suspensão das atividades acadêmicas curriculares por até 8 (oito) dias, nos seguintes casos:

a) por desrespeito a qualquer autoridade universitária ou a qualquer membro do corpo docente ou técnico-administrativo;

b) por descumprimento das normas determinadas por órgãos ou autoridades universitárias;

c) por ofensa, constrangimento ou outros atos que atentem contra a dignidade de qualquer membro do corpo discente;

d) pela prática de desordem em recintos da Universidade, bem como em outros locais onde se realizem atividades acadêmicas curriculares ou administrativas;

e) por dano ao patrimônio público, cominando com a obrigação de ressarcimento;

f) por ato de improbidade na execução de atos e trabalhos acadêmicos;

g) por inutilização de avisos ou editais afixados pela Administração, ou pela retirada, sem prévia permissão da autoridade competente, de objeto ou documento em qualquer dependência da Universidade;

II. de suspensão das atividades acadêmicas curriculares, por período superior a 8 (oito) dias e inferior a 30 (trinta) dias, nos seguintes casos:

a) por reincidência nas faltas previstas no inciso anterior;

b) por injúria a qualquer autoridade universitária ou a qualquer membro do corpo docente, técnico-administrativo e discente;

c) por fraude ou tentativa de fraude em provas e, ou trabalhos acadêmicos;

III. de suspensão das atividades acadêmicas curriculares por um período letivo, nos seguintes casos:

a) por grave desacato a qualquer autoridade universitária ou a qualquer membro do corpo docente e técnico-administrativo;

b) por agressão física a qualquer autoridade universitária ou a qualquer membro do corpo docente, técnico-administrativo ou discente;

c) por prática de atos difamatórios ou ofensivos à Instituição;

d) na reincidência de falta disciplinar punida com suspensão superior a 8 (oito) dias;

IV. de desligamento, com expedição de certidão de estudos, por:

a) em caso de reincidência em infração referida no inciso III deste artigo;

b) pela prática de infração de improbidade, apropriação indébita, furto e, ou roubo de c) bens patrimoniais da Universidade e, ou de terceiros.

**§ 1º.** Todas as penalidades serão registradas na ficha cadastral do estudante.

**§ 2º.** Será cancelado o registro da penalidade de advertência se, no prazo de um ano da aplicação, o aluno não incorrer em reincidência.

**§ 3º.** Ao discente sob sindicância ou processo disciplinar, até decisão definitiva, não se concederá:

I. trancamento ou cancelamento de matrícula;

II. transferência para outro estabelecimento de ensino;

III. comprovação de estudos realizados;

IV. colação de grau.

**Art. 204.**  São competentes para aplicar as penalidades previstas no art. 203, as seguintes autoridades:

I. o Coordenador de Colegiado do curso ao qual se encontre vinculado o estudante, nos casos de infrações puníveis com advertência ou suspensão;

II. o Reitor, nos casos de infrações puníveis com pena de desligamento ou exclusão.

**Parágrafo único.** Para aplicação das penalidades deverá ser formalizado um processo específico, observando as disposições gerais contidas neste Regimento, inerentes ao processo administrativo disciplinar e à sindicância.

**CAPÍTULO III**

DAS PENAS APLICÁVEIS À REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

**Art. 205.** O comportamento inconveniente ou incompatível com a dignidade da função de representante estudantil, a juízo do colegiado respectivo, é considerado motivo suficiente para a destituição do representante, cabendo recurso da decisão para o órgão imediatamente superior na hierarquia administrativa.

**Art. 206.** Ocorrida a destituição de representante estudantil, cumpre ao Diretório Central de Estudantes designar o seu substituto na função.

**CAPÍTULO IV**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 207.** Os Processos Disciplinares e as Sindicâncias reger-se-ão pelas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas, que, também, se aplicam, no que couber, nas demais matérias relativas ao regime disciplinar.

**Art. 208.** As penas serão aplicadas de acordo com a gravidade da falta, considerando-se, à vista do caso, os seguintes referenciais:

I. infração cometida;

II. primariedade ou não do infrator;

III. dolo e culpa;

IV. valor, utilidade e bens atingidos.

**Art. 209.** As responsabilidades civil, penal e administrativa poderão cumular-se, sendo independentes entre si, sendo que a aplicação das penalidades previstas neste Título não exime o infrator de outras de natureza civil ou penal a que porventura estiver sujeito, não o desobrigando do ressarcimento de danos causados à Instituição.

**Art. 210.** A imposição das sanções será aplicada de acordo com as conclusões do processo a cargo da comissão designada pelo Reitor e integrada por, no mínimo, 03 (três) membros, assegurados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

**§ 1º.** A portaria de nomeação da comissão – para sindicância ou processo disciplinar - deverá indicar o seu presidente e um prazo para conclusão do relatório.

**§ 2º.** A comissão disciplinar deverá apresentar à autoridade universitária que a nomeou relatório conclusivo sobre as infrações disciplinares que foi encarregada de apurar, incluída a indicação de penas que julgar aplicáveis, quando for o caso.

**§ 3º.** Recebido o relatório da comissão disciplinar, a autoridade universitária que a nomeou, no prazo de 05 (cinco) dias, o encaminhará, acompanhado de parecer circunstanciado, à autoridade ou órgão competente para aplicar a penalidade indicada pela comissão.

**§ 4º.** As comissões disciplinares deverão obrigatoriamente:

a) dar ciência aos acusados sobre a instauração do processo disciplinar, bem como informá-los das penas que poderão ser aplicadas ao caso;

b) informar aos acusados os nomes das testemunhas que decidiu inquirir;

c) ouvir os envolvidos;

d) permitir que cada um dos acusados indique até 3 (três) testemunhas para serem ouvidas;

e) estabelecer prazo para a apresentação de testemunhas de defesa, dando ciência desse prazo aos interessados;

f) fixar data, horário e local para a inquirição dos acusados e das testemunhas, com informação aos interessados;

g) fornecer aos envolvidos cópias de documento do processo disciplinar, desde que solicitadas;

h) permitir, a requerimento dos acusados ou de seus procuradores, que estes últimos acompanhem os depoimentos;

i) estabelecer prazo, após a inquirição das testemunhas, para que os acusados apresentem sua defesa por escrito e dar-lhes ciência desse prazo;

j) emitir parecer conclusivo sobre os fatos.

**§ 5º.** A autoridade ou órgão competente para aplicar as penalidades indicadas pela comissão disciplinar, deverá, obrigatoriamente, manifestar-se por escrito sobre o relatório da comissão, justificando o seu acolhimento, total ou parcial ou a sua rejeição.

**§ 6º.** Quando julgar conveniente, a autoridade ou órgão competente para aplicar a punição poderá determinar diligências adicionais ou incorporar novas informações ao processo, inclusive, requerendo manifestações adicionais da comissão disciplinar.

**§ 7º.** A autoridade que aplicar a penalidade deverá dar ciência de seu ato ao órgão de registro e controle acadêmico para os registros permanentes, bem como encaminhar cópia da portaria correspondente aos punidos, contra aviso de recebimento.

**Art. 211.** Os prazos e instâncias de recurso são os previstos neste Regimento Geral.

**Parágrafo único.** Os recursos interpostos terão efeito suspensivo, enquanto pendentes de decisão no âmbito da Universidade.

**CAPÍTULO V**

DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR

**Art. 212.** A ação disciplinar prescreverá:

I - em 180 (cento e oitenta dias), quanto à falta punível com advertência;

II - em 02 (dois) anos, quanto à falta punível com suspensão;

III - em (cinco) anos, quanto à falta punível com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

**§ 1º.** O prazo de prescrição começa a correr a partir da data em que o fato se tornou conhecido oficialmente.

**§ 2º.** Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

**§ 3º.** A abertura de sindicância ou a instauração do processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final proferida pelo Reitor.

**TÍTULO VIII**

**DOS RECURSOS**

**Art. 213.** Todas as penalidades disciplinares aplicadas por autoridades universitárias, de que trata este Título caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação do interessado, salvo quando houver prazo especial previsto neste Regimento Geral e em normas específicas.

**Art. 214.** É assegurado à comunidade universitária o direito de requerer ou representar, pedir, reconsiderar e recorrer.

**Art. 215.** Das decisões da autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão, cabem:

I. pedido de reconsideração para a própria autoridade;

II. recurso, se o pedido de reconsideração for indeferido.

**Parágrafo único.** O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades ou órgãos, considerado o Conselho Universitário a instância final, obedecendo a ordem estabelecida neste Regimento Geral.

**Art. 216.** O recurso será interposto perante a autoridade ou órgão que proferiu a decisão, por meio de requerimento, contendo os seguintes dados:

a) identificação do recorrente;

b) domicílio do recorrente ou local para recebimento de comunicações;

c) fundamentos do pedido de reexame, podendo ser juntados os documentos que julgar conveniente;

d) data e assinatura do recorrente ou do seu representante legal.

**§ 1º.** A autoridade competente examinará todos os pressupostos para receber o recurso, devendo fundamentar o recebimento.

**§ 2º.** A autoridade ou órgão recorrido se não reconsiderar a decisão encaminhará o processo à autoridade ou órgão superior.

**§ 3º.** Reconsiderada a decisão apenas em parte, a remessa à instância superior terá lugar para decisão quanto à matéria não reconsiderada, no prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 217.** O recurso não será conhecido quando interposto:

I. fora do prazo;

II. perante órgão incompetente;

III. por quem não seja legitimado.

**Art. 218.** São as seguintes as instâncias acadêmicas de recurso:

I. Plenária do Colegiado de Curso, nas matérias de sua competência, contra decisão de docente e de coordenador;

II. Plenária Departamental, nas matérias de sua competência, contra decisão de docente, da área de conhecimento e do diretor;

III. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, nas matérias de sua competência, contra decisão de Colegiado de Curso, de Departamento, das Câmaras e do Reitor;

IV. Conselho Universitário – CONSU contra decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

**Art. 219.** O Conselho Universitário – CONSU constitui instância final para julgamento de matéria de qualquer natureza.

**Art. 220.** O pedido de reconsideração ou o recurso serão interpostos, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência do interessado do teor da decisão.

**Parágrafo único.** Negado o pedido de reconsideração, o prazo do recurso será contado a partir da ciência da respectiva decisão.

**Art. 221.** Recebido o recurso na instância superior, em se tratando de órgão colegiado, ele será distribuído a um Relator, para emissão de parecer, a ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 222.** Apresentado o parecer, o recurso é submetido a julgamento, na primeira reunião do órgão colegiado.

**Art. 223.** Julgado o recurso, o processo será devolvido à autoridade ou órgão recorrido, para cumprimento da decisão proferida.

**TÍTULO IX**

**DO PATRIMÔNIO, DAS RECEITAS E DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

**CAPÍTULO I**

DO PATRIMÔNIO

**Art. 224.** O patrimônio da Universidade, administrado pelo Reitor, com observância nas normas estatutárias e regimentais, é constituído de:

I. bens móveis e imóveis, direitos e valores que lhe pertençam;

II. bens, direitos e valores que, a qualquer título, lhe sejam assegurados ou transferidos;

III. doações e subvenções recebidas de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

IV. os que vierem a ser constituídos na forma legal.

**§ 1º.** A Universidade poderá receber doações, legados, cessões temporárias de direitos efetuados por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

**§ 2º.** Quando essas doações, legados ou concessões importarem em ônus adicionais, deverão ser previamente submetidas à deliberação do Conselho Universitário- CONSU

**§ 3º.** As doações, alienações e baixas a qualquer título, de bens patrimoniais incorporados à Universidade, deverão ter a prévia autorização do Conselho de Administração - CONSAD, observada a legislação pertinente.

**CAPÍTULO II**

DAS RECEITAS

**Art. 225.** Constituem receitas da Universidade:

I. as dotações orçamentárias e as concedidas em crédito adicionais que lhe forem consignadas pelo Estado da Bahia;

II. os recursos oriundos dos convênios, acordos ou contratos;

III. as rendas patrimoniais, inclusive juros e dividendos, bem como as decorrentes do exercício de suas atividades;

IV. os recursos provenientes de alienação de bens patrimoniais;

V. subvenções, auxílios e legados;

VI. taxas provenientes da prestação de serviços;

VII. saldos financeiros de exercícios encerrados;

VIII. outras receitas, na forma da Lei.

**Art. 226.** Os bens e direitos da Universidade serão utilizados exclusivamente no cumprimento dos seus objetivos.

**CAPÍTULO III**

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

**Art. 227.** O exercício financeiro da Universidade coincidirá com o ano civil e o seu orçamento é uno.

**Parágrafo único.** As propostas orçamentárias anual e plurianual da Universidade deverão ser encaminhadas, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, aos departamentos para posterior apreciação e deliberação pelo CONSU.

**Art. 228.** A proposta orçamentária para cada exercício será encaminhada à apreciação da Secretaria da Educação, atendidos os prazos de elaboração do orçamento - programa do Estado.

**Art. 229.** O Reitor prestará contas anualmente ao Conselho Universitário (CONSU) e ao Conselho de Administração (CONSAD).

**Art. 230.** Os programas e projetos, cuja execução exceda o exercício financeiro, deverão constar do orçamento plurianual de investimentos e dos orçamentos subseqüentes.

**Art. 231.** A prestação de contas e o Relatório Anual serão submetidos ao Conselho de Administração - CONSAD até o último dia útil do mês de janeiro do ano seguinte ao exercício vencido.

**TÍTULO X**

**DO GRAU, DA COLAÇÃO DE GRAU, DOS DIPLOMAS,**

**CERTIFICADOS E TÍTULOS HONORÍFICOS**

**CAPÍTULO I**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 232.** A Universidade conferirá:

I. diplomas de graduação e de pós-graduação stricto sensu, Certificado de pós-graduação lato sensu, de cursos seqüenciais, ou de extensão;

II. certificados de aproveitamento em disciplinas isoladas, cursadas por alunos especiais;

III. títulos de doutor honoris causa;

IV. títulos de professor honorário;

V. títulos de professor emérito.

**CAPÍTULO II**

DOS GRAUS, DOS DIPLOMAS E DOS CERTIFICADOS

**Art. 233.** Ao aluno que conclua curso de graduação ou pós-graduação stricto sensu, a Instituição confere o grau respectivo.

**Art. 234.** O ato coletivo de colação de grau dos alunos concluintes de curso de graduação ou pós-graduação stricto sensu é realizado em sessão solene e pública, sob a presidência do Reitor, com a presença de, pelo menos, 03 (três) professores do curso.

**§ 1º.** Os atos de colação de grau serão realizados após o encerramento do período letivo.

**§ 2º.** Só poderão participar dos atos de colação de grau os estudantes que efetivamente tiverem cumprido todos os requisitos exigidos para obtenção do diploma correspondente.

**§ 3º.** A requerimento dos interessados, poderão ocorrer atos de colação de grau adicionais ao mencionado no parágrafo anterior, individuais ou coletivos, em dia, horário e local acordados entre os requerentes e o Reitor, com a presença de pelo menos 02 (dois) professores da Universidade.

**Art. 235.** Colado o grau, a Universidade expede ao graduado ou pós-graduado o diploma correspondente, assinado pelo Reitor, pelo Secretário e pelo seu titular.

**Art. 236.** A Instituição expedirá certificado, devidamente assinado pelo Secretário e pelo Reitor, ao aluno que conclua curso de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros, ou o estudo de qualquer disciplina.

**Parágrafo único.** Os certificados dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização destinados à qualificação de docentes para o magistério superior serão acompanhados dos respectivos históricos escolares.

**CAPÍTULO III**

DO RECONHECIMENTO E DA REVALIDAÇÃO DE TÍTULOS

**Art. 237.**  O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE disciplinará, por Resolução, o reconhecimento e a revalidação de títulos acadêmicos.

**§ 1º.** O reconhecimento e a revalidação de diplomas emitidos por instituições estrangeiras serão requeridos ao Reitor.

**§ 2º.** Os processos de reconhecimento e de revalidação terão por objetivo determinar o título brasileiro correspondente e apurar se as condições em que foi obtido o título equivalem às que são exigidas nos cursos nacionais reconhecidos.

**§ 3º.** Os certificados de pós-graduação emitidos por universidades estrangeiras ou por outras instituições nacionais poderão ser validados pela UESB para efeito interno, mediante regulamentação do CONSEPE, devendo a solicitação correspondente ser dirigida ao Reitor.

**CAPITULO IV**

DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

**Art. 238.** A Universidade poderá conceder os títulos de doutor honoris causa, professor honorário e professor emérito.

**§ 1º.** O título de doutor honoris causa será conferido:

I. às pessoas que tenham contribuído, de maneira notável, para o progresso das ciências, das letras ou das artes;

II. aos que tenham beneficiado, de forma excepcional, ou tenham prestado relevantes serviços a humanidade.

**§ 2º.** O título de professor honorário só será concedido a pessoas que tenham prestado serviços relevantes à ciência ou à cultura.

**§ 3º.** O título de professor emérito será concedido aos professores titulares do seu quadro de docentes, quando os mesmos se aposentarem ou se retirarem definitivamente das respectivas atividades docentes e tenham prestados serviços relevantes à ciência ou à Universidade.

**Art. 239.** A concessão de títulos de doutor honoris causa, de professor emérito e de professor honorário dependerá de proposta fundamentada encaminhada ao Reitor, sendo indispensável a aprovação dos 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros do Conselho Universitário.

**Art. 240.** Além dos títulos referidos nos artigos anteriores a Universidade poderá conceder prêmios honoríficos.

**TÍTULO XI**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 241.** A Universidade, mediante convênios, poderá utilizar os serviços públicos ou privados, existentes na Comunidade para estágio de estudantes, treinamento de seu pessoal e cumprimento de suas finalidades institucionais, observando a legislação pertinente.

**Art. 242.** Todos os atos de investidura em cargo ou função e de matrículas em cursos da Universidade importam no cumprimento da legislação específica, do Estatuto, deste Regimento Geral da UESB e dos atos das autoridades universitárias.

**Art. 243.** Será de 10 (dez) dias contados a partir do primeiro dia útil, após a publicação oficial da decisão, o prazo para interposição de recursos, no âmbito de Universidade, salvo quando houver prazo especial previsto neste Regimento.

**Parágrafo único.** Os prazos previstos no Estatuto, neste Regimento Geral e demais normas serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo em dia que não haja expediente.

**Art. 244.** A Universidade promoverá os meios necessários para assegurar o crescente aprimoramento e qualificação do seu quadro docente e técnico administrativo, bem como incentivará a adoção de sistemas de avaliação continuada do seu desempenho institucional.

**Art. 245.** Os cargos de provimento temporário, no âmbito da Universidade, serão preenchidos, preferencialmente, pelo pessoal do seu quadro permanente.

**Art. 246.** Nas eleições da Universidade, havendo empate, considerar-se-á eleito o mais antigo no seu quadro da carreira e, entre os de igual tempo de serviço, o mais idoso.

**Art. 247.** Fica expressamente proibida, na Universidade, a prática de atos que atentem contra a integridade física ou moral do pessoal técnico-administrativo, docente e discente, bem como à sua privacidade, intimidade, dignidade e imagem, inclusive quanto aos recém-ingressados nos processos seletivos.

**Art. 248.** Os casos omissos neste Regimento Geral serão resolvidos pelo Conselho Universitário - CONSU.

**Art. 249.** Todas as modificações do Estatuto ou deste Regimento Geral deverão ser aprovadas em sessão especial do Conselho Universitário - CONSU, aprovadas por 2/3 (dois terços) dos membros, e entrarão em vigor com a aprovação pelo Governador do Estado, após parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, nos termos da Lei.

**Art. 250.** O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO IV –** DOCUMENTOS FISCAIS DA INSTITUIÇÃO

**(certidões, etc)**

**ANEXO V – BIBLIOTECA CENTRAL - ACERVO DO CURSO**

1. Dados referentes ao somatório da população dos 39 municípios que compõem a Região Centro-Sul do Estado da Bahia [↑](#footnote-ref-1)
2. Um mar de Oportunidades. **Revista Você S.A.**, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 49, p. 37, jul. 2002. Editora Abril. Pesquisa encomendada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). [↑](#footnote-ref-2)
3. Informações obtidas no escritório regional da SUDIC, setembro de 2002. [↑](#footnote-ref-3)
4. MASSETTO, Marcos. Ensino – Aprendizagem no 3º grau. IN: D’ANTOLA, Arlette. A prática docente na Universidade. São Paulo: EPU, 1992 p. 22. [↑](#footnote-ref-4)
5. O período de 2008.2 foi cancelado devido ao ajuste do calendário acadêmico conforme determinação do CONSEPE. [↑](#footnote-ref-5)